

 **São Martinho S.A.**
**Demonstrações financeiras individuais e
consolidadas em 31 de março de 2011 e
Relatório dos auditores independentes**

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas
São Martinho S.A.

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da São Martinho S.A. ("Companhia" ou "Controladora") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

Examinamos também as demonstrações financeiras consolidadas da São Martinho S.A. e suas controladas ("Consolidado") que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de março de 2011 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou por erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

São Martinho S.A.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da São Martinho S.A. em 31 de março de 2011, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da São Martinho S.A. e suas controladas em 31 de março de 2011, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase

Conforme descrito na Nota 2, as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da São Martinho S.A., essas práticas diferem do IFRS, aplicável às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, uma vez que para fins de IFRS seria custo ou valor justo.

**Outros assuntos
Demonstrações do valor adicionado**

Examinamos, também, as demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de março de 2011, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Ribeirão Preto, 28 de junho de 2011

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Maurício Cardoso de Moraes
Contador CRC 1PRO35795/O-1 "T" SP

Índice

Balços patrimoniais	3
Demonstrações do resultado	4
Demonstrações do resultado abrangente	5
Demonstrações das mudanças no patrimônio líquido	6
Demonstrações dos fluxos de caixa	7
Demonstrações do valor adicionado	8
Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras	
1 Contexto operacional	9
2 Resumo das principais políticas contábeis	13
2.1 Base de preparação	13
2.2 Consolidação	13
2.3 Apresentação de informação por segmentos	18
2.4 Conversão de moeda estrangeira	18
2.5 Caixa e equivalentes de caixa	18
2.6 Ativos financeiros	18
2.7 Instrumentos financeiros derivativos	20
2.8 Contas a receber de clientes	21
2.9 Estoques	21
2.10 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido	21
2.11 Depósitos judiciais	22
2.12 Investimentos	22
2.13 Ativos biológicos	22
2.14 Imobilizado	22
2.15 Intangível	23
2.16 Redução ao valor recuperável dos ativos financeiros	24
2.17 Arrendamento mercantil	24
2.18 Provisões	24
2.19 Empréstimos e financiamentos	25
2.20 Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes	25
2.21 Reconhecimento de receita e apuração do resultado	25
3 Estimativas e julgamentos contábeis críticos	26
3.1 Estimativas e premissas contábeis críticas	26
4 Normas e interpretações de normas que ainda não estão em vigor	27
5 Gestão de risco financeiro	29
5.1 Fatores de risco financeiro	29
5.2 Risco cambial	29
5.3 Risco de volatilidade no preço de <i>commodities</i>	30
5.4 Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros	31
5.5 Risco de crédito	31
5.6 Risco de liquidez	31
5.7 Análise de sensibilidade	33
5.8 Gestão de capital	34
5.9 Apuração do valor justo	35
6 Instrumentos financeiros por categoria	38
7 Caixa e equivalentes de caixa	41
8 Contas a receber de clientes	42
9 Estoques	44
10 Tributos a recuperar	44
11 Saldos e transações com partes relacionadas	45
12 Outros ativos	48
13 Investimentos	49
14 Ativos biológicos	51
15 Imobilizado	53
16 Intangível	55
17 Empréstimos e financiamentos	56
18 Fomecedores	59
19 Obrigações com a Copersucar (Cooperativa)	60

Índice

20	Tributos parcelados	61
21	Outros passivos	62
22	Patrimônio líquido	62
23	Plano de benefício a empregados e administradores	64
24	Programa de participação nos lucros e resultados	65
25	Imposto de renda e contribuição social	66
26	Subvenção para investimentos	68
27	Compromissos	68
28	Provisão para contingências	69
29	Instrumentos financeiros derivativos	71
30	Informação por segmento (Consolidado)	82
31	Receitas	84
32	Despesas por natureza	84
33	Outras receitas (despesas), líquidas	85
34	Resultado financeiro	85
35	Lucro por ação	86
36	Cobertura de seguros	86
37	Evento subsequente	86
38	Adoção do IFRS e dos CPCs pela primeira vez	87

São Martinho S.A.

Balancos patrimoniais
Em milhares de reais

Ativo	Nota	Controladora			Consolidado		
		31 de março de 2011	31 de março de 2010	1º de abril de 2009	31 de março de 2011	31 de março de 2010	1º de abril de 2009
Circulante							
Caixa e equivalentes de caixa	7	116.461	24.200	28.676	225.067	130.634	190.063
Contas a receber de clientes	8	50.439	10.956	9.980	59.673	41.628	45.544
Instrumentos financeiros derivativos	29	5.967	32.219	942	5.967	58.404	4.670
Estoques	9	116.042	22.525	31.191	139.106	105.069	179.314
Tributos a recuperar	10	12.650	10.774	8.266	33.520	59.748	41.545
Imposto de renda e contribuição social	25	1.023	5.002	5.596	5.037	12.026	11.427
Dividendos a receber			10.329				
Outros ativos	12	4.958	1.449	2.641	5.692	6.086	10.900
		<u>307.540</u>	<u>117.454</u>	<u>87.292</u>	<u>474.062</u>	<u>413.595</u>	<u>483.463</u>
Não circulante							
Realizável a longo prazo							
Partes relacionadas	11	4.833	9.118	16.420	33	211	3.424
Imposto de renda e contribuição social diferidos	25	86.068	51.005	39.260	132.676	148.038	170.224
Contas a receber - Copersucar		9.749	1.073	6.435	9.939	4.020	24.092
Tributos a recuperar	10	14.354	6.195	8.158	37.220	47.390	67.578
Depósitos judiciais	28	30.564	5.624	4.827	32.367	28.580	32.644
Outros ativos	12	5.619	3.434	3.434	7.101	3.731	4.321
		<u>151.187</u>	<u>76.449</u>	<u>78.534</u>	<u>219.336</u>	<u>231.970</u>	<u>302.283</u>
Investimentos	13	1.179.411	1.371.773	1.244.838			
Ativos biológicos	14	342.152	89.693	109.811	435.532	461.952	406.872
Imobilizado	15	1.328.183	792.422	794.900	2.864.761	3.042.759	3.015.073
Intangível	16	35.846	208	262	36.726	37.167	37.887
		<u>3.036.779</u>	<u>2.330.545</u>	<u>2.228.345</u>	<u>3.556.355</u>	<u>3.773.848</u>	<u>3.762.115</u>
Total do ativo		<u>3.344.319</u>	<u>2.447.999</u>	<u>2.315.637</u>	<u>4.030.417</u>	<u>4.187.443</u>	<u>4.245.578</u>

Passivo e patrimônio líquido	Nota	Controladora			Consolidado		
		31 de março de 2011	31 de março de 2010	1º de abril de 2009	31 de março de 2011	31 de março de 2010	1º de abril de 2009
Circulante							
Empréstimos e financiamentos	17	80.291	87.811	87.054	140.982	326.746	401.115
Instrumentos financeiros derivativos	29	25.910			25.910		4.829
Fornecedores	18	46.642	16.985	16.916	61.096	74.172	76.150
Obrigações - Copersucar	19	2.040	589	589	2.203	2.203	2.203
Salários e contribuições sociais		37.015	9.036	7.300	44.000	41.546	34.932
Tributos a recolher		18.294	3.005	4.286	20.343	16.602	9.704
Imposto de renda e contribuição social	25	829			829		
Partes relacionadas	11	33	3.944	15.632	705	123	3.277
Dividendos a pagar	22(e)	9.180	6.469		9.180	6.469	
Adiantamentos de clientes		14.455	421	1.704	14.475	439	10.875
Outros passivos	21	21.398	1.855	5.781	21.137	12.914	14.983
		<u>256.087</u>	<u>130.115</u>	<u>139.262</u>	<u>340.860</u>	<u>481.214</u>	<u>558.068</u>
Não circulante							
Empréstimos e financiamentos	17	335.790	46.910	41.099	570.711	628.393	730.486
Obrigações - Copersucar	19	201.650	51.229	57.507	207.645	194.042	216.369
Tributos parcelados	20	54.910	14.371	8.963	55.833	47.213	8.963
Imposto de renda e contribuição social diferidos	25	461.942	277.106	268.153	817.127	843.762	822.943
Provisão para contingências	28	70.043	17.423	13.666	74.284	67.889	106.771
Outros passivos	21	10.411	1.454	2.160	10.471	15.539	3.318
		<u>1.134.746</u>	<u>408.493</u>	<u>391.548</u>	<u>1.736.071</u>	<u>1.796.838</u>	<u>1.888.850</u>
Patrimônio líquido	22						
Capital social		455.900	360.000	360.000	455.900	360.000	360.000
Ajustes de avaliação patrimonial		1.304.969	1.403.668	1.399.007	1.304.969	1.403.668	1.399.007
Reservas de lucros		194.516	218.631	101.002	194.516	218.631	101.002
Ações em tesouraria		(1.899)	(1.899)	(1.899)	(1.899)	(1.899)	(1.899)
Lucros (prejuízos) acumulados			(71.009)	(73.283)		(71.009)	(73.283)
		<u>1.953.486</u>	<u>1.909.391</u>	<u>1.784.827</u>	<u>1.953.486</u>	<u>1.909.391</u>	<u>1.784.827</u>
Participação dos acionistas não controladores							13.833
Total do passivo e do patrimônio líquido		<u>3.344.319</u>	<u>2.447.999</u>	<u>2.315.637</u>	<u>4.030.417</u>	<u>4.187.443</u>	<u>4.245.578</u>

São Martinho S.A.

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de março

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2011	2010	2011	2010
Receitas	31	569.836	267.838	1.295.046	1.183.286
Custo dos produtos vendidos	32	(382.639)	(242.967)	(895.702)	(895.775)
Lucro bruto		187.197	24.871	399.344	287.511
Receitas (despesas) operacionais					
Despesas com vendas	32	(19.671)	(9.649)	(58.205)	(61.453)
Despesas gerais e administrativas	32	(43.912)	(26.816)	(101.130)	(96.120)
Resultado de equivalência patrimonial	13	79.002	129.005		
Outras receitas (despesas), líquidas	33	(15.025)	(4.442)	(4.244)	(791)
		394	88.098	(163.579)	(158.364)
Lucro operacional		187.591	112.969	235.765	129.147
Resultado financeiro	34				
Receitas financeiras		22.501	41.711	39.473	104.629
Despesas financeiras		(42.674)	(76.239)	(101.607)	(171.209)
Variações monetárias e cambiais, líquidas		6.556	8.788	23.465	83.297
		(13.617)	(25.740)	(38.669)	16.717
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		173.974	87.229	197.096	145.864
Imposto de renda e contribuição social	25(b)				
Do exercício		(25.193)		(59.496)	(21.014)
Diferidos		(6.493)	16.450	4.688	(18.852)
Lucro líquido do exercício		142.288	103.679	142.288	105.998
Atribuível a					
Acionistas da Companhia					103.679
Participação dos não controladores					2.319
					105.998
Lucro básico e diluído por ação	35			1,26	0,92

São Martinho S.A.

Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de março

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2011</u>	<u>2010</u>	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Lucro líquido do exercício	142.288	103.679	142.288	105.998
Outros componentes do resultado abrangente				
Resultado com derivativos - <i>hedge accounting</i>	<u>(61.121)</u>	<u>45.821</u>	<u>(61.121)</u>	<u>45.821</u>
Total do resultado abrangente do exercício	<u>81.167</u>	<u>149.500</u>	<u>81.167</u>	<u>151.819</u>
Atribuível				
Acionistas da Companhia				149.500
Participação dos não controladores				<u>2.319</u>
				<u>151.819</u>

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Atribuível aos acionistas da controladora													
Nota	Ajustes de avaliação patrimonial											Participação dos não controladores	Total do patrimônio líquido
	Capital social	Deemed cost		Resultado com derivativos - hedge accounting		Reservas de lucros			Ações em tesouraria	Lucros (prejuízos) acumulados	Total		
		Próprio	De investidas	Próprio	De investidas	Legal	Orçamento de capital	Dividendos adicionais					
Em 1º de abril de 2009	360.000	437.094	961.913			5.079	95.923		(1.899)	(73.283)	1.784.827	13.833	1.798.660
Realização de mais-valia de <i>deemed cost</i>		(13.665)	(27.359)							41.024			
Resultado com derivativos - <i>hedge accounting</i>				25.458	20.363						45.821		45.821
Ajuste pelo aumento de participação em investimento			(136)								(136)	(16.152)	(16.288)
Lucro líquido do exercício										103.679	103.679	2.319	105.998
Destinação do lucro:													
Constituição de reservas						4.652	104.139			(108.791)			
Dividendos mínimos obrigatórios										(6.469)	(6.469)		(6.469)
Dividendos adicionais propostos								8.838		(8.838)			
Distribuição de juros sobre capital próprio										(18.331)	(18.331)		(18.331)
Em 31 de março de 2010	360.000	423.429	934.418	25.458	20.363	9.731	200.062	8.838	(1.899)	(71.009)	1.909.391		1.909.391
Dividendos adicionais do exercício anterior, pagos								(8.838)			(8.838)		(8.838)
Realização de mais-valia de <i>deemed cost</i>		(21.087)	(16.995)							38.082			
Resultado com derivativos - <i>hedge accounting</i>				(40.758)	(20.363)						(61.121)		(61.121)
Aumento de capital com reserva		95.900					(95.900)						
Incorporação de <i>deemed cost</i> da USM			(105.694)										
Ajuste pela redução de participação em investida			504								504		504
Lucro líquido do exercício										142.288	142.288		142.288
Destinação do lucro:													
Constituição de reservas						5.468	54.093			(59.561)			
Dividendos mínimos obrigatórios										(9.180)	(9.180)		(9.180)
Dividendos adicionais propostos								21.062		(21.062)			
Distribuição de juros sobre capital próprio										(19.558)	(19.558)		(19.558)
Em 31 de março de 2011	455.900	508.036	812.233	(15.300)		15.199	158.255	21.062	(1.899)		1.953.486		1.953.486

São Martinho S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de março Em milhares de reais

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro líquido do exercício	142.288	103.679	142.288	105.998
Ajustes				
Depreciação e amortização	95.881	37.412	143.587	154.527
Ativos biológicos colhidos (depreciação)	47.012	46.943	186.773	179.381
Variação no valor justo de ativos biológicos	11.516	24.373	34.298	(7.241)
Resultado de equivalência patrimonial	(79.002)	(129.005)		
Ganho de capital em investimento controlado em conjunto	(8.533)		(24.666)	
Custo residual de investimento e imobilizado baixados	2.244	1.161	5.200	3.017
Juros, variações monetárias e cambiais, líquidas	13.757	20.801	56.279	(27.237)
Constituição (reversão) de provisão para contingências, líquidas	20.494	2.163	22.394	8.008
Imposto de renda e contribuição social diferidos	6.493	(16.450)	(4.688)	18.852
Parcelamento - Lei 11941		5.358		(3.659)
Provisão para perdas na realização dos estoques			3.799	(6.347)
Ajuste a valor presente e outros	1.686	1.404	(1.743)	2.980
	253.836	97.839	563.521	428.279
Variações nos ativos e passivos				
Contas a receber de clientes	(12.981)	(1.026)	(25.068)	3.178
Estoques	127.651	14.721	(41.955)	101.108
Tributos a recuperar	12.882	93	28.636	2.833
Partes relacionadas	(5.406)	7.561	340	59
Outros ativos	(1.503)	6.554	(6.129)	25.147
Fornecedores	(93.425)	(4.963)	(4.927)	(32.936)
Salários e contribuições sociais	(2.796)	1.321	6.269	3.932
Tributos a recolher	16.307	(680)	26.649	25.984
Impostos parcelados	2.002	(878)	3.467	(335)
Provisão para contingências - liquidações	(8.584)	(1.323)	(18.033)	(7.581)
Outros passivos	10.230	(5.915)	17.707	(378)
Caixa proveniente das operacionais	298.213	113.304	550.477	549.290
Juros pagos	(13.796)	(23.339)	(50.594)	(82.860)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(11.233)	(1.191)	(23.878)	(21.163)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	273.184	88.774	476.005	445.267
Fluxo de caixa das atividades de investimentos				
Aplicação de recursos em investimentos	410		410	(22.460)
Adições ao imobilizado e intangível	(91.686)	(36.440)	(223.103)	(165.384)
Adições aos ativos biológicos (plantio e tratos)	(96.159)	(51.075)	(235.828)	(228.586)
Recebimento de recursos em partes relacionadas - mútuo	3	3.275		
Caixa e equivalentes de caixa incorporado de controlada - USM	65.004			
Aumento de caixa e equivalentes de caixa por redução na participação na NF			143.165	
Dividendos e Juros sobre o capital próprio recebidos	119.576	11.965		
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(2.852)	(72.275)	(315.356)	(416.430)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos				
Instrumentos financeiros derivativos	(6.504)	(12.214)	(34.789)	(4.488)
Captação de financiamentos - terceiros	51.458	135.000	571.483	610.008
Amortização de financiamentos - Copersucar	(3.189)	(7.324)	(5.807)	(26.491)
Amortização de financiamentos - terceiros	(184.971)	(101.008)	(562.583)	(648.964)
Captação (pagamento) de recursos de partes relacionadas - mútuo		(17.098)	(103)	
Adiantamento para futuro aumento de capital			448	
Pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio	(34.865)	(18.331)	(34.865)	(18.331)
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de financiamentos	(178.071)	(20.975)	(66.216)	(88.266)
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	92.261	(4.476)	94.433	(59.429)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	24.200	28.676	130.634	190.063
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	116.461	24.200	225.067	130.634

São Martinho S.A.

Demonstrações do valor adicionado Exercícios findos em 31 de março Em milhares de reais

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Receitas				
Vendas brutas de mercadorias e produtos	607.002	292.109	1.384.139	1.279.697
Receita referente a construção de ativos próprios	150.227	65.727	309.649	285.418
Reversão de provisão para créditos de liquidação duvidosa			(15)	
Outras receitas	4.343	2.698	6.202	5.402
	<u>761.572</u>	<u>360.534</u>	<u>1.699.975</u>	<u>1.570.517</u>
Insumos adquiridos de terceiros				
Custos dos produtos e das mercadorias vendidas	(152.335)	(67.831)	(362.830)	(362.609)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros operacionais	(186.596)	(139.337)	(457.470)	(431.428)
Recuperação (perda) de valores ativos			(3.781)	3.603
	<u>(338.931)</u>	<u>(207.168)</u>	<u>(824.081)</u>	<u>(790.434)</u>
Valor adicionado bruto	422.641	153.366	875.894	780.083
Depreciação e amortização	(95.881)	(37.412)	(143.587)	(154.527)
Ativos biológicos colhidos (depreciação)	(47.012)	(46.943)	(186.773)	(179.381)
	<u>279.748</u>	<u>69.011</u>	<u>545.534</u>	<u>446.175</u>
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	279.748	69.011	545.534	446.175
Valor adicionado recebido em transferência				
Resultado de equivalência patrimonial	79.002	129.005		
Receitas financeiras	49.642	67.053	120.324	270.851
Outras	8.323	79	25.375	(3.338)
	<u>416.715</u>	<u>265.148</u>	<u>691.233</u>	<u>713.688</u>
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal e encargos				
Remuneração direta	79.865	46.282	171.049	182.816
Benefícios	33.656	11.363	59.855	51.092
FGTS	6.937	4.138	15.074	15.112
Honorários dos administradores	7.539	5.060	10.742	10.562
Impostos, taxas e contribuições				
Federais	49.508	387	90.292	73.316
Estaduais	23.575	603	34.869	22.461
Municipais	67	33	306	261
Menos: incentivos fiscais estaduais			(8.554)	(9.581)
Financiadores				
Juros	24.435	15.313	70.267	70.106
Aluguéis	2.552	229	2.845	503
Variações cambiais	20.585	16.554	57.386	82.925
Outras	25.708	61.507	44.814	108.117
Juros sobre capital próprio	19.558	18.331	19.558	18.331
Dividendos	9.180	6.469	9.180	6.469
Lucros retidos do exercício	113.550	78.879	113.550	78.879
Participação dos acionistas minoritários				2.319
	<u>416.715</u>	<u>265.148</u>	<u>691.233</u>	<u>713.688</u>
Valor adicionado distribuído	416.715	265.148	691.233	713.688

São Martinho S.A.
Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de março de 2011
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1 CONTEXTO OPERACIONAL

1.1 Informações gerais

A São Martinho S.A. (“Companhia”) e suas controladas têm como objeto social e atividade preponderante o plantio de cana-de-açúcar e a fabricação e o comércio de açúcar, álcool e demais derivados da cana-de-açúcar; cogeração de energia elétrica; exploração agrícola e pecuária; importação e exportação de bens, de produtos e de matéria-prima e a participação em outras sociedades.

Aproximadamente 55% da cana-de-açúcar utilizada na fabricação dos produtos é proveniente de lavouras próprias, de acionistas, de empresas ligadas e de parcerias agrícolas e 45% de fornecedores terceiros.

O plantio de cana-de-açúcar requer um período de até 18 meses para maturação e início de colheita, a qual ocorre, geralmente, entre os meses de abril a dezembro, período em que também ocorre a produção de açúcar e álcool.

A comercialização de açúcar e álcool (etanol) é realizada por intermédio de um consórcio firmado com a USJ Açúcar e Álcool S.A. (“USJ”) e com a Santa Cruz S.A. Açúcar e Álcool (“SC”) denominado Consórcio Allicom. Os custos, despesas e obrigações decorrentes das operações do consórcio são suportados pelos consorciados proporcionalmente à sua participação percentual no volume comercializado através da Allicom.

Como parte de seus objetivos estratégicos a Companhia mantém investimentos nas seguintes controladas e controladas em conjunto - Notas 2.2 e 13.1:

- Vale do Mogi Empreendimentos Imobiliários S.A. (“Vale do Mogi”), anteriormente denominada Usina São Martinho S.A. (“USM”);
- Nova Fronteira Bioenergia S.A. (“NF”) e suas controladas:
 - Usina Boa Vista S.A. (“UBV”); e
 - SMBJ Agroindustrial S.A. (“SMBJ”);
- Omtek Indústria e Comércio Ltda. (“Omtek”);
- SMA Indústria Química S.A. (“SMA”); e
- Usina Santa Luiza S.A. (“USL”)

A Companhia é uma sociedade anônima de capital aberto, registrada na BM&FBovespa S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (“BM&FBovespa”), com sede em Pradópolis, Estado de São Paulo. A Companhia tem como principais acionistas as seguintes *holdings* familiares, com as correspondentes participações no capital votante: João Ometto Participações S.A. (25,23%); Luiz Ometto Participações S.A. (25,23%) e Nelson Ometto Participações S.A. (10,76%). Contudo, não há acordo formal de acionistas.

A emissão dessas demonstrações financeiras foi aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia em 28 de junho de 2011.

1.2 Aquisição, pela USM, da participação da Mitsubishi Corporation na UBV

Em 24 de novembro de 2009, a USM adquiriu junto a Mitsubishi Corporation (“MC”) 24.199.999 ações ordinárias da UBV (equivalentes a 10% do capital da mesma), elevando sua participação no capital social da UBV para 51,55%, 100% no consolidado do Grupo, pelo montante total de R\$ 24.329, sendo R\$ 7.036 na assinatura do contrato e R\$ 17.293 pelo prazo de 5 anos. Nesta ocasião, o Grupo deixou de ter a participação de “não controladores” em suas demonstrações financeiras consolidadas.

O referido saldo a pagar terá incidência de variação cambial do dólar norte-americano e juros de, aproximadamente, 3% ao ano.

São Martinho S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1.3 Aumento de capital e participação na UBV

Em reunião do Conselho da Administração realizada em 26 de fevereiro de 2010, foi aprovado o aumento do capital social da controlada UBV, no montante de R\$ 172.288, mediante subscrição de 172.288.000 novas ações ordinárias, passando o capital social da controlada de R\$ 242.000 para R\$ 414.288. A integralização ocorreu pela USM com a capitalização de adiantamentos para futuro aumento de capital.

Com esta alteração, a Companhia reduziu sua participação na UBV de 48,45% para 28,30%. Esta redução de percentual de participação gerou um ganho apurado com base nos resultados acumulados da UBV até 31 de março de 2009, o qual não teve impacto líquido no patrimônio da Companhia em função de que o mesmo montante é apurado de perda reflexa da controlada integral USM, apurado da seguinte forma:

Participação detida pela Companhia na UBV em 31 de março de 2009	48,45%
Participação detida pela Companhia na UBV em 31 de março de 2010	<u>28,30%</u>
Perda de percentual de participação por não integralização de capital	20,15%
Prejuízos apurados pela UBV até 31 de março de 2009	<u>(108.063)</u>
Ganho obtido com a redução do percentual de participação na UBV	<u>21.772</u>

1.4 Acordo para criação de *joint venture* com a *Amyris Biotechnologies*

Em 14 de abril de 2010, a USM (atualmente Vale do Mogi) anunciou um acordo com a *Amyris Biotechnologies* e sua subsidiária brasileira *Amyris Brasil* para a criação de uma *joint venture* objetivando operações no mercado de especialidades químicas e biocombustíveis produzidos a partir da cana-de-açúcar em 2012, utilizando a tecnologia *Amyris*. A empresa SMA foi constituída para esse propósito. A construção da planta química iniciou-se em 31 de março de 2011.

1.5 Constituição e aumento de capital social da NF

Em 21 de junho de 2010, a Companhia e a Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobrás, por meio da sua subsidiária Petrobrás Biocombustível S.A. ("PBio") anunciaram a assinatura de um acordo de investimentos para produção de etanol no Estado de Goiás, região Centro-Oeste do Brasil.

Com o acordo, foi constituída uma nova sociedade, a NF, que compreendeu os ativos das subsidiárias UBV e SMBJ. O objetivo é elevar o processamento da UBV e implantar o projeto ("*greenfield*") SMBJ. A PBio terá direito de preferência, em termos e condições de mercado para compra de até 49% da produção de etanol e da energia elétrica excedente da nova sociedade.

Em conexão com o acordo acima mencionado, em Assembléia Geral Extraordinária realizada em 17 de setembro de 2010, foi aprovado o aumento de capital social da controlada NF, no montante de R\$ 427.040, mediante a subscrição de 427.039.541 novas ações ordinárias, passando o capital social da controlada ser de R\$ 427.040. A integralização ocorreu mediante conferência da totalidade de ações ordinárias nominativas das empresas UBV e SMBJ, sendo R\$ 111.355 pela Companhia e R\$ 315.684 pela controlada USM (atualmente Vale do Mogi).

Adicionalmente, na Assembléia Geral Extraordinária realizada em 1º de novembro de 2010, foi aprovado novo aumento de capital social da controlada NF, no montante de R\$ 420.874, mediante a subscrição de 410.293.373 novas ações ordinárias, ao preço unitário de emissão de R\$ 1,025788, passando o capital social da controlada ser de R\$ 847.914. Conforme requerido pela CVM, foi aberto aos acionistas minoritários da Companhia o direito de preferência no aumento de capital, sendo a parcela do capital social exercida por estes de 405.308 ações no montante de R\$ 416. As demais 409.888.065 ações emitidas, no montante de R\$ 420.458, foram subscritas pela PBio, sendo R\$ 257.423 integralizados até 31 de dezembro de 2010 e R\$ 163.035 que serão integralizados até 31 de dezembro de 2011.

São Martinho S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Devido aos acionistas minoritários terem exercido seu direito na subscrição de ações da NF, para atendimento ao acordo realizado entre a Companhia e a PBio no tocante a esta possuir 49% do capital social do investimento, em 21 de dezembro de 2010 a Companhia vendeu para a PBio 405.308 ações ordinárias pelo montante de R\$ 416. Após a alienação, a participação no capital social subscrito da NF passou a ser de 50,95% para a Companhia, 49% para a PBio e 0,05% para os acionistas minoritários.

Com a redução de participação da Companhia na NF, o saldo consolidado que até 31 de outubro de 2010 contemplava a participação de 100%, em 31 de março de 2011 passou a contemplar a participação de 62,89%, calculada com base no capital integralizado. Adicionalmente, a referida integralização por parte da PBio e a alienação de ações aos acionistas minoritários geraram ganho de capital líquido para a Companhia e para a USM, nos montantes de R\$ 8.533 e R\$ 24.666, respectivamente, os quais foram registrados diretamente no resultado do exercício, como “Outras receitas, líquidas”, por terem sido caracterizados como ganho na perda parcial de controle no âmbito de constituição de *joint venture* com contribuição de ativos, conforme interpretação da norma internacional SIC 13 - “*Jointly controlled entities - non-monetary contributions by venturers*”, com essência comercial.

1.6 Cisão total da Mogi Agrícola S.A. (“Mogi”)

Em Assembléia Geral Extraordinária realizada em 1º de novembro de 2010, foi aprovada cisão total dos ativos e passivos da Mogi Agrícola S.A., com base em laudo de avaliação a valor contábil de 30 de setembro de 2010, emitido por peritos avaliadores independentes, com subseqüente incorporação do acervo líquido cindido por seus acionistas, a USM (atualmente Vale do Mogi) e a ARDR - Agro São José Ltda. (“ARDR”). O acervo líquido cindido, bem como a parcela incorporada pela USM, incluindo as variações patrimoniais até 31 de outubro de 2010 foi:

Ativo	Acervo líquido	Acervo líquido	Passivo	Acervo líquido	Acervo líquido
	líquido cindido pela Mogi	incorporado pela USM (atualmente Vale do Mogi)		líquido cindido pela Mogi	incorporado pela USM (atualmente Vale do Mogi)
Circulante			Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	1	1	Fornecedores	2	2
Impostos a recuperar	7	7	Tributos a recolher	3	3
	<u>8</u>	<u>8</u>		<u>5</u>	<u>5</u>
Não circulante					
Realizável a longo prazo					
Partes relacionadas	334	33			
Imobilizado	<u>57.139</u>	<u>26.416</u>			
Total do Ativo	<u><u>57.481</u></u>	<u><u>26.457</u></u>	Total do Passivo	<u><u>5</u></u>	<u><u>5</u></u>
Total do acervo líquido incorporado pela USM (atualmente Vale do Mogi)					<u><u>26.452</u></u>

São Martinho S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1.7 Cisão parcial da USM com versão do acervo líquido cindido para a Companhia

Em Assembléia Geral Extraordinária realizada em 1º de dezembro de 2010, foi aprovada cisão parcial dos ativos e passivos da USM, com base em laudo de avaliação a valor contábil de 31 de outubro de 2010, emitido por peritos avaliadores independentes, com incorporação do acervo líquido cindido pela Companhia. O objetivo da operação foi o de reorganizar as atividades operacionais das sociedades, concentrando na Companhia as atividades operacionais de industrialização, fabricação e comércio de açúcar, etanol e seus derivados, bem como a cogeração de energia elétrica, e na USM concentrar o acervo de imóveis (terras). A operação proporcionará maior eficiência das operações, especialmente no âmbito financeiro e fiscal, e a otimização do acesso a capitais, objetivando maiores níveis de competitividade e produtividade. Após a cisão parcial de seus ativos e passivos, a USM alterou sua denominação social para Vale do Mogi Empreendimentos Imobiliários S.A. O acervo líquido cindido pela USM e incorporado pela Companhia, incluindo as variações patrimoniais até 30 de novembro de 2010, bem como os reflexos decorrentes dos novos CPCs/IFRS foi:

Ativo	Acervo líquido cindido	Passivo	Acervo líquido cindido
Circulante		Circulante	
Caixa e equivalentes de caixa	65.004	Empréstimos e financiamentos	101.506
Contas a receber de clientes	26.592	Instrumentos financeiros derivativos	15.856
Estoques	269.797	Fornecedores	120.878
Tributos a recuperar	10.480	Obrigações Copersucar	1.450
Outros ativos	<u>3.960</u>	Salários e contribuições sociais	30.775
	<u>375.833</u>	Tributos a recolher	10.164
		Outros passivos	<u>32.669</u>
Não circulante			<u>313.298</u>
Realizável a longo prazo		Não circulante	
Partes relacionadas	2.597	Empréstimos e financiamentos	330.146
IR e CS diferidos	49.864	Obrigações Copersucar	137.313
Tributos a recuperar	8.944	Impostos parcelados	35.806
Outros ativos	<u>3.195</u>	Tributos diferidos	204.226
	<u>64.600</u>	Provisão para contingências	20.541
		Outros passivos	<u>820</u>
Investimentos	303.759		
Ativos biológicos	214.376		
Imobilizado	492.510		
Intangível	<u>35.157</u>		
	<u>1.045.802</u>		
Total do Ativo	<u><u>1.486.235</u></u>	Total do Passivo	<u><u>1.042.150</u></u>
		Total do acervo líquido cindido e incorporado	<u><u>444.085</u></u>

São Martinho S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2 RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

2.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir o custo atribuído (*deemed cost*) de terras e terrenos, máquinas e equipamentos industriais e agrícolas e veículos na data de transição para IFRS/CPCs, e ativos e passivos financeiros (inclusive instrumentos derivativos) e ativos biológicos mensurados ao valor justo por meio do resultado.

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das suas políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3.

(a) Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs).

As demonstrações financeiras consolidadas também foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com os Padrões Internacionais de Demonstrações Financeiras (*International Financial Reporting Standards - IFRS*) emitidos pelo *International Accounting Standards Board*.

Estas são as primeiras demonstrações financeiras apresentadas de acordo com CPCs e IFRS pela Companhia. As principais diferenças entre as práticas contábeis adotadas anteriormente no Brasil (BR GAAP antigo) e CPCs/IFRS, incluindo as reconciliações do patrimônio líquido e do resultado do exercício, estão descritas na Nota 38.

(b) Demonstrações financeiras individuais

As demonstrações financeiras individuais da controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e são publicadas juntas com as demonstrações financeiras consolidadas.

2.2 Consolidação

(a) Demonstrações financeiras consolidadas

As seguintes políticas contábeis são aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas.

(i) Controladas e controladas em conjunto

Controladas são todas as entidades nas quais a Companhia tem o poder de determinar as políticas financeiras e operacionais, geralmente acompanhada de uma participação de mais do que metade dos direitos a voto (capital votante). As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. A consolidação é interrompida a partir da data em que o controle termina.

São Martinho S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Transações entre companhias, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas do Grupo são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas e controladas em conjunto são alteradas quando necessário para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela Companhia.

Adicionalmente, a Companhia detém participações societárias de controle conjunto. Nesses casos, o poder de determinar, conjuntamente, as políticas financeiras e operacionais se dá pelos direitos de voto, proveniente das ações ordinárias, e, também, das demais diretrizes estabelecidas nos correspondentes estatutos sociais e acordos de acionistas, firmados entre as partes. Os investimentos em entidades controladas em conjunto são registrados pelo método de consolidação proporcional, no qual a Companhia reconhece nas demonstrações financeiras consolidadas sua participação nos ativos, passivos e nas receitas e despesas da entidade controlada em conjunto.

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da controladora e das suas controladas e controladas em conjunto, observando os percentuais de participação em vigor e os critérios de consolidação proporcional aplicáveis. Os saldos consolidados incluem as seguintes empresas controladas e controladas em conjunto:

Empresa	Atividades principais
Vale do Mogi (antiga USM) - participação de 100% no capital social	Atividade agroindustrial: industrialização de cana-de-açúcar, de produção própria e adquirida de terceiros, fabricação e comércio de açúcar, álcool e seus derivados, cogeração de energia elétrica, exploração agrícola e participação em sociedades. Após a cisão mencionada na Nota 1.7, tem como objetivo a exploração das terras por meio de arrendamento e parceria agrícola.
Omtex - participação de 100% no capital social.	Industrialização e comercialização, no mercado externo, de sal sódico. O ciclo operacional é o mesmo da sociedade controladora, que é a responsável pelo fornecimento, em condições específicas, do melão de cana-de-açúcar, vapor e energia elétrica, insumos necessários à produção da empresa.
SMA - 50% de participação no capital social.	Produção e comercialização de produtos químicos renováveis de alta performance, bem como outros produtos correlatos.
USL - 41,67% de participação no capital social	Prestação de serviços de armazenagem.

São Martinho S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

<u>Empresa</u>	<u>Atividades principais</u>
NF - 62,89% de participação, com base no capital social integralizado.	Participação em outras sociedades, nacionais ou estrangeiras, bem como a gestão e comercialização de bens próprios.
UBV - subsidiária integral da NF. Em 31 de março de 2010 a Companhia detinha 28,30% (100% incluindo a participação da USM).	Atividade agroindustrial de industrialização de cana-de-açúcar, de produção própria e adquirida de terceiros, fabricação e comércio de álcool e seus derivados, cogeração de energia elétrica e exploração agrícola.
SMBJ - subsidiária integral da NF e subsidiária integral da USM em 31 de março de 2010.	Atividade agroindustrial de industrialização de cana-de-açúcar, de produção própria e adquirida de terceiros, fabricação e comércio de açúcar, álcool (etanol) e seus derivados e cogeração de energia elétrica; exploração agrícola e pecuária; importação e exportação de bens, produtos e matéria-prima; e participação em outras sociedades.

Abaixo, seguem as demonstrações resumidas das empresas consolidadas proporcionalmente (controladas em conjunto) pela Companhia, que, até novembro de 2010 eram consolidadas via USM.

- NF - 100% de participação no capital social até novembro de 2010 (direta e indiretamente). Em dezembro, após a operação descrita na Nota 1.5 acima, toda a participação do Grupo São Martinho nessa investida ficou concentrada na Companhia, que passou a deter 50,95% de participação societária considerando todas as ações subscritas e 62,89% considerando as ações integralizadas até 31 de março de 2011. Até novembro de 2010 a referida consolidação proporcional ocorreu por meio da USM (atualmente Vale do Mogi) (Nota 1.7). Os principais grupos de contas desta controlada em conjunto apresentavam os seguintes saldos:

	<u>31/03/2011</u>
Ativo circulante	240.266
Ativo não circulante:	
Realizável a longo prazo	95.482
Investimentos, ativos biológicos, imobilizado e intangível	801.400
Total do ativo	<u>1.137.148</u>
Passivo circulante	138.172
Passivo não circulante	375.124
Patrimônio líquido	623.852
Total do passivo e patrimônio líquido	<u>1.137.148</u>
Receita líquida de vendas	153.875
Custos e despesas operacionais	(136.379)
Prejuízo operacional, antes do tributos	(3.687)
Prejuízo do exercício	(820)

São Martinho S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As demonstrações financeiras da NF são consolidadas previamente à consolidação efetuada pela Companhia, utilizando práticas contábeis e critérios de consolidação consistentes com as utilizadas pela Companhia, compreendendo as seguintes controladas:

- UBV - 100% de participação no capital social.
- SMBJ - 100% de participação no capital social.
- SMA - 50% de participação no capital social (consolidação proporcional), os principais grupos de contas desta controlada em conjunto apresentavam os seguintes saldos:

	<u>31/03/2011</u>
Ativo circulante	107
Ativo não circulante	
Imobilizado e intangível	<u>1.370</u>
Total do ativo	<u>1.477</u>
Passivo circulante	1.434
Patrimônio líquido	<u>43</u>
Total do passivo e patrimônio líquido	<u>1.477</u>

- Usina Santa Luiza S.A. ("USL") - 41,67% de participação no capital social (consolidação proporcional), até novembro de 2010 a referida consolidação proporcional ocorreu por meio da USM (atualmente Vale do Mogi) (Nota 1.7). Os principais grupos de contas desta controlada em conjunto apresentam os seguintes saldos:

	<u>31/03/2011</u>	<u>31/03/2010</u>
Ativo circulante	4.424	4.476
Ativo não circulante:		
Realizável a longo prazo	1.041	294
Investimentos, imobilizado e intangível	<u>6.743</u>	<u>7.310</u>
Total do ativo	<u>12.208</u>	<u>12.080</u>
Passivo circulante	1.761	1.447
Passivo não circulante	21.388	24.624
Adiantamento para futuro aumento de capital	3.800	3.400
Passivo a descoberto	<u>(14.741)</u>	<u>(17.391)</u>
Total do passivo e do passivo a descoberto	<u>12.208</u>	<u>12.080</u>
Receita líquida de vendas	646	1.184
Custos e despesas operacionais	(1.186)	(9.762)
Prejuízo operacional	(859)	(9.762)
Prejuízo do exercício	(150)	(13.340)

São Martinho S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- Mogi - 46,02% de participação no capital social (consolidação proporcional) até outubro de 2010, quando a empresa sofreu cisão total dos seus ativos e passivos (Nota 1.6). Os principais grupos de contas desta controlada em conjunto apresentavam os seguintes saldos:

	<u>30/09/2010</u>	<u>31/03/2010</u>
Ativo circulante	18	1
Ativo não circulante:		
Realizável a longo prazo	389	529
Imobilizado	57.140	57.147
Total do ativo	<u>57.547</u>	<u>57.677</u>
Passivo circulante	100	3
Patrimônio líquido	57.447	57.674
Total do passivo e patrimônio líquido	<u>57.547</u>	<u>57.677</u>
Prejuízo do período/exercício	(22)	(170)

(ii) Transações e participações não controladoras

A Companhia trata as transações com participações não controladoras, quando aplicável, como transações com proprietários de ativos de suas controladas. Para as compras de participações não controladoras, a diferença entre qualquer contraprestação paga e a parcela adquirida do valor contábil dos ativos líquidos da controlada é registrada no patrimônio líquido. Os ganhos ou perdas sobre alienações para participações não controladoras também são registrados no patrimônio líquido.

Quando a Companhia deixa de ter controle, qualquer participação detida na entidade é remensurada ao seu valor justo, sendo a mudança no valor contábil reconhecida no resultado. O valor justo é o valor contábil inicial para subsequente contabilização da participação detida em uma coligada ou controlada em conjunto. Além disso, quaisquer valores previamente reconhecidos em outros resultados abrangentes relativos àquela entidade são contabilizados como se a Companhia tivesse alienado diretamente os ativos ou passivos relacionados. Isso significa que os valores reconhecidos previamente em outros resultados abrangentes são reclassificados para o resultado do exercício.

(b) Demonstrações financeiras individuais

Nas demonstrações financeiras individuais as controladas e as controladas em conjunto são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial. Os mesmos ajustes são feitos tanto nas demonstrações financeiras individuais quanto nas demonstrações financeiras consolidadas para chegar ao mesmo resultado e patrimônio líquido atribuível aos acionistas da controladora. No caso da Companhia as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicadas nas demonstrações financeiras individuais diferem do IFRS aplicável às demonstrações financeiras separadas, apenas pela avaliação dos investimentos em controladas e coligadas pelo método de equivalência patrimonial, enquanto conforme IFRS seria custo ou valor justo.

São Martinho S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.3 Apresentação de informação por segmentos

As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com os demonstrativos internos fornecidos para os principais tomadores de decisões operacionais. Os principais tomadores de decisões operacionais, responsáveis pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais são: a diretoria, a presidência e o conselho de administração, responsáveis inclusive pela tomada das decisões estratégicas da Companhia.

2.4 Conversão em moeda estrangeira

(a) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a Companhia atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional e de apresentação.

(b) Transações e saldos

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, na qual os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado e apresentados como "Variações monetárias e cambiais líquidas (Nota 34)", exceto quando diferidos no patrimônio como operações de hedge de fluxo de caixa qualificadas.

2.5 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais de três meses ou menos, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

2.6 Ativos financeiros

2.6.1 Classificação

A Companhia classifica os ativos financeiros como: mensurados ao valor justo por meio do resultado e empréstimo e recebíveis. A classificação depende da finalidade para qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação dos seus ativos financeiros no reconhecimento inicial. A Companhia não possui nenhum ativo financeiro classificado como mantido até o vencimento ou disponível para venda.

(a) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação ativa e frequente. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os derivativos também são categorizados como mantidos para negociação, a menos que tenham sido designados como instrumentos de *hedge*. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes.

São Martinho S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis do Grupo compreendem "Contas a receber de clientes e outros ativos" e parte do "Caixa e equivalentes de caixa" (Notas 7 e 8).

2.6.2 Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados ao resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxo de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "Resultado financeiro" no período em que ocorrem.

Se o mercado de um ativo financeiro não estiver ativo, a Companhia estabelece o valor justo através de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, análise de fluxos de caixa descontados e modelos de precificação de opções que fazem o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e contam o mínimo possível com informações geradas pela administração da Companhia.

2.6.3 Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.6.4 Redução ao valor recuperável de ativos financeiros - *impairment*

A Companhia avalia no final de cada exercício se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e a redução ao valor recuperável é incorrida somente se há evidência objetiva de redução ao valor recuperável como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável. Se identificada a perda, o valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido no resultado.

São Martinho S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os critérios que o Grupo usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem:

- (i) dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor;
- (ii) uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
- (iii) o Grupo, por razões econômicas ou jurídicas relativas à dificuldade financeira do tomador de empréstimo, garante ao tomador uma concessão que o credor não consideraria;
- (iv) torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira;
- (v) o desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; ou
- (vi) dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo:
 - . mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimo na carteira;
 - . condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira.

A Companhia avalia em primeiro lugar se existe evidência objetiva de redução ao valor recuperável.

O montante do prejuízo é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se um empréstimo ou investimento mantido até o vencimento tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por redução ao valor recuperável é a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, a Companhia pode mensurar a redução ao valor recuperável com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável.

Se, num período subsequente, o valor da perda por redução ao valor recuperável diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após a redução ser reconhecida, a reversão da perda será reconhecida na demonstração do resultado.

2.7 Instrumentos financeiros derivativos

Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao seu valor justo, com as variações do valor justo lançadas contra o resultado, exceto quando o derivativo for designado como *hedge accounting*.

Até fevereiro de 2010 a Companhia e suas controladas não aplicavam a chamada contabilização de *hedge (hedge accounting)*, embora fizessem uso de derivativos com o objetivo de proteção, motivo pelo qual as correspondentes variações do valor justo dos derivativos eram contabilizadas diretamente no resultado do exercício, na rubrica “Resultado financeiro”. A partir de março de 2010, inclusive, a Companhia e suas controladas passaram a adotar a contabilização de *hedge accounting* para os derivativos assim designados.

São Martinho S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os derivativos do Grupo designados como *hedge accounting* são apenas de “fluxo de caixa”, cujas transações estão descritas na Nota 29.

As operações de *hedge accounting* seguem a política de risco aprovada pela administração da Companhia e de suas controladas e são submetidas a testes periódicos de efetividade, retrospectivo e prospectivo. Apenas a parcela dos derivativos designada para proteção, alinhada quanto ao prazo, valor e natureza do risco, e comprovadamente efetiva, tem seus resultados potenciais registrados em conta específica de patrimônio líquido (“Ajustes de avaliação patrimonial”), líquida do imposto de renda e da contribuição social diferidos.

Na liquidação das referidas operações de *hedge accounting* de fluxo de caixa, seus efeitos são apropriados ao resultado, na rubrica de “Receita líquida de vendas”, de modo a minimizar as variações indesejadas no objeto do *hedge*.

O valor justo dos instrumentos derivativos está divulgado na Nota 29.

2.8 Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes são avaliadas no momento inicial pelo valor presente e deduzidas da provisão para créditos de liquidação duvidosa, quando aplicável. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber. O valor da provisão é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável.

As contas a receber no mercado externo são ajustadas pela variação cambial apurada na data de fechamento do balanço.

2.9 Estoques

Os estoques estão avaliados ao custo médio de aquisição ou produção, ajustados, quando necessário, por provisão para redução aos valores de reposição e/ou realização. O custo dos estoques de produtos acabados contempla valores incorridos na aquisição e nos gastos gerais de fabricação. Os gastos incorridos com a manutenção das lavouras de cana-de-açúcar (tratos culturais) são apropriados às safras em andamento e classificados no da rubrica “Ativos Biológicos” - Nota 14.

A cana-de-açúcar no momento da colheita é considerada como produto agrícola e é mensurada pelo seu valor justo, menos despesas com vendas, o qual é determinado pelas quantidades colhidas, valorizadas pelo valor do CONSECANA (Conselho dos Produtores de Cana-de-açúcar, Açúcar e Álcool do Estado de São Paulo) acumulado do respectivo mês. O valor justo da cana-de-açúcar colhida passará a ser o custo da matéria-prima utilizada no processo produtivo de açúcar e álcool.

2.10 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, a base negativa acumulada de contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, bem como dos débitos correntes, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social (Nota 25).

São Martinho S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias e/ou prejuízos fiscais e bases negativas, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

2.11 Depósitos judiciais

Os depósitos são atualizados monetariamente e apresentados no ativo não circulante. Os correspondentes passivos em discussão são demonstrados na Nota 28.

2.12 Investimentos

Os investimentos em sociedades controladas e controladas em conjunto são avaliados pelo método de equivalência patrimonial com base em demonstrações financeiras levantadas na mesma data-base da Companhia, conforme demonstrado na Nota 13.

2.13 Ativos biológicos

Os ativos biológicos correspondem ao plantio e cultivo de lavouras de cana-de-açúcar, que serão utilizadas como matéria-prima na produção de açúcar e álcool. Esses ativos estão avaliados pelo valor justo menos as despesas de vendas.

O ciclo produtivo da cana-de-açúcar tem em média cinco anos após o seu primeiro corte, motivo pelo qual são classificadas como cultura permanente.

As premissas significativas utilizadas na determinação do valor justo dos ativos biológicos estão demonstradas na Nota 14.

O valor justo dos ativos biológicos é determinado no seu reconhecimento inicial e na data-base das demonstrações financeiras. O ganho ou perda na variação do valor justo dos ativos biológicos, em cada período, é determinado pela diferença entre o valor justo e custos incorridos com plantio e tratos culturais dos ativos biológicos até o momento da avaliação, deduzido das eventuais variações acumuladas do valor justo de períodos anteriores, sendo registrado na sub-conta “Variação no valor justo dos ativos biológicos”, na rubrica “Custo dos produtos vendidos”.

Em determinadas circunstâncias, a estimativa do valor justo menos as despesas de venda se aproxima do correspondente valor de custo de formação até aquele momento, especialmente quando uma pequena transformação biológica ocorre desde o momento inicial ou quando não se espera que o impacto dessa transformação sobre o preço seja material e, nesses casos, os gastos incorridos podem permanecer avaliados ao custo.

2.14 Imobilizado

Demonstrado pelo custo de aquisição ou construção, acrescidos de mais-valia do custo atribuído (*deemed cost*) para os grupos de terras e terrenos, máquinas e equipamentos industriais e agrícolas e veículos, quando aplicável. A depreciação é calculada pelo método linear, às taxas anuais médias mencionadas na Nota 15. Terras e terrenos não são depreciados.

São Martinho S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Gastos com manutenção que implicam em prolongamento da vida útil econômica dos bens do ativo imobilizado são capitalizados, e itens que se desgastam durante a safra são ativados por ocasião da reposição respectiva e depreciados durante o período da safra seguinte. Gastos com manutenção sem impacto na vida útil econômica dos ativos são reconhecidos como despesa quando realizados. Os itens substituídos são baixados.

Os custos dos encargos sobre empréstimos e financiamentos tomados para financiar a construção do imobilizado são capitalizados durante o período necessário para executar e preparar o ativo para o uso pretendido.

A Companhia optou por avaliar determinados ativos imobilizados pelo custo atribuído (*deemed cost*) na data de transição para os CPCs/IFRS; ou seja, 1º de abril de 2009. Os efeitos do custo atribuído aumentaram o ativo imobilizado tendo como contrapartida o patrimônio líquido, líquido dos tributos diferidos (Nota 15 (a)).

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas), líquidas" na demonstração do resultado.

2.15 Intangível

(i) Ágio/deságio

O ágio (*goodwill*) é representado pela diferença positiva entre o valor pago e/ou a pagar pela aquisição de um negócio e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da controlada adquirida. O ágio de aquisições de controladas é registrado como "Ativo intangível". Se a adquirente apurar deságio, deverá registrar o montante como ganho no resultado do período, na data da aquisição. O ágio é testado anualmente para verificar perdas (*impairment*). Ágio é contabilizado pelo seu valor de custo menos as perdas acumuladas por *impairment*. Perdas por *impairment* reconhecidas sobre ágio não são revertidas.

Os ganhos e as perdas da alienação de uma entidade incluem o valor contábil do ágio relacionado com a entidade vendida.

O ágio é alocado a Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) para fins de teste de *impairment*. A alocação é feita para as Unidades Geradoras de Caixa ou para os grupos de Unidades Geradoras de Caixa que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou, e são identificadas de acordo com o segmento operacional.

(ii) Programas de computador (*softwares*)

As licenças de *software* adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os *softwares* e fazer com que eles estejam prontos para ser utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimável.

São Martinho S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os custos associados à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de *software* identificáveis e exclusivos, controlados pela Companhia, são reconhecidos como ativos intangíveis quando os seguintes critérios são atendidos:

- . É tecnicamente viável concluir o *software* para que ele esteja disponível para uso.
- . A administração pretende concluir o *software* e usá-lo ou vendê-lo.
- . O *software* pode ser vendido ou usado.
- . Pode-se demonstrar que é provável que o *software* gerará benefícios econômicos futuros.
- . Estão disponíveis adequados recursos técnicos, financeiros e outros recursos para concluir o desenvolvimento e para usar ou vender o *software*.
- . O gasto atribuível ao *software* durante seu desenvolvimento pode ser mensurado com segurança.

Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de *software*, incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento de *softwares* e uma parcela adequada das despesas diretas aplicáveis. Os custos também incluem os custos de financiamento incorridos durante o período de desenvolvimento do *software*.

2.16 Redução ao valor recuperável dos ativos não financeiros

O imobilizado, e outros ativos não circulantes, inclusive o ágio e os ativos intangíveis, são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. Para fins de avaliação, os ativos são agrupados no menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente.

2.17 Arrendamento mercantil

Os arrendamentos nos quais uma parcela significativa dos riscos e benefícios da propriedade é retida pelo arrendador são classificados como arrendamentos operacionais. Os pagamentos efetuados para arrendamentos operacionais (líquidos de quaisquer incentivos recebidos do arrendador) são reconhecidos na demonstração do resultado pelo método linear, durante o período do arrendamento.

2.18 Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita. As provisões para contingências estão constituídas por valores atualizados, referentes a questões fiscais, cíveis e trabalhistas, com base nas estimativas de perdas estabelecidas pelos assessores jurídicos da Companhia.

São Martinho S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.19 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os juros pagos são classificados na demonstração dos fluxos de caixa como atividades operacionais.

Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

2.20 Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes

Os outros ativos estão demonstrados pelos valores de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e cambiais auferidos. Os outros passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os rendimentos, encargos e as variações monetárias e cambiais correspondentes.

2.21 Reconhecimento de receita e apuração do resultado

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como das eliminações das vendas entre empresas do Grupo.

O reconhecimento da receita ocorre quando o valor pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia, conforme descrição a seguir.

(i) Venda de produtos

As vendas dos produtos são reconhecidas sempre que ocorre a entrega dos produtos para o cliente. A entrega não ocorre até que: (i) os produtos tenham sido enviados para o local especificado; (ii) os riscos de obsolescência e perda tenham sido transferidos para o cliente; (iii) o cliente tenha aceitado os produtos de acordo com o contrato de venda; e (iv) as disposições de aceitação tenham sido acordadas, ou a Companhia tenha evidências objetivas de que todos os critérios para aceitação foram atendidos.

(ii) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros. Quando uma perda (*impairment*) é identificada em relação a um contas a receber, a Companhia reduz o valor contábil para seu valor recuperável, que corresponde ao fluxo de caixa futuro estimado, descontado à taxa efetiva de juros original do instrumento. Subsequentemente, à medida que o tempo passa, os juros são incorporados às contas a receber, em contrapartida de receita financeira. Essa receita financeira é calculada pela mesma taxa efetiva de juros utilizada para apurar o valor recuperável, ou seja, a taxa original do contas a receber.

(iii) Demais receitas e despesas/custos

As demais receitas e despesas/custos são reconhecidas no resultado de acordo com o regime contábil de competência de exercícios.

São Martinho S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2011 **Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

3 ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS CRÍTICOS

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

3.1 Estimativas e premissas contábeis críticas

Com base em premissas, a Companhia e suas controladas fazem estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas abaixo.

(a) Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é calculada mediante a análise individual dos títulos em atraso ou com perspectivas de inadimplência, passando por uma avaliação sobre a natureza do título, a existência e suficiência de garantidas reais, histórico e outras características.

(b) Provisão para redução aos valores de reposição e/ou realização dos estoques

A provisão para redução aos valores de reposição e/ou realização dos estoques é calculada mediante análise do custo médio de produção dos produtos acabados em relação aos seus valores de realização no mercado, menos as despesas com vendas.

(c) Valor justo dos ativos biológicos

O valor justo dos ativos biológicos da Companhia e de suas controladas representa o valor presente dos fluxos de caixa líquidos estimados para estes ativos, o qual é determinado por meio da aplicação de premissas estabelecidas em modelos de fluxos de caixa descontados como mencionado na Nota 14.

(d) Imposto de renda, contribuição social e outros impostos

A Companhia e suas controladas reconhecem provisões para situações em que é provável que valores adicionais de impostos sejam devidos. Quando o resultado final dessas questões for diferente dos valores inicialmente estimados e registrados, essas diferenças afetarão os ativos e passivos fiscais atuais e diferidos no período em que o valor definitivo for determinado.

(e) Valor justo de derivativos e outros instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. A Companhia e suas controladas utilizam seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço.

São Martinho S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Adicionalmente, determinados instrumentos financeiros ativos e passivos são descontados a valor presente para que seu registro não apresente uma divergência significativa para o correspondente valor justo no momento inicial. Nesse contexto, a administração estima as taxas de desconto mais apropriadas em cada circunstância e período.

(f) Provisão para contingências

A Companhia e suas controladas são partes envolvidas em processos trabalhistas, cíveis e tributários que se encontram em instâncias diversas. As provisões para contingências, constituídas para fazer face a potenciais perdas decorrentes dos processos em curso, são estabelecidas e atualizadas com base na avaliação da administração, fundamentada na opinião de seus assessores legais e requerem elevado grau de julgamento sobre as matérias envolvidas.

(g) Revisão das vidas úteis dos bens do ativo imobilizado

A Companhia e suas controladas revisam e, se apropriado, ajustam as vidas úteis de seus ativos, no mínimo anualmente. A referida revisão foi efetuada por empresa especializada em conjunto com a adoção do custo atribuído (“*deemed cost*”).

4 NORMAS E INTERPRETAÇÕES DE NORMAS QUE AINDA NÃO ESTÃO EM VIGOR

(a) Normas, alterações e interpretações de normas existentes que ainda não estão em vigor e não foram adotadas antecipadamente pela Companhia e suas controladas

As normas e alterações das normas existentes a seguir foram publicadas e são obrigatórias para os períodos contábeis da Companhia e suas controladas iniciados em 1º abril de 2011, ou após essa data, ou para períodos subsequentes. Todavia, não houve adoção antecipada dessas normas e alterações de normas.

- IAS 24 (revisado), "Divulgações de Partes Relacionadas", emitido em novembro de 2009. Substitui o IAS 24, "Divulgações de Partes Relacionadas", emitido em 2003. O IAS 24 (revisado) é obrigatório para períodos iniciando em ou após 1º de janeiro de 2011. Aplicação prévia, no todo ou em parte, é permitida.

A norma revisada esclarece e simplifica a definição de parte relacionada e retira a exigência de entidades relacionadas com o governo divulgarem detalhes de todas as transações com o governo e outras entidades relacionadas do governo. A Companhia e suas controladas irão aplicar a norma revisada a partir de 1º de abril de 2011. Quando a norma revisada é aplicada, a Companhia e suas controladas precisarão divulgar quaisquer transações entre suas controladas e coligadas.

- IFRS 9, "Instrumentos financeiros", emitido em novembro de 2009. Esta norma é o primeiro passo no processo para substituir o IAS 39 "Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração". O IFRS 9 introduz novas exigências para classificar e mensurar os ativos financeiros e possivelmente afetará a contabilização da Companhia e suas controladas para seus ativos financeiros. A norma não é aplicável até 1º de janeiro de 2013, mas está disponível para adoção prévia.
- IFRS 10, "Demonstrações Financeiras Consolidadas". Esta norma estabelece princípios para a apresentação e preparação das demonstrações financeiras consolidadas quando uma entidade controla uma ou mais entidades. O IFRS 10 substitui as exigências de consolidação do SIC-12 Consolidação de Entidades de Finalidade Específica e do IAS 27 Demonstrações Financeiras Consolidadas e Separadas e entra em vigor para os exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2013. A aplicação antecipada é permitida. A Companhia está avaliando o impacto em suas demonstrações financeiras consolidadas decorrentes da adoção do IFRS 10.

São Martinho S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- IFRS 11, “Empreendimentos em conjunto”. A referida norma prevê uma reflexão mais realista de acordos em conjunto, centrando-se sobre os direitos e obrigações do acordo, ao invés de sua forma jurídica. A norma aborda inconsistências no tratamento de um acordo em conjunto, exigindo um único método para tratar entidades controladas em conjunto. O IFRS 11 substitui o IAS 31 “Empreendimentos Controlados em Conjunto” e SIC-13 “Entidades Conjuntamente Controladas - Contribuições Não Monetárias por Acionistas”, e entra em vigor para os exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2013. A aplicação antecipada é permitida. A Companhia está avaliando os eventuais efeitos decorrentes da adoção dessa norma.
- IFRS 12, “Divulgações de Participações em Outras Entidades”. Trata-se de uma norma nova e abrangente sobre os requisitos de divulgação de todas as formas de participações em outras entidades, incluindo as subsidiárias, empreendimentos conjuntos, associadas e entidades estruturadas não consolidadas. O IFRS 12 entra em vigor para os exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2013. A aplicação antecipada é permitida. A Companhia está avaliando os eventuais impactos em suas divulgações decorrentes da adoção dessa norma.
- IFRS 13, “Mensuração do valor justo”. Estabelece novos requisitos sobre como mensurar o valor justo e as divulgações relacionadas para o IFRS e US GAAP. A norma entra em vigor para os exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2013. A aplicação antecipada é permitida. A Companhia está avaliando os eventuais efeitos decorrentes da adoção dessa norma.
- “Pagamentos Antecipados de Requerimentos Mínimos de Provisão de Fundos” (alteração ao IFRIC 14). As alterações corrigem uma consequência não intencional do IFRIC 14, IAS 19 - “Limite de Ativo de Benefício Definido, Exigências Mínimas de Provisão de Recursos e sua Interação”. Sem as alterações, as entidades não podem reconhecer como ativos alguns pagamentos antecipados voluntários para contribuições mínimas de provimento de fundos. Essa não era a intenção quando o IFRIC 14 foi emitido, e as alterações corrigem isso. As alterações entram em vigor em períodos anuais iniciando em ou após 1º de janeiro de 2011. Aplicação prévia é permitida. As alterações devem ser aplicadas retroativamente ao primeiro período comparativo apresentado. A Companhia está avaliando os eventuais efeitos decorrentes da adoção dessa norma.
- IFRIC 19, “Extinção dos Passivos Financeiros com Instrumentos Patrimoniais” está em vigor desde 1º de julho de 2010. A interpretação esclarece a contabilização por parte de uma entidade quando os prazos de um passivo financeiro são renegociados e resultam na emissão pela entidade dos instrumentos patrimoniais a um credor da entidade para extinguir todo ou parte do passivo financeiro (conversão da dívida). Isso requer que um ganho ou perda seja reconhecido no resultado, que é mensurado como a diferença entre o valor contábil do passivo financeiro e o valor justo dos instrumentos patrimoniais emitidos. Se o valor justo dos instrumentos financeiros emitidos não puder ser mensurado de maneira confiável, os instrumentos patrimoniais devem ser mensurados para refletir o valor justo do passivo financeiro extinto. A Companhia e suas controladas irão aplicar a interpretação a partir de 1º de abril de 2011. Não se espera que haja algum impacto nas demonstrações financeiras.

(b) Aprimoramentos aos IFRS em 2010

As alterações geralmente são aplicáveis para períodos anuais iniciados após 1º de janeiro de 2011, a não ser que seja indicado de outra forma. A aplicação antecipada, embora permitida pelo IASB, não está disponível no Brasil. As melhorias são relativas às seguintes normas:

- IFRS 1 - “Primeira Adoção das Normas Internacionais de Contabilidade”;
- IFRS 3 - “Combinações de Negócios”;
- IFRS 7 - “Instrumentos Financeiros”;
- IAS 1 - “Apresentação das Demonstrações Financeiras”;
- IAS 27 - “Demonstrações Financeiras Consolidadas e Separadas”;
- IAS 34 - “Apresentação de Relatórios Financeiros Intermediários”; e
- IFRIC 13 - “Programas de Fidelização de Clientes”.

São Martinho S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

5 GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO

5.1 Fatores de risco financeiro

A Companhia e suas controladas dispõem de políticas e procedimentos para administrar, através da utilização de instrumentos financeiros, os riscos de mercado relacionados com variação cambial e volatilidade dos preços do açúcar no mercado internacional de *commodities*, inerentes a seus negócios. Tais políticas são acompanhadas pela Administração e referendadas pelo Conselho de Administração e incluem: (a) procedimentos de gerenciamento e monitoramento contínuo dos níveis de exposição em função dos volumes de vendas contratadas; (b) estimativas do valor de cada risco tendo por base os limites de exposição cambial e dos preços de venda do açúcar estabelecidos; e (c) previsão de fluxos de caixa futuros e o estabelecimento de limites de alçada de aprovação para a contratação de instrumentos financeiros destinados à precificação de produtos e à proteção contra variação cambial e volatilidade dos preços.

Com base nessas políticas, os instrumentos financeiros derivativos são contratados exclusivamente com a finalidade de precificar e proteger as operações de exportação de açúcar e etanol da Companhia e de suas controladas contra riscos de variação cambial e de flutuação do preço do açúcar no mercado internacional. As operações contratadas não ultrapassam os volumes e valores de vendas a entregar junto a clientes e têm por objetivo assegurar níveis mínimos de rentabilidade às vendas futuras. Não são efetuadas operações com instrumentos financeiros com fins especulativos ou para proteção de ativos ou passivos financeiros.

A Companhia e suas controladas gerenciam ativamente as posições contratadas, a fim de permitir que sejam feitos ajustes nas posições firmadas em resposta às condições de mercado, operando nos mercados futuros e de opções da bolsa de Nova Iorque - Intercontinental Exchange (ICE *Futures US*) e em mercado de balcão com sólidas instituições financeiras.

5.2 Risco cambial

A Companhia e suas controladas atuam internacionalmente e estão expostas ao risco cambial decorrente de exposições de algumas moedas, de maneira mais relevante, em relação ao dólar dos Estados Unidos. O risco cambial decorre de operações comerciais futuras e ativos e passivos reconhecidos.

A administração estabeleceu uma política que exige que as empresas controladas pela Companhia administrem seu risco cambial em relação à sua moeda funcional. As empresas, cujas operações estão expostas ao risco cambial, são requeridas a proteger suas posições via operações de *hedge*, efetuadas sob a orientação da tesouraria da Companhia. Para administrar seu risco cambial decorrente de operações comerciais futuras e de ativos e passivos reconhecidos, as entidades controladas pela Companhia usam contratos a termo de moedas, NDFs e estratégia de opções. O risco cambial ocorre quando operações comerciais futuras, ativos ou passivos registrados são mantidos em moeda diferente da moeda funcional da entidade.

A política de gestão de risco financeiro da Companhia é a de proteger o maior volume possível dos fluxos de caixa previstos, principalmente relacionados às vendas de exportações.

São Martinho S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

5.2.1 Ativos e passivos expostos à variação cambial

O quadro abaixo resume os ativos e passivos denominados em moeda estrangeira (dólares norte-americanos - US\$), consignados no balanço patrimonial consolidado em 31 de março de 2011:

	R\$	Milhares de US\$ equivalentes
Ativo circulante		
Caixa e equivalentes de caixa (bancos - depósitos à vista)	9.153	5.623
Contas a receber de clientes	15.562	9.560
Total dos ativos	24.715	15.183
Passivos		
Circulante:		
Empréstimos e financiamentos	(4.998)	(3.069)
Instrumentos financeiros derivativos	(19.943)	(12.245)
Fornecedores	(45)	(28)
Outros passivos	(18.695)	(11.478)
Não circulante:		
Empréstimos e financiamentos	(290.539)	(178.387)
Total dos passivos	(334.220)	(205.207)
Exposição líquida passiva	(309.505)	(190.024)

Referidos ativos e passivos foram atualizados e registrados nas demonstrações financeiras de 31 de março de 2011 à taxa de câmbio em vigor naquela data, sendo R\$ 1,6279 por US\$ 1,00 para os ativos e R\$ 1,6287 por US\$ 1,00 para os passivos.

O saldo de empréstimos e financiamentos de curto prazo, no montante de R\$ 4.998, refere-se substancialmente a operações de Adiantamentos de Contratos de Câmbio (ACC), com vencimentos no mês de abril de 2011, que estão vinculados à exportação de produtos. O saldo de empréstimos e financiamentos de longo prazo, no montante de R\$ 290.539, refere-se substancialmente a empréstimos na modalidade de Pré-Pagamento de Exportação, denominado em dólares norte-americanos, contratado pela Companhia junto a instituições financeiras internacionais, com prazo de vencimento de 4 (quatro) anos.

Tendo em vista que a liquidação dos contratos mencionados acima se dará através de exportações de produtos, a Administração da Companhia entende que estas operações possuem *hedge* natural e que, portanto, as variações cambiais produzirão efeitos temporais nas demonstrações dos resultados, sem efeito equivalente no fluxo de caixa das empresas.

5.3 Risco de volatilidade no preço de *commodities*

A Companhia está exposta ao risco de mudanças no preço de *commodities* em razão dos produtos fabricados como açúcar e etanol.

Em 31 de março de 2011, 101.051 toneladas de açúcar estavam precificadas através de contratos de venda para entregas futuras previstas entre abril de 2011 e março de 2012, com fixação em um preço médio de 22,70 ¢/lb (centavos de dólar norte-americano por libra peso) junto à bolsa de Nova Iorque - ICE *Futures US*.

São Martinho S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

5.4 Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros

A Companhia e suas controladas seguem a prática de obter empréstimos e financiamentos indexados a taxas pós-fixadas. No que diz respeito aos empréstimos e financiamentos em moeda nacional, ocorre uma mitigação natural do risco de flutuação de taxas de juros, uma vez que as aplicações financeiras são todas indexadas a taxas pós-fixadas, conforme definido na política da Companhia. Com relação aos empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira a Companhia entende que os juros reagem aos movimentos da economia, de forma que, quando apresentam aumento, de maneira geral a economia está aquecida, permitindo que a Companhia pratique preços de venda acima da média histórica.

5.5 Risco de crédito

A gestão de risco de crédito ocorre através de contratação de operações apenas em instituições financeiras de primeira linha que atendem aos critérios de avaliação de riscos da Companhia e de suas controladas, por meio da Política de Gestão de Riscos de Contraparte. A Companhia controla mensalmente sua exposição tanto em derivativos quanto em aplicações financeiras, com critérios de concentração máxima em função do *rating* da instituição financeira.

Com relação ao risco de crédito de clientes a Companhia avalia anualmente o risco de crédito associado a cada um deles, e também sempre que há a inclusão de um novo cliente, atribuindo um limite individual de crédito em função do risco identificado.

5.6 Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada para a Companhia e suas controladas e agregada pelo departamento financeiro. Este departamento monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que haja caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

O excesso de caixa mantido pelas entidades operacionais, além do saldo exigido para administração do capital circulante, é investido em contas correntes com incidência de juros, depósitos a prazo, depósitos de curto prazo e títulos e valores mobiliários, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem conforme determinado pelas previsões acima mencionadas. Em 31 de março de 2011, a Companhia e suas controladas mantinham aplicações financeiras representadas substancialmente por operações compromissadas lastreadas por títulos públicos e por fundos de renda fixa, indexados a variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, com características de alta liquidez e circulação no mercado no montante de R\$ 204.130 (2010 - R\$ 38.512) que se espera gerem prontamente entradas de caixa para administrar o risco de liquidez.

São Martinho S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A tabela abaixo analisa os passivos financeiros da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento.

	Controladora			
	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos
Em 31 de março de 2011				
Empréstimos e financiamentos	80.291	72.062	243.015	20.713
Instrumentos financeiros derivativos	25.910			
Fornecedores	46.642			
Partes relacionadas	33			
Outros passivos	21.398	4.845	5.566	
Em 31 de março de 2010				
Empréstimos e financiamentos	87.811	21.014	14.646	11.250
Instrumentos financeiros derivativos				
Fornecedores	16.985			
Partes relacionadas	3.944			
Outros passivos	1.855	1.454		
Em 1º de abril de 2009				
Empréstimos e financiamentos	87.054	12.030	16.153	12.916
Fornecedores	16.916			
Partes relacionadas	15.632			
Outros passivos	5.781	2.160		
				Consolidado
	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos
Em 31 de março de 2011				
Empréstimos e financiamentos	140.982	130.467	371.715	68.529
Instrumentos financeiros derivativos	25.910			
Fornecedores	61.096			
Partes relacionadas	705			
Outros passivos	21.137	4.598	5.873	
Em 31 de março de 2010				
Empréstimos e financiamentos	326.746	157.192	402.223	68.978
Instrumentos financeiros derivativos				
Fornecedores	74.172			
Partes relacionadas	123			
Outros passivos	12.914	5.805	9.734	
Em 1º de abril de 2009				
Empréstimos e financiamentos	401.115	104.332	375.256	250.898
Instrumentos financeiros derivativos	4.829			
Fornecedores	76.150			
Partes relacionadas	3.277			
Outros passivos	14.983	3.318		

São Martinho S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

5.7 Análise de sensibilidade

Em conformidade com a Instrução CVM nº. 475, a Companhia demonstra no quadro a seguir, uma análise de sensibilidade sobre os efeitos de variação do valor justo dos instrumentos financeiros relativos à precificação e proteção de risco cambial e de outros ativos e passivos financeiros denominados em moeda estrangeira em 31 de março de 2011, que são considerados pela Administração como o risco mais relevante a que a Companhia está exposta. Esta análise considera as expectativas da Administração com relação ao cenário futuro projetado, por esse motivo não foi revisada pelos auditores independentes.

Controladora:		Cenário provável		Cenários possíveis	
Operação	Risco	Taxa/preço médios	Impacto no resultado contábil e fluxo de caixa	Deterioração de 25%	Deterioração de 50%
Contas a receber	Queda do US\$	1,55	(683)	(4.046)	(7.410)
Empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo	Alta do US\$	1,60	4.141	(57.455)	(119.051)
Contratos a termo de moeda estrangeira - NDF	Alta do US\$	1,55	9.494	(4.323)	(18.139)
Contas a pagar	Alta do US\$	1,58	345	(2.505)	(5.356)
Contratos a termo de açúcar - NDF	Aumento no preço da commodity	21,39	22.046	(7.357)	(36.760)
Venda mercado futuro - Etanol	Aumento no preço da commodity	1.154,56	(29)	(5.086)	(10.143)
Compra mercado futuro - Açúcar	Queda no preço da commodity	25,69	(9.191)	(23.816)	(39.886)
Venda mercado futuro - Açúcar	Aumento no preço da commodity	24,76	19.276	(4.686)	(25.579)
Venda de "call" - Açúcar	Aumento no preço da commodity	27,59	2.916	2.802	2.687
Compra de "call" - Açúcar	Queda no preço da commodity	26,50	(540)	(540)	(540)
Venda de "put" - Açúcar	Aumento no preço da commodity	21,21	(279)	(409)	(538)
Compra de "put" - Açúcar	Queda no preço da commodity	23,92	3.587	1.890	193

São Martinho S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Consolidado	Operação	Risco	Cenário provável		Cenários possíveis	
			Taxa/preço médios	Impacto no resultado contábil e fluxo de caixa	Deterioração de 25%	Deterioração de 50%
	Caixa e bancos	Queda do US\$	1,55	(796)	(4.718)	(8.639)
	Contas a receber	Queda do US\$	1,55	(752)	(4.455)	(8.157)
	Empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo	Alta do US\$	1,60	4.305	(68.503)	(141.311)
	Contratos a termo de moeda estrangeira - NDF	Alta do US\$	1,55	9.494	(4.323)	(18.139)
	Contas a pagar	Alta do US\$	1,58	345	(2.505)	(5.356)
	Contratos a termo de açúcar - NDF	Aumento no preço da commodity	21,39	22.046	(7.357)	(36.760)
	Venda mercado futuro - Etanol	Aumento no preço da commodity	1.154,56	(29)	(5.086)	(10.143)
	Compra mercado futuro - Açúcar	Queda no preço da commodity	25,69	(9.191)	(23.816)	(39.886)
	Venda mercado futuro - Açúcar	Aumento no preço da commodity	24,76	19.276	(4.686)	(25.579)
	Venda de "call" - Açúcar	Aumento no preço da commodity	27,59	2.916	2.802	2.687
	Compra de "call" - Açúcar	Queda no preço da commodity	26,50	(540)	(540)	(540)
	Venda de "put" - Açúcar	Aumento no preço da commodity	21,21	(279)	(409)	(538)
	Compra de "put" - Açúcar	Queda no preço da commodity	23,92	3.587	1.890	193

5.8 Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a sua capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

Condizente com outras companhias do setor, a Companhia monitora o capital com base no índice correspondente à dívida líquida dividida pelo EBITDA. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos e financiamentos (incluindo empréstimos e financiamentos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O EBITDA considerado é o acumulado dos últimos doze meses.

São Martinho S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A Companhia considera ideal um indicador de até 3,5, ou seja, que a dívida líquida corresponda a 3,5 vezes o EBITDA. É aceitável que em anos de baixo preço, dada a ciclicidade natural do setor, que este indicador atinja valores superiores. Porém, em caso de persistência do indicador em níveis elevados, as ações citadas acima, bem como outras, poderão ser colocadas em prática.

O referido índice é calculado e divulgado trimestralmente no relatório da administração (*release*) da Companhia.

5.9 Apuração do valor justo

A determinação do valor justo (*“fair value”*) dos instrumentos financeiros contratados pela Companhia e suas controladas é efetuada com base em informações obtidas junto às instituições financeiras e preço cotado em mercado ativo, utilizando metodologia usual padrão de apreçamento no mercado, que compreende avaliação do valor nominal até a data do vencimento e desconto a valor presente às taxas de mercado futuro. A utilização de diferentes hipóteses podem divergir dos montantes estimados de valor justo ora apresentados com os valores realizados, tendo em vista a necessidade de parcela considerável de julgamento de interpretação das informações de mercado.

O valor justo dos futuros negociados na bolsa de Nova Iorque - Intercontinental Exchange (ICE Futures US) é calculado pela diferença entre o preço contratual do derivativo e o preço de fechamento de mercado na data-base, obtido de cotação em mercado ativo, e conciliado com os saldos credores ou devedores junto às corretoras. O valor justo das opções negociadas na ICE é obtido da cotação em mercado.

O valor justo das opções de câmbio é obtido utilizando o método de “Black & Scholes”, utilizando dados públicos de mercado, especificamente a curvas de juros DI e DDI e de dólar futuro publicadas pela BM&F.

O valor justo dos contratos a termo, tanto de câmbio quanto de açúcar, contratados no mercado balcão junto a bancos de primeira linha, é calculado por métodos de desconto de fluxo de caixa futuro, os quais são baseados em dados de mercado na data de cada efetivação, especificamente as curvas de juros DI e DDI publicadas pela BM&F, a PTAX publicada pelo Banco Central do Brasil, e os preços de futuros de açúcar na bolsa ICE.

A Companhia e suas controladas avaliam, na data do balanço, se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está registrado por valor acima de seu valor recuperável (*impairment*).

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes, títulos a receber, contas a pagar aos fornecedores e títulos a pagar, pelo valor contábil, menos a perda (*impairment*) ou ajuste a valor presente, quando aplicável, estejam próximos de seus correspondentes valores justos. O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para a Companhia e suas controladas para instrumentos financeiros similares.

A Companhia e suas controladas aplicam o CPC 40 para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia de mensuração pelo valor justo:

- Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos (Nível 1);
- Informações, além dos preços cotados, incluídas no nível 1 que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços) (Nível 2); e
- Inserções para os ativos ou passivos que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, inserções não observáveis) (Nível 3).

São Martinho S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora		
Conforme balanço patrimonial	Nível 1	Nível 2	Total
Em 31 de março de 2011			
Ativo - Instrumentos financeiros derivativos			
Futuros de etanol	14		14
Opções de açúcar	129		129
Opções de dólar		221	221
Contratos a termo - câmbio		3.894	3.894
Passivo - Instrumentos financeiros derivativos			
Futuros de açúcar	(2.634)		(2.634)
Contratos a termo - açúcar		(23.276)	(23.276)
Em 31 de março de 2010			
Ativo - Instrumentos financeiros derivativos			
Futuros de açúcar	6.351		6.351
Opções de açúcar	1.195		1.195
Contratos a termo - câmbio		947	947
Contratos a termo - açúcar		22.391	22.391
Em 1º de abril de 2009			
Ativo - Instrumentos financeiros derivativos			
Futuros de açúcar	174		174
Opções de açúcar	569		569

São Martinho S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Consolidado		
Conforme balanço patrimonial	Nível 1	Nível 2	Total
Em 31 de março de 2011			
Ativo - Instrumentos financeiros derivativos			
Futuros de etanol	14		14
Opções de açúcar	129		129
Opções de dólar		221	221
Contratos a termo - câmbio		3.894	3.894
Passivo - Instrumentos financeiros derivativos			
Futuros de açúcar	(2.634)		(2.634)
Contratos a termo - açúcar		(23.276)	(23.276)
Em 31 de março de 2010			
Ativo - Instrumentos financeiros derivativos			
Futuros de açúcar	8.661		8.661
Opções de açúcar	1.195		1.195
Contratos a termo - câmbio		2.682	2.682
Contratos a termo - açúcar		41.696	41.696
Em 1º de abril de 2009			
Ativo - Instrumentos financeiros derivativos			
Futuros de açúcar	330		330
Opções de açúcar	492		492
Passivo - Instrumentos financeiros derivativos			
Contratos a termo - câmbio		(4.829)	(4.829)

São Martinho S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

6 INSTRUMENTOS FINANCEIROS POR CATEGORIA

Controladora				
Ativos conforme balanço patrimonial	Empréstimos e recebíveis	Ativos mensurados a valor justo por meio de resultado	Derivativos utilizados para <i>hedge</i>	Total
Em 31 março de 2011				
Caixa e equivalentes de caixa	18.791	97.670		116.461
Contas a receber de clientes	50.439			50.439
Instrumentos financeiros derivativos	1.709		4.258	5.967
Partes relacionadas	4.833			4.833
Depósitos judiciais	30.564			30.564
Outros ativos	10.577			10.577
Em 31 março de 2010				
Caixa e equivalentes de caixa	24.200			24.200
Contas a receber de clientes	10.956			10.956
Instrumentos financeiros derivativos	1.335	1.195	29.689	32.219
Partes relacionadas	9.118			9.118
Depósitos judiciais	5.624			5.624
Outros ativos	4.883			4.883
Em 1º abril de 2009				
Caixa e equivalentes de caixa	28.676			28.676
Contas a receber de clientes	9.980			9.980
Instrumentos financeiros derivativos	199	569	174	942
Partes relacionadas	16.420			16.420
Depósitos judiciais	4.827			4.827
Outros ativos	6.075			6.075

São Martinho S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Controladora

Passivos conforme balanço patrimonial	Passivos mensurados a valor justo por meio de resultado	Derivativos utilizados para <i>hedge</i>	Outros passivos financeiros	Total
Em 31 março de 2011				
Empréstimos e financiamentos	76.156		339.925	416.081
Instrumentos financeiros derivativos		25.910		25.910
Fornecedores			46.642	46.642
Partes relacionadas			33	33
Outros passivos			31.809	31.809
Em 31 março de 2010				
Empréstimos e financiamentos	26.216		108.505	134.721
Fornecedores			16.985	16.985
Partes relacionadas			3.944	3.944
Outros passivos			1.855	1.855
Em 1º abril de 2009				
Empréstimos e financiamentos	27.544		100.609	128.153
Fornecedores			16.916	16.916
Partes relacionadas			15.632	15.632
Outros passivos			5.781	5.781

São Martinho S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Consolidado				
Ativos conforme balanço patrimonial	Empréstimos e recebíveis	Ativos mensurados a valor justo por meio de resultado	Derivativos utilizados para <i>hedge</i>	Total
Em 31 março de 2011				
Caixa e equivalentes de caixa	20.937	204.130		225.067
Contas a receber de clientes	59.673			59.673
Instrumentos financeiros derivativos	1.709		4.258	5.967
Partes relacionadas	33			33
Depósitos judiciais	32.367			32.367
Outros ativos	12.793			12.793
Em 31 março de 2010				
Caixa e equivalentes de caixa	92.122	38.512		130.634
Contas a receber de clientes	41.628			41.628
Instrumentos financeiros derivativos	4.170	1.195	53.039	58.404
Partes relacionadas	211			211
Depósitos judiciais	28.580			28.580
Outros ativos	9.817			9.817
Em 1º abril de 2009				
Caixa e equivalentes de caixa	137.279	52.784		190.063
Contas a receber de clientes	45.544			45.544
Instrumentos financeiros derivativos	3.848	492	330	4.670
Partes relacionadas	3.424			3.424
Depósitos judiciais	32.644			32.644
Outros ativos	15.221			15.221

São Martinho S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Consolidado				
Passivos conforme balanço patrimonial	Passivos mensurados a valor justo por meio de resultado	Derivativos utilizados para hedge	Outros passivos financeiros	Total
Em 31 março de 2011				
Empréstimos e financiamentos	76.367		635.326	711.693
Instrumentos financeiros derivativos		25.910		25.910
Fornecedores			61.096	61.096
Partes relacionadas			705	705
Outros passivos			31.608	31.608
Em 31 março de 2010				
Empréstimos e financiamentos	75.784		879.355	955.139
Fornecedores			74.172	74.172
Partes relacionadas			123	123
Outros passivos			28.453	28.453
Em 1º abril de 2009				
Empréstimos e financiamentos	79.780		1.051.821	1.131.601
Instrumentos financeiros derivativos		4.829		4.829
Fornecedores			76.150	76.150
Partes relacionadas			3.277	3.277
Outros passivos			18.301	18.301

7 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

		Controladora		
		31 de março de 2011	31 de março de 2010	1º de abril de 2009
Rendimentos				
Caixa e bancos		18.791	24.200	28.676
Aplicações financeiras				
. LCA	40% da variação do CDI - taxa média ponderada	3.008		
. CDB	100,71% da variação do CDI - taxa média ponderada	17.103		
. Debêntures compromissadas	100,95% da variação do CDI - taxa média ponderada	77.559		
		116.461	24.200	28.676

São Martinho S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Rendimentos	Consolidado		
		31 de março de 2011	31 de março de 2010	1º de abril de 2009
Caixa e bancos		20.937	92.122	137.279
Aplicações financeiras				
· LCA	40% (2010 - 70%) da variação do CDI - taxa média ponderada	3.008	35.034	36.904
· CDB	100,75% da variação do CDI - taxa média ponderada	82.494		
· Debêntures compromissadas	101,02%(2010 - 99,44%) da variação do CDI - taxa média ponderada	115.780	3.478	14.528
· Conta remunerada <i>SWEEP</i>	Variação do dólar norte-americano + taxa variável de 1,45% a 2,25% a.a.			1.352
· Fundos - LFT	100% da variação da SELIC	2.848		
		<u>225.067</u>	<u>130.634</u>	<u>190.063</u>

O saldo de caixa e bancos compreende depósitos em conta-corrente disponíveis para uso imediato. Referidos saldos decorrem da estratégia e do fluxo normal das operações da Companhia e controladas.

Todas as aplicações financeiras podem ser resgatadas em até 30 (trinta) dias, sem perda de rendimentos.

8 CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

O saldo de contas a receber de clientes está composto da seguinte forma:

	Controladora			Consolidado		
	31 de março de 2011	31 de março de 2010	1º de abril de 2009	31 de março de 2011	31 de março de 2010	1º de abril de 2009
Clientes mercado interno	36.303	8.202	9.980	44.111	32.525	44.235
Clientes mercado externo	14.136	2.754		15.562	9.103	1.309
	<u>50.439</u>	<u>10.956</u>	<u>9.980</u>	<u>59.673</u>	<u>41.628</u>	<u>45.544</u>

Para as posições em 31 de março de 2011 e de 2010 e 1º de abril de 2009, não foi identificada pela administração a necessidade de constituição de provisão para perdas com créditos de liquidação duvidosa.

São Martinho S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em 31 de março de 2011, as contas a receber de clientes no valor de R\$ 14.716 (2010 -R\$ 2.961; 1º de abril de 2009 - R\$ 857) encontram-se vencidas, mas não *impaired*. Essas contas referem-se a uma série de clientes que não possuem histórico de inadimplência. A análise de vencimentos dessas contas a receber está apresentada abaixo:

	Controladora			Consolidado		
	31 de março de 2011	31 de março de 2010	1º de abril de 2009	31 de março de 2011	31 de março de 2010	1º de abril de 2009
Vencidas e não provisionadas:						
Até 30 dias	14.593	2.920	745	16.027	4.605	3.544
de 31 a 60 dias		10			41	1.426
acima de 61 dias	123	31	112	313	109	169
A vencer:						
Em até 30 dias	33.514	7.714	7.998	41.082	36.443	33.720
de 31 a 60 dias	2.185	243	983	2.185	289	3.608
após de 61 dias	24	38	142	66	141	3.077
	<u>50.439</u>	<u>10.956</u>	<u>9.980</u>	<u>59.673</u>	<u>41.628</u>	<u>45.544</u>

Os valores apresentados como vencidos são, substancialmente, relativos processos de exportação, os quais são faturados à vista e, em média, levam 30 dias para a conclusão do processo de recebimento. O prazo médio de recebimento das contas a receber foi de 23 dias (25 dias no consolidado).

A exposição máxima ao risco de crédito na data das demonstrações financeiras é o valor contábil dos saldos de contas a receber.

São Martinho S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

9 ESTOQUES

	Controladora		
	31 de março de 2011	31 de março de 2010	1º de abril de 2009
Produtos acabados e em elaboração	66.674	13.756	21.090
Adiantamentos - compras de cana-de-açúcar	19.931	2.225	3.144
Insumos, materiais auxiliares, para manutenção e outros	29.437	6.544	6.957
	<u>116.042</u>	<u>22.525</u>	<u>31.191</u>
	Consolidado		
	31 de março de 2011	31 de março de 2010	1º de abril de 2009
Produtos acabados e em elaboração	72.477	43.144	102.986
Sal sódico - RNA	8.033	1.499	6.572
Adiantamentos - compras de cana-de-açúcar	23.986	31.023	42.562
Insumos, materiais auxiliares, para manutenção e outros	38.510	29.504	33.642
Provisão para redução dos estoques a valor de realização	(3.900)	(101)	(6.448)
	<u>139.106</u>	<u>105.069</u>	<u>179.314</u>

Com o objetivo de garantir o cumprimento de parte das obrigações assumidas por ocasião do desligamento da Copersucar, ocorrido em 31 de março de 2008, a Companhia ofereceu em penhor à Copersucar 25.757 m³ de álcool anidro carburante.

10 TRIBUTOS A RECUPERAR

A composição dos saldos de tributos a recuperar é a seguinte:

	Controladora		
	31 de março de 2011	31 de março de 2010	1º de abril de 2009
COFINS, incluindo créditos sobre aquisições de imobilizado	18.162	9.803	10.538
ICMS, incluindo créditos sobre aquisições de imobilizado	4.438	5.180	3.737
PIS, incluindo créditos sobre aquisições de imobilizado	3.950	1.955	2.102
Outros	454	31	47
	<u>27.004</u>	<u>16.969</u>	<u>16.424</u>
Ativo circulante	(12.650)	(10.774)	(8.266)
Não circulante	<u>14.354</u>	<u>6.195</u>	<u>8.158</u>

São Martinho S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Consolidado		
	31 de	31 de	1º de
	março de	março de	abril de
	2011	2010	2009
COFINS, incluindo créditos sobre aquisições de imobilizado	42.116	67.540	62.777
ICMS, incluindo créditos sobre aquisições de imobilizado	18.819	24.591	31.245
PIS, incluindo créditos sobre aquisições de imobilizado	9.236	14.074	12.946
Outros	569	933	2.155
	<u>70.740</u>	<u>107.138</u>	<u>109.123</u>
Ativo circulante	<u>(33.520)</u>	<u>(59.748)</u>	<u>(41.545)</u>
Não circulante (substancialmente de créditos sobre aquisições de imobilizado)	<u>37.220</u>	<u>47.390</u>	<u>67.578</u>

Os saldos de tributos a recuperar advêm das transações mercantis e de antecipações, ajustados a valor presente quando aplicável (créditos sobre aquisições de imobilizado).

Os créditos sobre aquisições de imobilizado são compensados de acordo com a legislação fiscal aplicável.

11 SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) Saldos da controladora e do consolidado:

	Controladora					
	31 de março de 2011		31 de março de 2010		1º de abril de 2009	
	Ativo não	Passivo	Ativo não	Passivo	Ativo não	Passivo
	circulante	circulante	circulante	circulante	circulante	circulante
De controladas e relacionadas:						
Vale do Mogi (anteriormente USM)	203		447	922	4.614	9.716
Omtex	2.962		46	3.005	11.768	
UBV	80	33	8.625	17	38	5.916
USL	1.586					
Monte Sereno Agrícola Ltda.	<u>2</u>					
Sub-total	<u>4.833</u>	<u>33</u>	<u>9.118</u>	<u>3.944</u>	<u>16.420</u>	<u>15.632</u>
De acionistas, decorrentes de compras de cana-de-açúcar - Fornecedores						
		<u>877</u>		<u>254</u>		<u>193</u>
	<u>4.833</u>	<u>910</u>	<u>9.118</u>	<u>4.198</u>	<u>16.420</u>	<u>15.825</u>

São Martinho S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Consolidado					
	31 de março de 2011		31 de março de 2010		1º de abril de 2009	
	Ativo não circulante	Passivo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante
De controladas em conjunto e relacionadas:						
SMA		693				
Mogi				123		26
SMBJ	30	12				
Agropecuária Vale do Corumbatai S.A.			6			
Agropecuária Caieira do Norte S.A.			2			
Imobiliária Paramirim S.A.			5			
Monte Sereno Agrícola Ltda.	2		9			
SM Participações S.A.			2			
USL	1					3.251
SC			21		1.393	
Usina da Barra S.A. - Açúcar e Álcool			26		1.856	
Sub-total	33	705	71	123	3.249	3.277
De acionistas, decorrentes de mútuo			140		175	
De acionistas, decorrentes de compras de cana-de-açúcar - Fornecedores		4.541		1.396		959
	33	5.246	211	1.519	3.424	4.236

Os saldos mantidos com controladas em 31 de março de 2011 e de 2010 e 1º de abril de 2009 referem-se a contratos de mútuo com vencimento a cada 31 de dezembro, prorrogáveis por mais um ano, sobre os quais incidem encargos equivalentes a 100% da variação do CDI - Certificado de Depósito Interbancário, e outras transações mercantis entre as empresas.

O prazo máximo estimado para a liquidação de todos os saldos de longo prazo com as partes relacionadas é de 24 meses. As compras de cana-de-açúcar de acionistas observam condições mercantis semelhantes às praticadas com terceiros.

b) Transações da controladora no exercício:

	31 de março de 2011					
	Receitas financeiras	Despesas financeiras e administrativas	Receitas de vendas	Despesas rateadas por controlada	Despesas reembolsadas por controladas	Compras de produtos e serviços
USM			8	2.808	2.509	421
Omtek			7.918		86	43
UBV	11		134		3.298	
USL					68	
Acionistas						
- aluguel de imóveis		195				
- prestação de serviços		693				
- compras de cana-de-açúcar						3.243
	11	888	8.060	2.808	5.961	3.707

São Martinho S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	31 de março de 2010					
	Receitas financeiras	Despesas financeiras e administrativas	Receitas de vendas	Despesas rateadas por controlada	Despesas reembolsadas por controladas	Compras de produtos e serviços
USM	8	973	2.462	4.246	2.393	68
Omtex	72		6.453		59	
UBV	91	646	3		1.092	16.112
Acionistas						
- aluguel de imóveis		73				
- prestação de serviços		157				
- compras de cana-de-açúcar						1.428
	171	1.849	8.918	4.246	3.544	17.608

As transações com partes relacionadas referem-se a receitas e despesas relativas a encargos incidentes sobre contratos de mútuo, venda de melão, vapor, energia elétrica, compra e venda de insumos agrícolas e industriais e outros produtos, aluguéis de imóveis, prestação de serviços advocatícios e compras de cana-de-açúcar, as quais observam condições mercantis semelhantes às praticadas com terceiros.

As despesas rateadas por controlada referem-se a gastos incorridos pela USM até novembro de 2010, posteriormente pela Companhia, com o centro de serviços compartilhados. As despesas reembolsadas por controladas referem-se a gastos incorridos com o Conselho de Administração e o escritório corporativo. Os rateios estão suportados por contratos celebrados entre as partes.

c) Transações do consolidado no exercício:

	31 de março de 2011	31 de março de 2010
Acionistas		
- aluguel de imóveis	334	73
- prestação de serviços	1.368	1.364
- compras de cana-de-açúcar	9.013	7.802
	10.715	9.239

São Martinho S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

d) Remuneração do pessoal-chave da administração:

O pessoal-chave da administração inclui os conselheiros e diretores. A remuneração paga ou a pagar está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31 de março de 2011	31 de março de 2010	31 de março de 2011	31 de março de 2010
Ordenados e salários	184	511	254	511
Honorários e bônus	7.539	5.060	10.742	10.562
Contribuições previdenciárias e sociais	1.183	1.003	1.694	2.033
Plano de previdência privada	152	121	325	311
Programa de participação nos resultados		74		74
Outros	21	50	28	79
	<u>9.079</u>	<u>6.819</u>	<u>13.043</u>	<u>13.570</u>

12 OUTROS ATIVOS

	Controladora			Consolidado		
	31 de março de 2011	31 de março de 2010	1º de abril de 2009	31 de março de 2011	31 de março de 2010	1º de abril de 2009
Despesas antecipadas	2.191	178	922	2.767	1.473	6.216
Adiantamentos diversos	2.234	1.238	1.698	2.333	4.575	4.616
Outros investimentos	5.347	3.430	3.430	5.418	3.540	3.482
Outros créditos	<u>805</u>	<u>37</u>	<u>25</u>	<u>2.275</u>	<u>229</u>	<u>907</u>
	10.577	4.883	6.075	12.793	9.817	15.221
Ativo circulante	<u>(4.958)</u>	<u>(1.449)</u>	<u>(2.641)</u>	<u>(5.692)</u>	<u>(6.086)</u>	<u>(10.900)</u>
Ativo não circulante	<u>5.619</u>	<u>3.434</u>	<u>3.434</u>	<u>7.101</u>	<u>3.731</u>	<u>4.321</u>

São Martinho S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

13 INVESTIMENTOS

O saldo de investimentos da controladora em sociedades controladas e controladas em conjunto é composto como segue:

13.1 Sociedades controladas e controladas em conjunto

	31 de março de 2011						
	Vale do Mogi	Omtk	NF	SMA	UBV	USL	Total
Em Sociedades controladas:							
Ações/quotas possuídas (milhares)	23.500	27.971	426.635	50		11.898	
Percentual de participação	100,00%	100,00%	62,89%	50,00%		41,67%	
Capital social	59.540	27.971	684.870	100		3.541	
Patrimônio líquido (passivo a descoberto)	762.432	24.614	623.852	43		(14.741)	
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	88.433	(8.338)	(820)	(57)		(156)	
Movimentação dos investimentos:							
Saldos em 31 de março de 2010	1.263.806	18.906			89.061		1.371.773
Juros sobre o capital próprio recebidos	(15.680)						(15.680)
Dividendos adicionais distribuídos	(93.567)						(93.567)
Incorporação de acervo líquido cindido - Nota 1.7	(444.085)	15.884	287.855	20		(7.592)	(147.918)
Aumento de capital com adiantamentos - AFAC					8.377		8.377
Ganho (perda) de reserva de reavaliação reflexa, por aumento (diminuição) de participação	2.101	(2.055)				(46)	
Integralização de capital com conferência de ações do capital da UBV			96.246		(96.246)		
Alienação de ações - Nota 1.5			(410)				(410)
Ganho de capital na operação descrita na Nota 1.5			8.943				8.943
Perda reflexa sobre Ajustes de avaliação patrimonial	(37.228)					(23)	(37.251)
Ganho (perda) de capital por diminuição de participação nos resultados acumulados até 31 de março de 2010	(1.348)	(449)			1.797		
Resultado de equivalência patrimonial	88.433	(7.672)	(293)	1	(2.917)	1.450	79.002
Reclassificação para o passivo circulante referente a investimento com Passivo a descoberto						6.142	6.142
Saldos em 31 de março de 2011	762.432	24.614	392.341	21	3		1.179.411
	31 de março de 2010						
				Vale do Mogi	UBV	Omtk	Total
Em Sociedades controladas:							
Ações/quotas possuídas (milhares)				23.500	117.243	13.925	
Percentual de participação				100%	28,30%	99,99%	
Capital social				60.000	414.288	13.925	
Patrimônio líquido				1.263.806	314.694	18.906	
Lucro líquido (prejuízo) do exercício				128.194	5.389	(793)	
Movimentação dos investimentos:							
Saldos em 1º de abril de 2009				1.158.777	66.361	19.700	1.244.838
Juros sobre o capital próprio recebidos				(11.965)			(11.965)
Dividendos provisionados				(10.332)			(10.332)
Ganho (perda) de reserva de reavaliação reflexa, por aumento (diminuição) de participação				590	(726)		(136)
Ganho (perda) de capital por diminuição de participação nos resultados acumulados até 31 de março de 2009				(21.772)	21.772		
Efeitos reflexos sobre Ajustes de avaliação patrimonial				20.338	25		20.363
Resultado de equivalência patrimonial				128.170	1.629	(794)	129.005
Saldos em 31 de março de 2010				1.263.806	89.061	18.906	1.371.773

Não existem participações recíprocas entre a controladora e as controladas diretas e indiretas.

São Martinho S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

13.2 Ágio, cisão e incorporação da Etanol Participações S.A. (“EP”)

Em 12 de abril de 2007, a EP adquiriu participação no capital social da USL e da Agropecuária Aquidaban S.A. (“AA”), pelos montantes de R\$ 184.080 e R\$ 61.360, respectivamente, registrando um ágio total no montante de R\$ 210.117, sendo R\$ 154.013 referentes à aquisição da USL e R\$ 56.104 referentes à aquisição da AA, com base nas demonstrações financeiras daquelas empresas levantadas em 31 de março de 2007.

Em 10 de dezembro de 2007, os acionistas da EP comunicaram ao mercado o encerramento das atividades operacionais da USL e AA. Na sequência das deliberações acima, em 21 de dezembro de 2007 os acionistas da EP deliberaram pela cisão total de seus ativos e passivos, os quais foram vertidos para a USL e AA. As participações societárias da EP nos patrimônios da USL e AA foram extintas, e as ações anteriormente detidas pela EP na USL e AA foram atribuídas a seus acionistas.

Em função destas decisões, a distribuição do ágio pago pela EP na aquisição destas controladas entre mais-valia de ativos e rentabilidade futura foi revista e as determinações das Instruções CVM nº. 319, de 3 de dezembro de 1999, e nº 349, de 6 de março de 2001, foram aplicadas no processo de consolidação da controlada USM.

Esta revisão teve como base laudo de avaliação do valor econômico do investimento preparado por peritos independentes considerando a absorção das operações destas controladas pelas acionistas controladoras e a venda de parte significativa de seus ativos imobilizados. Os ativos imobilizados disponibilizados para venda passaram a ser classificados no balanço patrimonial consolidado em rubrica específica no ativo não circulante, compreendendo o custo histórico contábil adicionado do ágio a eles atribuído, os quais somados compõem o valor esperado de realização destes ativos, conforme determinado em laudo de avaliação emitido por peritos independentes. Os ativos imobilizados que não serão vendidos permanecem classificados em rubrica própria, pelo custo histórico de aquisição somado do ágio respectivo. O ágio remanescente foi classificado como rentabilidade futura, líquido do benefício fiscal respectivo e, em contra respaldo em avaliação econômica do investimento segundo a nova premissa operacional estabelecida em dezembro de 2007.

Até 31 de março de 2009, a parcela do ágio relativa à rentabilidade futura estava sendo amortizada em período não superior a 10 (dez) anos, de acordo com a expectativa de retorno do investimento prevista no laudo de avaliação econômica segundo a configuração operacional do investimento. Conforme determinado pelo CPC 01 e pela deliberação CVM 565/08, o ágio decorrente de expectativa de rentabilidade futura deixou de ser sistematicamente amortizado a partir do exercício social iniciado em 1º de abril de 2009 e passou a ser analisado periodicamente quanto à capacidade de recuperação. As análises efetuadas não indicaram a necessidade de constituição de provisão para perdas.

O ágio atribuído aos ativos destinados à venda será amortizado quando da realização de tais ativos. O benefício fiscal oriundo do ágio referente à rentabilidade futura é amortizado conforme sua efetiva utilização nas apurações fiscais.

Após os eventos mencionados acima e as movimentações de amortização e baixa em decorrência dos bens vendidos, a distribuição do ágio no consolidado é como segue:

	Ágio	Amortizações/ baixas/ acumuladas	Saldo líquido em:		
			31 de março de 2011	31 de março de 2010	1º de abril de 2009
Rentabilidade futura - Intangível	39.688	(5.673)	34.015	34.015	34.015
Mais-valia de ativos destinados à venda	27.415	(27.362)	53	92	208
Benefício fiscal relativo à parcela da rentabilidade futura - Impostos diferidos	20.446	(10.938)	9.508	13.585	17.524
	<u>87.549</u>	<u>(43.973)</u>	<u>43.576</u>	<u>47.692</u>	<u>51.747</u>

São Martinho S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Considerando as isenções da aplicação retrospectiva completa para adoção inicial dos CPCs/IFRS, mencionadas na Nota 38.1.2, o referido ágio foi calculado ainda pela diferença entre o valor pago e o valor contábil e não foi impactado/modificado, por ter sido registrado antes de 1º de abril de 2009.

14 ATIVOS BIOLÓGICOS

Em 31 de março de 2011, a Companhia e a UBV possuem lavouras de cana-de-açúcar, cultivadas nos Estados de São Paulo e Goiás, que utilizam como matéria-prima em seus processos industriais. O cultivo de cana-de-açúcar é iniciado pelo plantio de mudas em terras próprias ou de terceiros e o primeiro corte ocorre após um período de 12 a 18 meses do plantio, quando a cana é cortada e a raiz (“soqueira”) continua no solo. Após cada corte ou ano/safra, a soqueira tratada cresce novamente, dando em média um total de cinco ou seis safras.

As terras próprias em que as lavouras estão plantadas são classificadas no ativo imobilizado e não integram o valor justo dos ativos biológicos.

Principais premissas utilizadas na mensuração do valor justo:

O valor justo das lavouras de cana-de-açúcar foi determinado utilizando-se a metodologia de fluxo de caixa descontado, considerando basicamente:

- a) Entradas de caixa obtidas pela multiplicação da (i) produção estimada, medida em quilos de ATR (Açúcar Total Recuperável), e do (ii) preço de mercado futuro da cana-de-açúcar, o qual é estimado com base em dados públicos e estimativas de preços futuros do açúcar e do álcool; e
- b) Saídas de caixa representadas pela estimativa de (i) custos necessários para que ocorra a transformação biológica da cana-de-açúcar (tratos culturais) até a colheita; (ii) custos com a colheita/Corte, Carregamento e Transporte - CCT; (iii) custo de capital (terras e máquinas e equipamentos); (iv) custos de arrendamento e parceria agrícola; e (v) impostos incidentes sobre o fluxo de caixa positivo.

As seguintes principais premissas foram utilizadas na determinação do referido valor justo:

	Consolidado	
	2011	2010
Área estimada de colheita (ha)	109.053	111.296
Produtividade prevista (ton/ha)	84,64	82,72
Quantidade de ATR por Ton. de cana-de-açúcar (kg)	137,47	137,26
Preço médio projetado de ATR (R\$)	0,4323	0,4145

Com base na estimativa de receitas e custos, a Companhia determina os fluxos de caixa descontados a serem gerados e trás os correspondentes valores a valor presente, considerando uma taxa de desconto, compatível para remuneração do investimento nas circunstâncias. As variações no valor justo são registradas na rubrica de ativos biológicos e tem como contrapartida a sub-conta “Variação no valor justo dos ativos biológicos”, na rubrica “Custo dos produtos vendidos” no resultado do exercício.

O modelo e as premissas utilizadas na determinação do valor justo representam a melhor estimativa da administração na data das demonstrações financeiras e são revisados trimestralmente e, se necessário, ajustados.

São Martinho S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A movimentação do valor justo dos ativos biológicos durante os exercícios é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	31 de março de 2011	31 de março de 2010	31 de março de 2011	31 de março de 2010
Ativos biológicos no início do exercício	89.693	109.811	461.952	406.872
Redução por perda de participação em controlada - NF			(42.296)	
Aumento decorrente de incorporação de acervo - USM	214.376			
Aumentos decorrentes de plantio e tratos	96.159	51.075	235.828	228.586
Variação no valor justo	(11.516)	(24.373)	(34.298)	7.241
Reduções decorrentes da colheita	(46.560)	(46.820)	(185.654)	(180.747)
Ativos biológicos no final do exercício	<u>342.152</u>	<u>89.693</u>	<u>435.532</u>	<u>461.952</u>

(a) Compromissos com arrendamento mercantil operacional e compra futura de cana-de-açúcar.

A Companhia e suas controladas firmaram contratos de arrendamentos mercantis e de aquisição de cana-de-açúcar produzida em propriedades rurais de terceiros (inclusive sob regime de parceria agrícola), por meio de contratos plurianuais. Os termos dos contratos de arrendamento e de compra de cana-de-açúcar têm vigência de seis a doze anos, a maioria é renovável no término do período.

Os valores a serem desembolsados em função destas operações serão determinados a cada encerramento de safra pelo preço da tonelada de cana-de-açúcar estabelecido pelo modelo definido pelo Conselho dos Produtores de Cana-de-açúcar, Açúcar e Alcool do Estado de São Paulo - CONSECANA. Em 31 de março de 2011, os pagamentos totais estimados de arrendamentos e contratos de compra, são estimados como segue:

	Consolidado
Menos de um ano	92.233
Mais de um ano e menos de cinco anos	273.905
Mais de cinco anos	121.136
	<u>487.274</u>

São Martinho S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

15 IMOBILIZADO

	Controladora							
	Terras	Edifícios e dependências	Equipamentos e instalações Industriais	Veículos	Máquinas e implem. agrícolas	Outras imobilizações	Obras em andamento	Total
Saldos em 1º de abril de 2009	550.675	22.298	149.554	17.824	41.371	3.152	10.026	794.900
Aquisição		10	19.161	242	2.921	521	18.813	41.668
Alienação (residual)	(871)		(95)	(380)	(333)	(2)		(1.681)
Transferência			7.623	184	670	5	(8.482)	
Depreciação		(1.822)	(29.990)	(4.183)	(5.980)	(490)		(42.465)
Saldos em 31 de março 2010	549.804	20.486	146.253	13.687	38.649	3.186	20.357	792.422
Custo total	549.804	28.555	196.512	24.864	55.429	8.123	20.357	883.644
Depreciação acumulada		(8.069)	(50.259)	(11.177)	(16.780)	(4.937)		(91.222)
Valor residual	549.804	20.486	146.253	13.687	38.649	3.186	20.357	792.422
Saldos em 31 de março 2010	549.804	20.486	146.253	13.687	38.649	3.186	20.357	792.422
Aquisição			61.452	39	8	353	31.215	93.067
Alienação (residual)	(1.245)		(375)	(624)				(2.244)
Transferências entre contas	400	1.351	5.965	1.756	8.309	1.054	(18.835)	
Acervo incorporado da USM	55.450	45.405	255.960	31.151	69.699	4.443	30.402	492.510
Depreciação		(2.518)	(32.436)	(4.885)	(6.918)	(815)		(47.572)
Saldos em 31 de março 2011	604.409	64.724	436.819	41.124	109.747	8.221	63.139	1.328.183
Custo total	604.409	89.724	691.279	80.821	169.219	32.492	63.139	1.731.083
Depreciação acumulada		(25.000)	(254.460)	(39.697)	(59.472)	(24.271)		(402.900)
Valor residual	604.409	64.724	436.819	41.124	109.747	8.221	63.139	1.328.183
Valor residual de:								
Custo histórico	21.139	18.351	165.878	31.806	54.902	8.221	63.139	363.436
Mais-valia	583.270	46.373	270.941	9.318	54.845			964.747
	604.409	64.724	436.819	41.124	109.747	8.221	63.139	1.328.183
Taxas médias de depreciação		4,67%	9,07%	23,13%	12,80%	11,72%		

	Consolidado								
	Terras	Edifícios e dependências	Equipamentos e instalações Industriais	Veículos	Máquinas e implem. agrícolas	Benefícios em imóveis de 3ºs	Outras imobilizações	Obras em andamento	Total
Saldos em 1º de abril de 2009	1.745.554	183.927	709.885	78.581	164.670	17.032	10.795	104.629	3.015.073
Aquisição	536	187	82.396	6.737	12.144	11.609	2.745	79.798	196.152
Alienação (residual)	(899)		(333)	(371)	(725)		(689)		(3.017)
Transferência		19.974	18.126	5.954	5.650	553	15	(50.272)	
Depreciação		(7.669)	(116.419)	(15.032)	(21.089)	(3.395)	(1.845)		(165.449)
Saldos em 31 de março 2010	1.745.191	196.419	693.655	75.869	160.650	25.799	11.021	134.155	3.042.759
Custo total	1.745.191	223.652	911.574	115.322	221.909	31.116	34.736	134.155	3.417.655
Depreciação acumulada		(27.233)	(217.919)	(39.453)	(61.259)	(5.317)	(23.715)		(374.896)
Valor residual	1.745.191	196.419	693.655	75.869	160.650	25.799	11.021	134.155	3.042.759
Saldos em 31 de março 2010	1.745.191	196.419	693.655	75.869	160.650	25.799	11.021	134.155	3.042.759
Aquisição		10	83.626	441	128	10.787	1.225	132.359	228.576
Alienação (residual)	(1.652)	(9)	(536)	(1.094)	(1.908)		(1)		(5.200)
Transferências entre contas	803	23.854	67.327	13.832	22.172	1.557	2.527	(132.072)	
Redução de participação na NF	(12.037)	(50.675)	(87.028)	(10.803)	(16.600)	(9.870)	(1.632)	(31.068)	(219.713)
Depreciação		(7.308)	(126.585)	(15.191)	(23.337)	(7.347)	(1.893)		(181.661)
Saldos em 31 de março 2011	1.732.305	162.291	630.459	63.054	141.105	20.926	11.247	103.374	2.864.761
Custo total	1.732.305	195.298	907.636	107.488	212.383	27.911	36.619	103.374	3.323.014
Depreciação acumulada		(33.007)	(277.177)	(44.434)	(71.278)	(6.985)	(25.372)		(458.253)
Valor residual	1.732.305	162.291	630.459	63.054	141.105	20.926	11.247	103.374	2.864.761
Valor residual de:									
Custo histórico	116.536	108.127	356.094	53.647	86.105	20.926	11.247	103.374	856.056
Mais-valia	1.615.769	54.164	274.365	9.407	55.000				2.008.705
	1.732.305	162.291	630.459	63.054	141.105	20.926	11.247	103.374	2.864.761
Taxas médias de depreciação		3,83%	7,85%	16,78%	11,39%	20,00%	12,46%		

São Martinho S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em 31 de março de 2011, o saldo de obras em andamento da controladora refere-se à adequação do parque industrial de suas duas unidades industriais para o aumento na produção de açúcar e álcool e outras melhorias. No consolidado, o saldo de obras em andamento compreende também melhorias da unidade industrial da UBV referente à ampliação e melhorias do parque industrial para produção de álcool e geração de energia elétrica.

Em função de alguns empréstimos e financiamentos da Companhia e de suas controladas, bens do ativo imobilizado, no montante consolidado de R\$ 669.818 em 31 de março de 2011, encontram-se gravados em garantia dos credores. Estes itens são representados, em sua grande maioria, por equipamentos e instalações industriais e máquinas e implementos agrícolas. Adicionalmente, o montante de R\$ 536.586 (R\$ 1.012.918 no consolidado), referente a terras, foi oferecido em garantia de créditos rurais securitizados registrados no passivo circulante e exigível a longo prazo.

Em 31 de março de 2011, 12.626,70 ha. e 1.085,12 ha. de terras da Vale do Mogi e da Companhia, respectivamente, estavam dadas em garantias para operações da UBV.

Os gastos com manutenção no período de entressafra são alocados ao imobilizado e depreciados integralmente na safra seguinte.

A Companhia e suas controladas capitalizaram encargos financeiros no montante de R\$ 7.233 no exercício findo em 31 de março de 2011 (2010 - R\$ 8.176).

(a) Custo atribuído (*Deemed cost*)

Conforme facultado pela Interpretação Técnica - ICPC 10, a Companhia, incluindo o acervo incorporado da USM, e determinadas controladas, optaram pela adoção do custo atribuído (*deemed cost*) na aplicação das novas práticas contábeis (IFRS / CPCs). Nesse contexto, foi aprovada a nomeação de empresa especializada, bem como o resultado dos trabalhos de revisão das vidas úteis econômicas e dos correspondentes valores de custo atribuído (valor de mercado) para os principais grupos de bens do ativo imobilizado.

As reavaliações efetuadas pelas empresas em 2007 foram mantidas de acordo com o facultado pela Lei nº 11.638. A reavaliação anteriormente registrada foi considerada como parte do novo custo em 1º de abril de 2009 e, por este motivo, a reserva de reavaliação existente naquela data foi reclassificada para a rubrica de "Ajuste de avaliação patrimonial - *Deemed cost*".

Em 31 de março de 2011, o total de mais valia residual no ativo imobilizado (proveniente de reavaliações anteriores e atualizadas pelo *deemed cost*), líquido das correspondentes depreciações e baixas, bem como as taxas médias revisadas de depreciação, por grupo/natureza de bens, estão apresentadas no quadro acima. Os ajustes de *deemed cost* no saldo inicial do ano de transição estão demonstrados na Nota 38.2.

São Martinho S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

16 INTANGÍVEL

	Controladora			Consolidado		
	31 de março de 2011	31 de março de 2010	1º de abril de 2009	31 de março de 2011	31 de março de 2010	1º de abril de 2009
Ágio rentabilidade futura	38.826			38.826	38.826	38.826
Amortização acumulada	(4.811)			(4.811)	(4.811)	(4.811)
Software	5.148	2.034	2.032	6.858	6.874	6.827
Amortização acumulada	(3.317)	(1.826)	(1.770)	(4.147)	(3.722)	(2.955)
	<u>35.846</u>	<u>208</u>	<u>262</u>	<u>36.726</u>	<u>37.167</u>	<u>37.887</u>

O ágio relativo à rentabilidade futura oriundo do acervo líquido cindido da USL, que foi incorporado pela USM, deixou de ser amortizado a partir do exercício social que se iniciou em 1º de abril de 2009, conforme mencionado na Nota 13.2.

São Martinho S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

17 EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Modalidade	Encargos	Garantias	Vencimento	Controladora		
				31 de março de 2011	31 de março de 2010	1º de abril de 2009
Em moeda nacional:						
Créditos rurais securitizados	IGP-M + juros médios ponderados de 4,59% a.a., pagos anualmente	(a)	Parcelas anuais com vencos. entre Set/2018 e Jul/2020	76.154	26.216	27.544
Crédito rural	Juros médios ponderados pré-fixados de 11,25% a.a. pagos nos vencimentos finais dos contratos	(b)	Parcela única com vencos. entre Abr/2011 e Out/11	11.721	27.577	1.922
Crédito rural	Juros pré-fixados de 6,75% a.a. pagos no vencimento final do contrato	(b)	Parcela única com vencimento final em Jun/2011	3.469		17.847
Finame / BNDES Automático	TJLP trimestral + juros médios ponderados de 2,66% a.a. pagos mensalmente	(c)	Parcelas mensais com vencos entre Abr/2011 e Jul/2014	33.415	17.002	22.386
Finame / BNDES Automático	Taxa média ponderada pré-fixada de 5,20% a.a. pagos mensalmente	(d)	Parcelas mensais com vencos entre Abr/2011 a Ago/2015	40.266	4.615	6.643
Outros créditos securitizados	Juros pré-fixados de 3% a.a. pagos anualmente	(e)	Parcelas anuais com vencto. final em Out/2025	71	75	78
Capital de giro	Variação de 130% do CDI OVER CETIP pagos nos vencimentos finais dos contratos		Parcela única com vencos entre Mai/2010 e Jun/2010		17.143	17.030
Leasing	Taxa pré-fixada de 7,51% a.a. pagos mensalmente.	(f)	Parcelas mensais com vencto. final entre Abr/2001 a Abr/2013	460	49	61
Em moeda estrangeira:						
ACC	Taxa pré-fixada de 2,20% a.a. + Variação do dólar americano pagos nos vencimentos finais dos contratos	(g)	Parcela única com vencimento final em Abr/2011	4.983	42.044	34.642
PPE	Juros médios ponderados de 2,46% a.a. + variação do dólar americano, pagos nos vencimentos	(l)	Parcelas semestrais com vencimentos entre Fev/11 e Jun/15	245.527		
Finame / BNDES Automático	Cesta de moedas (Dólar norte-americano, Euro e Iene) + taxa fixa de 7,12% a.a. pagos mensalmente	(b)	Parcelas mensais com vencimentos entre Abr/11 e Mar/12	15		
Total				416.081	134.721	128.153
Passivo circulante				(80.291)	(87.811)	(87.054)
Não circulante				335.790	46.910	41.099

São Martinho S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Modalidade	Encargos	Garantias	Vencimento	Consolidado		
				31 de março de 2011	31 de março de 2010	1º de abril de 2009
Em moeda nacional:						
Créditos rurais securitizados	IGP-M + juros médios ponderados de 4,61% a.a., pagos anualmente	(a)	Parcelas anuais com vencimentos entre Set/2018 e Jul/2020	76.367	75.784	79.780
Crédito rural	Juros médios ponderados pré-fixados de 11,25% a.a. pagos nos vencimentos finais dos contratos	(b)	Parcela única com vencto. em Abr/2011 e Jan/2012	22.252	48.020	20.835
Crédito rural	Juros médios ponderados pré-fixados de 6,75% a.a. pagos nos vencimentos finais dos contratos	(k)	Parcela única com vencimento final em Jun/2011	3.469		21.974
Finame / BNDES Automático	TJLP trimestral + juros médios ponderados de 2,92% a.a. pagos mensalmente	(c) e (h)	Parcelas mensais com vencos entre Abr/2011 e Jul/2014	42.174	72.618	69.578
FINEM - DIRETO	TJLP trimestral + Juros médios ponderados de 2,9% a.a. pagos mensalmente	(h)	Parcelas mensais com vencos entre Abr/2011 e Fev/2019	184.828	318.159	363.920
FINEM - DIRETO	TJLP trimestral + Juros médios ponderados de 4,55% a.a. pagos mensalmente	(h)	Parcelas mensais com vencos entre Mar/2012 e Fev/2019	38.819		
Finame / BNDES Automático	Taxa média ponderada pré-fixada de 5,31% a.a. paga mensalmente	(d) e (i)	Parcelas mensais com vencos entre Abr/2011 e Ago/2015	41.588	32.206	32.148
Finame (FCO)	Taxa média ponderada pré-fixada de 11,5% a.a. paga mensalmente	(i)	Parcelas mensais com vencos entre Abr/2011 e Nov/2019	6.104		
Outros créditos securitizados	Juros pré-fixados de 3% a.a. pagos anualmente	(e)	Parcela única com vencimento em Out/2025	71	75	78
Capital de giro	Varição 129,26% do CDI OVER CETIP pagos nos vencimentos finais dos contratos		Parcela única com vencos entre Abr/2010 e Ago/2010		25.562	32.671
Capital de giro	Juros médios ponderados pré-fixados de 6,75% a.a. pagos nos vencimentos finais dos contratos		Parcela única com vencto. final em Nov/2010		17.905	
Leasing	Taxa média ponderada pré-fixada de 7,49% a.a. pagos mensalmente	(f)	Parcelas mensais com vencimentos entre Jan/2011 e Mai/2013	484	703	881
Em moeda estrangeira:						
Finame / BNDES Automático	Cesta de moedas (Dólar norte-americano, Euro e Iene) + taxa fixa de 7,12% a.a. pagos mensalmente	(b)	Parcelas mensais com vencimentos entre Jan/2011 e Mar/2012	15	36	63
FINEM - DIRETO	Cesta de moedas (Dólar, Euro e Iene) + taxa média ponderada fixa de 6,54% a.a. pagos mensalmente	(j)	Parcelas trimestrais com vencos entre Abr/2011 a Jul/2019	45.012	38.592	57.687
ACC	Juros médios ponderados de 2,2% a.a. + variação do dólar americano, pagos nos vencimentos	(g)	Parcela única com vencto. final em Abr/2011	4.983	146.979	214.280
PPE	LIBOR + Taxa fixa de 2,46% a.a. + Variação do dólar americano, pagos nos vencimentos	(l)	Parcelas semestrais com vencimentos entre Ago/2011 e Jun/2015	245.527	178.500	237.706
Total				711.693	955.139	1.131.601
Passivo circulante				(140.982)	(326.746)	(401.115)
Não circulante				570.711	628.393	730.486

São Martinho S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em 31 de março de 2011, todos os empréstimos e financiamentos eram garantidos por avais de acionistas e pelas seguintes garantias adicionais (referência aos quadros acima):

<u>Descrição das garantias oferecidas na contratação de empréstimos e financiamentos em 31 de março de 2011</u>	<u>Valor contábil ou contratual</u>
(a) Hipoteca -15.190 ha.de terras	531.807
(b) Nota promissória	42.351
(c) Alienação fiduciária de equipamentos industriais	28.826
Alienação fiduciária de equipamentos agrícolas	64.709
Nota promissória	36.979
(d) Alienação fiduciária de equipamentos industriais	41.193
Alienação fiduciária de equipamentos agrícolas	62.853
Nota promissória	11.093
(e) Hipoteca - 79 ha. de terras	4.779
(f) Nota promissória	178
(g) Nota promissória	69.113
(h) Hipoteca - 11.481 ha. de terras	391.399
Alienação fiduciária de equipamentos industriais	304.535
Alienação fiduciária de equipamentos agrícolas	17.747
Nota promissória	7.105
(i) Hipoteca - 199 ha. de terras	6.158
Alienação fiduciária de equipamentos industriais	141.313
Alienação fiduciária de equipamentos agrícolas	3.771
Nota promissória	3.313
(j) Hipoteca - 2.311 ha. de terras	78.775
Alienação fiduciária de equipamentos agrícolas	4.871
(l) Aval da Companhia	
(l) <i>Covenants</i> financeiros consolidados: manutenção de percentual mínimo do principal com fluxo projetado de recebíveis e <i>ratio</i> mínimo entre a dívida líquida e o EBITDA. Em 31 de março de 2011, de 2010 e em 1º de abril de 2009 a Companhia estava adimplente com todas as cláusulas restritivas em contratos de financiamentos.	

São Martinho S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As áreas de terras oferecidas em garantia de empréstimos e financiamentos referem-se a áreas de plantio de cana-de-açúcar.

Os saldos de empréstimos e financiamentos no longo prazo têm a seguinte composição de vencimento:

	31 de março de 2011	
	Controladora	Consolidado
De 1º/04/12 a 31/03/13	71.101	130.467
De 1º/04/13 a 31/03/14	93.075	152.510
De 1º/04/14 a 31/03/15	85.515	142.259
De 1º/04/15 a 31/03/16	57.687	76.946
De 1º/04/16 a 31/03/17	7.708	21.121
De 1º/04/17 a 31/03/26	20.704	47.408
	<u>335.790</u>	<u>570.711</u>

Os valores contábeis e o valor justo dos empréstimos e financiamentos são semelhantes.

Com base na Resolução nº 2.471/98 do Banco Central do Brasil e outros diplomas legais vigentes, a Companhia e a USL securitizaram em 1998, 1999 e 2000 a dívida assegurada junto às instituições financeiras, através de aquisição, no mercado secundário, de Certificados do Tesouro Nacional - CTN, como garantia de moeda de pagamento do valor do principal da dívida. Esses financiamentos securitizados, registrados como “Créditos rurais securitizados”, estarão automaticamente quitados nos seus vencimentos mediante o resgate dos Certificados do Tesouro Nacional, que se encontram custodiados pelas instituições financeiras credoras. Referidos certificados não são comercializáveis e destinam-se exclusivamente à liquidação desta dívida. O desembolso das empresas durante os 20 anos de vigência desta securitização limita-se ao pagamento anual de montantes e equivalentes à aplicação de percentuais variáveis entre 3,9% e 4,96% ao ano sobre o valor securitizado, atualizado monetariamente pelo IGP-M, limitado a 9,5% ao ano até a data do pagamento anual. Esta obrigação foi registrada nas demonstrações financeiras em 31 de março de 2011 e de 2010 e 1º de abril de 2009, de acordo com o valor destes desembolsos futuros, ajustados a valor presente.

18 FORNECEDORES

	Controladora			Consolidado		
	31 de março de 2011	31 de março de 2010	1º de abril de 2009	31 de março de 2011	31 de março de 2010	1º de abril de 2009
Cana-de-açúcar	26.448	3.558	5.877	31.794	26.322	25.485
Materiais, serviços e outros	20.194	13.427	11.039	29.302	47.850	50.665
	<u>46.642</u>	<u>16.985</u>	<u>16.916</u>	<u>61.096</u>	<u>74.172</u>	<u>76.150</u>

O período de safra da cana-de-açúcar, a qual ocorre entre abril e dezembro de cada ano, em média, tem impacto direto sobre o saldo junto a fornecedores de cana-de-açúcar e respectivos serviços de corte, carregamento e transporte.

São Martinho S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

19 OBRIGAÇÕES COM A COPERSUCAR (Cooperativa)

A Copersucar disponibilizou recursos a seus cooperados durante o período de associação das empresas, para financiamento de suas operações, através de letras de câmbio. Os recursos foram obtidos pela Cooperativa junto ao mercado e repassados aos cooperados com prazos de liquidação no curto prazo, e sobras de caixa da Cooperativa de caráter temporário e oriundas de liminares em processos judiciais pleiteando a suspensão de exigibilidades. Essas sobras de caixa são relacionadas a provisões para contingências registradas pela Cooperativa no passivo não circulante. Entretanto, na eventualidade de perda em algum dos processos nos quais a Cooperativa obteve liminar, a Companhia poderá ser requerida a desembolsar o valor que lhe tenha sido repassado em um prazo de até 120 dias. Os principais valores contidos nessas obrigações são oriundos de IPI - Imposto sobre Produtos Industrializados contestados judicialmente pela Cooperativa quanto à constitucionalidade e legalidade da exigência, representados pelos montantes de R\$ 65.962 e R\$ 14.886, em 31 de março de 2011 e de 2010, respectivamente (R\$ 68.495 e R\$ 59.253, respectivamente, no consolidado) e pelos passivos tributários contidos no REFIS Copersucar, conforme abaixo indicado, no montante de R\$ 86.051 (controladora e consolidado).

A composição das obrigações com a Copersucar é como segue:

	Controladora		
	31 de março de 2011	31 de março de 2010	1º de abril de 2009
Letra de Câmbio - Atualizado pela variação da SELIC	70.096	34.679	38.749
REFIS - Copersucar - Atualizado pela variação da SELIC	86.051		
Letra de Câmbio - Repasse de recursos sem incidência de encargos	44.272	11.409	11.409
Letra de Câmbio - Atualizado pela variação da TJLP		4.027	5.057
Letra de Câmbio - Atualizado pela variação do dólar + juros de 4,53% a.a.	3.271	1.703	2.881
Total	203.690	51.818	58.096
Passivo circulante	(2.040)	(589)	(589)
Não circulante	201.650	51.229	57.507

	Consolidado		
	31 de março de 2011	31 de março de 2010	1º de abril de 2009
Letra de Câmbio - Atualizado pela variação da SELIC	75.001	134.540	149.244
REFIS - Copersucar - Atualizado pela variação da SELIC	86.051		
Letra de Câmbio - Repasse de recursos sem incidência de encargos	45.225	43.935	43.935
Letra de Câmbio - Atualizado pela variação da TJLP	110	11.798	15.288
Letra de Câmbio - Atualizado pela variação do dólar + juros de 4,53% a.a.	3.461	5.972	10.105
Total	209.848	196.245	218.572
Passivo circulante	(2.203)	(2.203)	(2.203)
Não circulante	207.645	194.042	216.369

A totalidade das obrigações da Companhia e suas controladas com a Copersucar está garantida por avais de diretores.

São Martinho S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Adicionalmente, a Copersucar aderiu ao parcelamento da Lei 11.941/09 e aguarda a consolidação dos valores por parte da Secretaria da Receita Federal. O montante incluso no parcelamento foi distribuído aos cooperados e ex-cooperados durante o exercício findo em 31 de março de 2011, conforme Deliberação do Conselho de Administração da Copersucar. O valor atribuído à Companhia e suas controladas, líquido do estorno de provisão para contingências e outros ajustes provenientes da Copersucar, no montante líquido de R\$ 7.752, foi registrado na rubrica de “Outras receitas (despesas), líquidas”.

Tendo em vista os termos negociados no processo de desligamento da Copersucar, a partir da data do desligamento a Companhia e a USL permanecerão devedoras das obrigações registradas na rubrica de “Obrigações - Copersucar”, no passivo não circulante, sem alteração nas datas de seus vencimentos, até que os assuntos que as originaram e que se encontram sob discussão judicial patrocinada pelos assessores jurídicos da Cooperativa transitem em julgado. Tais obrigações continuam a ser garantidas por fianças bancárias no montante de R\$ 162.698 (R\$ 175.152 no consolidado).

20 TRIBUTOS PARCELADOS

	Controladora			Consolidado		
	31 de março de 2011	31 de março de 2010	1º de abril de 2009	31 de março de 2011	31 de março de 2010	1º de abril de 2009
ICMS	8.848	9.524	10.161	8.848	9.524	10.161
Parcelamento - Lei 11.941	50.815	6.440		52.075	41.628	
	59.663	15.964	10.161	60.923	51.152	10.161
Passivo circulante (tributos a recolher)	(4.753)	(1.593)	(1.198)	(5.090)	(3.939)	(1.198)
Não circulante	54.910	14.371	8.963	55.833	47.213	8.963

Em outubro e novembro de 2009, a Companhia e suas controladas Omtex e USL, aderiram ao programa de Recuperação Fiscal (REFIS) de débitos federais, aprovado pela Lei 11.941, de 27 de maio de 2009, com benefícios de redução nos juros, multas e encargos legais. O valor total dos débitos líquido dos descontos, correspondente ao referido parcelamento foi de R\$ 8.028 (R\$ 42.039 no consolidado), sendo R\$ 1.803 liquidados à vista e R\$ 6.224 (R\$ 40.236 no consolidado) parcelados em 180 meses.

A maior parte dos processos inclusos no parcelamento vinha sendo discutida judicialmente e, conforme a opinião de nossos assessores legais, tinha a correspondente provisão para contingências. Como consequência da adesão ao REFIS, a Companhia e suas controladas obrigam-se ao pagamento das parcelas sem atraso superior a 3 meses, bem como desistiram das ações judiciais e renunciaram a qualquer alegação de direito sobre a qual se fundava as referidas ações, sob pena de imediata rescisão do parcelamento e, conseqüentemente, perda dos benefícios anteriormente mencionados (descontos e prazo de liquidação).

O impacto no resultado ocorreu na rubrica de “Outras receitas (despesas), líquidas”, sendo:

- (a) No exercício findo em 31 de março de 2010:

	Controladora	Consolidado
Total dos débitos inclusos no parcelamento	(10.457)	(60.001)
Provisão para contingências revertidas	867	43.895
Descontos obtidos no parcelamento	2.429	17.962
Total do impacto no resultado, de março de 2010	(7.161)	1.856

São Martinho S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) No exercício findo em 31 de março de 2011:

No exercício corrente a Companhia e suas controladas fizeram inclusões adicionais ao REFIS, basicamente de débitos previdenciários, que também foram contabilizados a débito de “Outras receitas (despesas), líquidas”. Entretanto, o efeito no resultado deste ano é, substancialmente, decorrente dos ajustes provenientes da Copersucar, conforme mencionado na Nota 19.

21 OUTROS PASSIVOS

	Controladora			Consolidado		
	31 de março de 2011	31 de março de 2010	1º de abril de 2009	31 de março de 2011	31 de março de 2010	1º de abril de 2009
Vendas a faturar	7.187	442	4.070	10.663	2.103	6.845
Receitas a apropriar	1.458	2.158	2.858	2.913	2.158	2.858
Contribuições sociais parceladas	728			728	882	1.162
Passivo a descoberto de controlada	6.142					
Mitsubishi Corporation	11.748			11.748	16.224	
Outros débitos	4.546	709	1.013	5.556	7.086	7.436
	31.809	3.309	7.941	31.608	28.453	18.301
Passivo circulante	(21.398)	(1.855)	(5.781)	(21.137)	(12.914)	(14.983)
Não circulante	10.411	1.454	2.160	10.471	15.539	3.318

O saldo de passivo a descoberto em controlada, refere-se ao reconhecimento da participação societária na controlada USL, conforme Nota 11.1.

O saldo em aberto com a Mitsubishi Corporation é proveniente de aquisição de participação societária na UBV, conforme mencionado na Nota 1.2.

22 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(a) Capital social

Em 31 de março de 2011 e de 2010 o capital social está dividido em 113.000.000 de ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

(b) Ações em tesouraria

Em 22 de setembro de 2008, o Conselho de Administração aprovou programa de recompra de ações ordinárias de emissão da própria Companhia, para manutenção em tesouraria e posterior alienação ou cancelamento, sem redução de capital social, nos termos do seu Estatuto Social, das Instruções CVM nº10/80 e nº 268/97 e das demais disposições legais vigentes. As operações de aquisição de ações foram realizadas até 5 de janeiro de 2009, na BM&FBovespa, a preços de mercado, com a intermediação de corretoras.

São Martinho S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A Companhia recomprou 139.000 ações ordinárias, no montante de R\$ 1.899, a um custo unitário mínimo de R\$ 9,30 e máximo de R\$ 19,20, resultando em um custo médio de R\$ 13,65 por ação. O valor de mercado em 31 de março de 2011 da totalidade dessas ações corresponde a R\$ 3.557 (R\$2.264 em 31 de março de 2010).

O objetivo da Companhia com o programa é maximizar a geração de valor para seus acionistas.

(c) Ajustes de avaliação patrimonial

- **Deemed cost**

Corresponde a mais valia de custo atribuído de Terras, Edificações e dependências, Equipamentos e instalações industriais; Veículos e Máquinas e implementos agrícolas, como descrito na Nota 15(a). Os valores estão registrados líquidos dos efeitos tributários, são realizados com base nas depreciações, baixas ou alienações dos respectivos bens e os montantes apurados da realização são transferidos para a rubrica "Lucros acumulados".

- **Valor justo de hedge accounting**

Corresponde aos resultados de operações com instrumentos financeiros derivativos não realizadas/liquidadas, classificadas como *hedge accounting*. O referido saldo é revertido do patrimônio líquido em etapas, na proporção em que ocorreram os vencimentos/embarques das operações correlatas.

(d) Reserva legal e para orçamento de capital

A reserva legal é constituída anualmente com a destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar capital.

Até 31 de março de 2010, a reserva para orçamento de capital refere-se à retenção do saldo remanescente de lucros acumulados de exercícios anteriores e foi constituída com objetivo de fazer face aos investimentos na ampliação da capacidade produtiva e em diversos projetos de aperfeiçoamento de processos, conforme orçamento de capital aprovado em Assembléia Geral dos acionistas de 30 de julho de 2010.

Em 17 de setembro de 2010, ocorreu a capitalização de R\$ 95.900 por deliberação da Assembléia Geral, uma vez que os correspondentes investimentos foram realizados.

Em 31 de março de 2011 a administração está propondo nova destinação para essa reserva, com o saldo remanescente do lucro líquido do exercício, também a ser aprovado, juntamente com o correspondente plano de investimentos, na próxima Assembléia Geral dos acionistas. Adicionalmente, a administração está propondo a capitalização do valor destinado para esta reserva no ano anterior, o que deverá ser ratificado oportunamente em assembléia, uma vez que os correspondentes investimentos foram realizados durante o exercício.

(e) Dividendos e Juros sobre o capital próprio

Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo de 25% sobre o lucro líquido do exercício, após deduzidos os prejuízos acumulados e a constituição da reserva legal.

Em Assembléia Geral Ordinária realizada em 30 de julho de 2010, foi aprovada uma distribuição adicional de dividendos no montante de R\$ 8.838 (R\$ 0,0783 por ação), totalizando uma distribuição de dividendos no montante de R\$ 30.933 (R\$ 0,2741 por ação), correspondente a 35% do lucro líquido do último exercício (de acordo com o BR GAAP antigo) após a constituição da reserva legal.

São Martinho S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Conforme facultado pela Lei 9.249/95, em setembro de 2010 a controlada USM (atualmente Vale do Mogi) calculou e distribuiu Juros sobre o Capital Próprio - JCP para a Companhia com base na Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP vigente no período, no montante bruto de R\$ 15.680. Em dezembro de 2010, a Companhia calculou e distribuiu JCP com base na TJLP vigente no período, no montante bruto de R\$ 19.559.

Os juros sobre o capital próprio recebido da controlada USM foram registrados nos livros fiscais como receita financeira, e os juros sobre o capital próprio pagos aos acionistas pela Companhia foram registrados nos livros fiscais como despesa financeira, conforme requerido pela legislação fiscal. Posteriormente, os juros sobre o capital próprio recebidos foram creditados à conta de investimentos, e os juros sobre o capital próprio pagos foram debitados à conta de lucros acumulados, em atendimento a Deliberação CVM 247/96. Adicionalmente, os JCP foram computados no cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios.

Os dividendos mínimos obrigatórios foram apurados como segue:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Lucro líquido do exercício (2010 - valor conforme BR GAAP antigo - Nota 38)	142.288	93.032
Absorção de prejuízos acumulados	<u>(32.927)</u>	
	109.361	93.032
Constituição de reserva legal - 5%	<u>(5.468)</u>	<u>(4.652)</u>
Base de cálculo para distribuição de dividendos mínimos obrigatórios	103.893	88.380
Dividendos mínimos obrigatórios - 25% (2011 - R\$ 0,2301 por ação)	25.973	22.095
JCP pagos a título de dividendos, líquidos do IRRF (2011 - R\$ 0,1488 por ação)	<u>(16.793)</u>	<u>(15.626)</u>
Parcela dos dividendos mínimos obrigatórios, a pagar (2011 - R\$ 0,0813 por ação)	<u>9.180</u>	<u>6.469</u>

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 28 de junho de 2011, foi proposta uma distribuição adicional de dividendos no montante de R\$ 21.062 (R\$ 0,1866 por ação) a ser ratificada em Assembléia Geral Ordinária.

(f) Plano de outorga de opção de compra de ações

Na Assembléia Geral Extraordinária, realizada em 26 de março de 2009, foi aprovado o Plano de Outorga de Opções de Compra de Ações da Companhia, com o objetivo de estimular a expansão da Companhia e o alcance e superação de metas empresariais, promover o bom desempenho da Companhia e possibilitar a manutenção de seus profissionais. O Plano é gerido pelo Conselho de Administração, que poderá conceder opções para compra de ações a seus executivos, administradores e empregados.

O número total de ações ordinárias relativo ao qual podem ser outorgadas opções não excederá 2% do total de ações ordinárias do capital social da Companhia. O Plano de Opções da Companhia encontra-se disponível na CVM.

Atualmente, os Regulamentos e Contratos de adesão estão em elaboração pelo Conselho de Administração, para serem implementados na Companhia, bem como a definição dos beneficiários elegíveis.

23 PLANO DE BENEFÍCIOS A EMPREGADOS E ADMINISTRADORES

Em setembro de 2008, a Companhia e suas controladas contrataram plano de previdência complementar destinado a todos os empregados e administradores, denominado Plano Gerador de Benefício Livre (PGBL), o qual caracteriza-se como plano de contribuição definida.

São Martinho S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A participação de todos os empregados é assegurada, mas facultativa. A contrapartida das empresas está limitada a 1% dos salários nominais de seus empregados até o limite da unidade de referência do plano e até 6% da parcela dos salários nominais que excede referido limite. Os participantes podem efetuar contribuições acima dos limites percentuais descritos no parágrafo acima, porém, sem contrapartida por parte da Companhia e suas controladas.

O montante dessa participação no exercício findo em 31 de março de 2011 e de 2010, registrado como custos ou despesas operacionais no resultado foi de R\$ 1.663 e R\$ 1.534, respectivamente, no consolidado.

24 PROGRAMA DE PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS E RESULTADOS

Em conformidade com Acordos Coletivos de Trabalho, firmados com as categorias de seus colaboradores, a Companhia e suas controladas implementaram programa de participação dos empregados nos lucros e resultados, baseado em acordo de metas operacionais e financeiras previamente estabelecidas.

Os indicadores operacionais e financeiros acordados entre a Companhia e suas controladas e os colaboradores, através dos sindicatos que os representam, estão relacionados aos seguintes aspectos: (i) aproveitamento de tempo agroindustrial; (ii) produtividade agroindustrial; (iii) índice orçamentário; (iv) acidente do trabalho; (v) satisfação dos clientes; (vi) prazo para fechamento gerencial; (vii) ganhos econômicos com mudanças de processos e a respectiva qualidade; (viii) perfil da dívida existente; (ix) performance financeira lastreada especialmente ao nível e qualidade do endividamento; (x) performance econômico financeira; e (xi) qualidade das análises e apresentações para o mercado. Estes indicadores são segregados para aplicação específica aos respectivos departamentos envolvidos, os quais são divididos, para fins deste programa, entre área agroindustrial, centro de serviços compartilhados e corporativo.

O montante dessa participação no exercício findo em 31 de março de 2011 e de 2010, registrado como custos ou despesas operacionais no resultado foi de R\$ 20.535 e R\$ 13.368, respectivamente, no consolidado.

São Martinho S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

25 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) O imposto de renda e a contribuição social estão representados por:

	Controladora			Consolidado		
	31 de março de 2011	31 de março de 2010	1º de abril de 2009	31 de março de 2011	31 de março de 2010	1º de abril de 2009
Créditos tributários						
No ativo circulante - Antecipações						
· Imposto de renda e contribuição social, a compensar	1.023	5.002	5.596	5.037	12.026	11.427
No ativo não circulante - Créditos diferidos						
· Imposto de renda sobre prejuízos fiscais	14.296	22.481	22.247	33.442	51.352	58.146
· Contribuição social sobre base negativa acumulada	5.220	8.166	8.632	12.113	19.337	23.125
Tributos sobre diferenças temporárias de:						
· Provisão para contingências	17.127	5.215	3.912	17.363	19.170	23.955
· Ativos biológicos (variação para o valor justo)	16.718	11.481	3.194	27.750	22.231	24.692
· Benefício fiscal sobre ágio incorporado	9.509			9.509	13.970	17.523
· Despesas pré-operacionais (Diferido, baixado)				7.982	14.350	15.332
· Instrumentos financeiros derivativos	13.784	2.799	144	13.784	5.550	2.016
· Outros	9.414	863	1.131	10.733	2.078	5.435
	<u>86.068</u>	<u>51.005</u>	<u>39.260</u>	<u>132.676</u>	<u>148.038</u>	<u>170.224</u>
Débitos tributários						
No passivo circulante - Débitos correntes						
· Imposto de renda e contribuição social, a pagar	829			829		
No passivo não circulante - Débitos diferidos						
Tributos sobre diferenças temporárias de:						
· Mais-valia de ativo imobilizado (<i>Deemed cost</i>)	(329.797)	(228.236)	(234.256)	(684.793)	(705.054)	(724.964)
· Depreciação acelerada incentivada	(107.366)	(23.192)	(21.152)	(107.366)	(95.755)	(77.724)
· Financiamentos securitizados	(12.574)	(9.210)	(8.830)	(12.740)	(9.784)	(9.016)
· Ajuste a valor presente	(8.371)	(3.333)	(3.894)	(8.393)	(9.417)	(11.086)
· Instrumentos financeiros derivativos	(3.834)	(13.114)		(3.835)	(23.699)	
· Outros		(21)	(21)		(53)	(153)
	<u>(461.942)</u>	<u>(277.106)</u>	<u>(268.153)</u>	<u>(817.127)</u>	<u>(843.762)</u>	<u>(822.943)</u>

A compensação dos prejuízos fiscais e da base negativa acumulada da contribuição social está limitada a 30% do lucro real anual, sem prazo de prescrição e não sujeita a atualização monetária ou juros. O reconhecimento de créditos fiscais diferidos sobre prejuízos fiscais e bases negativas tem como base projeções de resultado da Companhia e das controladas que suportam a recuperação dos créditos tributários, em conformidade com as práticas contábeis vigentes.

A expectativa de recuperação da totalidade dos créditos tributários diferidos, indicada pelas projeções de resultado tributável aprovadas pela Administração, incluindo a expectativa de realização das diferenças temporárias, é conforme demonstrada a seguir:

Períodos findos em 31 de março de:	Valor estimado de realização	
	Controladora	Consolidado
2012	45.365	50.870
2013	11.685	18.359
2014	7.487	14.465
2015	6.973	14.391
2016	6.289	14.329
2017 em diante	8.269	20.262
	<u>86.068</u>	<u>132.676</u>

São Martinho S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos passivos são realizados substancialmente em função da depreciação e baixa dos ativos imobilizados que os originaram. A realização deste passivo é estimada à razão média de 15% ao ano, em função das taxas de depreciação dos ativos imobilizados respectivos. Adicionalmente, o prazo de liquidação dos empréstimos securitizados, que vencem até 2021, têm impacto no período de recuperação do Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos ativos.

b) Reconciliação do imposto de renda e contribuição social

Os encargos de imposto de renda e contribuição social são reconciliados com as alíquotas vigentes, como segue:

	<u>31 de março de 2011</u>		<u>31 de março de 2010</u>	
Controladora:	<u>Imposto de renda</u>	<u>Contribuição social</u>	<u>Imposto de renda</u>	<u>Contribuição social</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	173.974	173.974	87.229	87.229
Alíquotas vigentes - %	25%	9%	25%	9%
	<u>(43.494)</u>	<u>(15.658)</u>	<u>(21.807)</u>	<u>(7.851)</u>
Reconciliação para a taxa efetiva:				
<u>Diferenças permanentes</u>				
Equivalência patrimonial	19.755	7.111	32.251	11.611
Ganho (perda) de capital com investimentos	2.133	768		
Juros sobre o capital próprio	971	350	1.592	573
Benefícios fiscais - parcelamento Lei 11.941			339	122
Outras diferenças permanentes	(3.216)	(1.156)	(297)	(107)
PAT e doações incentivadas	750		24	
Imposto de renda e contribuição social	<u>(23.101)</u>	<u>(8.585)</u>	<u>12.102</u>	<u>4.348</u>
Imposto de renda e contribuição social	<u>(31.686)</u>		<u>16.450</u>	

	<u>31 de março de 2011</u>		<u>31 de março de 2010</u>	
Consolidado:	<u>Imposto de renda</u>	<u>Contribuição social</u>	<u>Imposto de renda</u>	<u>Contribuição Social</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	197.096	197.096	145.864	145.864
Alíquotas vigentes - %	25%	9%	25%	9%
	<u>(49.274)</u>	<u>(17.739)</u>	<u>(36.466)</u>	<u>(13.128)</u>
Reconciliação para a taxa efetiva:				
<u>Diferenças permanentes</u>				
Incentivos fiscais de ICMS, não tributados	1.994	718	2.395	862
Tributos diferidos não constituídos	66	23	(922)	(332)
Juros sobre o capital próprio	4.890	1.760	4.583	1.650
Benefícios fiscais - parcelamento Lei 11.941			4.199	1.512
Baixa de tributos diferidos em controlada - USL			(1.117)	(402)
Outras diferenças permanentes	227	82	(2.491)	(897)
PAT e doações incentivadas	2.445		688	
Imposto de renda e contribuição social	<u>(39.652)</u>	<u>(15.156)</u>	<u>(29.131)</u>	<u>(10.735)</u>
Imposto de renda e contribuição social	<u>(54.808)</u>		<u>(39.866)</u>	

São Martinho S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

26 SUBVENÇÃO PARA INVESTIMENTOS

A UBV possui programa de incentivo fiscal estadual junto ao Estado de Goiás na forma de diferimento do pagamento do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS, denominado "Programa de Desenvolvimento Industrial de Goiás - Produzir", com redução parcial deste. A utilização do benefício pela UBV está condicionada ao cumprimento de todas as obrigações fixadas no programa, cujas condições referem-se a fatores sob controle da UBV.

O benefício relativo à redução no pagamento desse imposto é calculado sobre o saldo devedor apurado em cada período de apuração, mediante aplicação do percentual de desconto concedido pelo incentivo fiscal.

O valor da subvenção apurado no período foi registrado na demonstração do resultado como deduções da receita líquida, reduzindo a conta "ICMS a recolher". Pela impossibilidade de destinação como dividendos, é constituída Reserva para Incentivos Fiscais, em contrapartida à conta de Lucros (prejuízos) acumulados, no montante apurado da subvenção, na UBV.

Para os exercícios findos em 31 de março de 2011 e de 2010, o valor do incentivo que impactou o resultado foi de R\$ 7.975 e R\$ 9.581, respectivamente.

27 COMPROMISSOS

A Companhia e suas controladas estabelecem compromissos diversos no curso normal de suas atividades. Abaixo são aqueles que merecem destaque nas presentes demonstrações financeiras:

27.1 Matas ciliares e áreas destinadas à reserva legal

A Companhia e suas controladas possuem áreas não cultivadas, cobertas por vegetação nativa preservada, em processo de regeneração ou reflorestamento destinadas a assegurar o equilíbrio ecológico do meio ambiente. Tais áreas, nos termos da legislação ambiental vigente, correspondem a matas ciliares e áreas destinadas à chamada "reserva legal".

As matas ciliares, encostas, remanescentes de vegetação nativa e áreas averbadas como reserva legal são rigorosamente observadas e preservadas no momento do cultivo da cana-de-açúcar. A Companhia e suas controladas não promovem qualquer intervenção nessas áreas.

A Companhia - com exceção da sua controlada UBV que já adquiriu áreas para exploração agroindustrial e preservação florestal nas proporções estabelecidas pela legislação - ainda não possui o percentual mínimo previsto na legislação vigente de áreas de reserva legal averbadas, mas possui áreas aptas a averbação proporcional nos próximos 30 anos (10% a cada período de 3 anos), nos termos estabelecidos pela legislação do Estado de São Paulo. Entretanto, como a obrigação de abandonar áreas historicamente cultivadas e destiná-las à reserva legal ainda é controvertida nas esferas política e judicial, a Companhia acompanha atentamente a evolução desses fatos e avalia as múltiplas alternativas para o atendimento das exigências legais. No caso das operações incorporadas da antiga USM, a Companhia também discute, judicialmente, tal obrigação, cujo risco de perda nessas ações é avaliado como possível e, em paralelo, avalia a assinatura de um Termo de Ajustamento de Conduta com o Ministério Público de Ribeirão Preto, para regularização da reserva legal de parte de suas propriedades rurais.

Os valores a serem investidos para cumprir estes compromissos, bem como a forma como os mesmos serão realizados e o tempo requerido para sua execução não são mensuráveis nesse momento. Os investimentos em áreas de preservação, quando realizados, são registrados no ativo imobilizado.

São Martinho S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

27.2 Contrato de fornecimento de etanol

Mediante contrato de compra e venda, a Companhia assumiu o compromisso de fornecimento de etanol industrial para a MC pelo período de 30 anos, a partir da safra 2008/2009, na proporção de 30% de toda a produção de etanol da UBV, em condições de mercado. O contrato ainda prevê em cláusula a renovação automática por mais 10 anos.

27.3 Concessão de direito de preferência na compra de etanol

A Companhia e sua controlada NF outorgaram a PBio direito de preferência, em termos e condições de mercado, para compra de até 49% da produção de etanol e da energia elétrica excedente da UBV e SMBJ.

27.4 Avais concedidos

A Companhia é avalista garantidora do pagamento de empréstimos e financiamentos contraídos pela UBV no montante de R\$ 462.383.

28 PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

28.1 Perdas prováveis

A Companhia e suas controladas, com base na avaliação dos assessores jurídicos, mantêm as seguintes provisões para contingências para os casos de perdas prováveis (valores atualizados monetariamente):

	Controladora						
	31 de março de 2010	Saldo incorporado USM	Adições	Reversões	Utilizações	Atualização monetária	31 de março de 2011
Tributários	3.072	651	4.982		(109)	131	8.727
Cíveis e ambientais	7.912	1.321	9.999	(643)	(4.636)	545	14.498
Trabalhistas	6.439	43.774	1.825	(2.944)	(4.665)	2.389	46.818
(-) Depósitos judiciais	17.423	45.746	16.806	(3.587)	(9.410)	3.065	70.043
	<u>(5.624)</u>	<u>(25.205)</u>	<u>(1.808)</u>		<u>2.594</u>	<u>(521)</u>	<u>(30.564)</u>
	<u>11.799</u>	<u>20.541</u>	<u>14.998</u>	<u>(3.587)</u>	<u>(6.816)</u>	<u>2.544</u>	<u>39.479</u>

	Consolidado						
	31 de março de 2010	Redução de participação na UBV	Adições	Reversões	Utilizações	Atualização monetária	31 de março de 2011
Tributários	4.191	(35)	5.725		(1.222)	811	9.470
Cíveis e ambientais	10.429	(16)	10.039	(1.523)	(4.916)	1.111	15.124
Trabalhistas	53.269	(317)	7.969	(7.316)	(9.591)	5.676	49.690
(-) Depósitos judiciais	67.889	(368)	23.733	(8.839)	(15.729)	7.598	74.284
	<u>(28.580)</u>	<u>58</u>	<u>(6.761)</u>		<u>4.263</u>	<u>(1.347)</u>	<u>(32.367)</u>
	<u>39.309</u>	<u>(310)</u>	<u>16.972</u>	<u>(8.839)</u>	<u>(11.466)</u>	<u>6.251</u>	<u>41.917</u>

Em 31 de março de 2011, a natureza das principais causas que tiveram seus valores incluídos nas provisões acima é a seguinte (controladora e consolidado):

São Martinho S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Processos tributários:

Referem-se a: (a) tributos cuja cobrança está sendo questionada judicialmente pela Companhia e suas controladas, onde foram efetuados depósitos judiciais, dos valores discutidos; (b) honorários de êxito a serem pagos aos advogados contratados para defesa das empresas em processos tributários.

Processos cíveis e ambientais:

Referem-se a: (i) indenização por danos materiais e morais; (ii) ações civis públicas para abstenção de queima de palha de cana-de-açúcar e constituição de reserva legal; e (iii) execuções de natureza ambiental.

Processos trabalhistas:

As reclamações trabalhistas têm como principais pedidos: (i) horas extras; (ii) horas “in itinere”; (iii) supressão do intervalo intrajornada; (iv) adicionais de periculosidade e insalubridade; (v) devolução de descontos efetuados em folha de pagamento, tais como contribuição confederativa; (vi) adicional noturno; e (vii) unicidade contratual com o conseqüente pagamento de 13º salário e férias acrescidas do terço constitucional.

28.2 Perdas possíveis (passivo contingente)

A Companhia e suas controladas são parte em outros processos de natureza tributária, ambiental e cível que, com base na posição dos advogados da Companhia, o risco de perda é classificado como possível. A natureza e o valor atribuído a essas causas são:

Processos Tributários:

Consolidado		Nº de processos	Instância				Total
			Adminis- trativa	1º Instância judicial	2º Instância judicial	Tribunal inferior	
(i)	Contribuição previdenciária	24	101.174		12.243		113.417
(ii)	Apuração de IRPJ/CSLL	2	48.198				48.198
	Saldo negativo IRPJ	3		91		212	1.749
	Compensação créditos PIS	2	3.601			1.674	5.275
	Compensação tributos federais	2	209			1.408	1.617
	Outros processos tributários	48	10.420	1.202		1.569	13.191
		<u>81</u>	<u>163.602</u>	<u>1.293</u>	<u>12.243</u>	<u>4.863</u>	<u>183.447</u>

- (i) Os processos tratam da incidência de contribuição previdenciária (INSS) sobre as receitas de exportação, sob a alegação de que a exportação realizada por intermédio de cooperativa não está abrangida pela imunidade prevista no artigo 149, parágrafo 2º, da Constituição Federal.
- (ii) Os processos tratam da exclusão da base de cálculo do IRPJ e CSLL de despesas relacionadas com financiamento securitizados, bem como despesas decorrentes do benefício da depreciação acelerada incentivada.

Adicionalmente, nos termos negociados no desligamento da Copersucar, a Companhia, a USM e a USL são responsáveis pelo pagamento de obrigações, proporcionais às suas participações em safras anteriores na Copersucar, que venham a resultar de autuações fiscais que poderão surgir e que se refiram a períodos em que a Companhia e controladas eram cooperadas. A Copersucar possui autuações lavradas pelas Fazendas Estaduais, com relação a ICMS incidente sobre as vendas de álcool carburante e industrial realizadas até 31 de dezembro de 2008, na condição de contribuinte principal ou substituta tributária de empresas distribuidoras. O valor atualizado proporcional à participação da Companhia e suas controladas na Cooperativa corresponde a R\$ 126.245. Os consultores jurídicos da Copersucar avaliam estas causas como de risco possível.

São Martinho S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A Copersucar acredita dispor de argumentos sólidos para sustentar o sucesso das defesas das multas que lhes foram impostas pelas Fazendas Estaduais em tais autuações.

Processos Cíveis e Ambientais:

Consolidado	Nº de processos	Instância				Total
		Adminis- trativa	1º Instância judicial	Tribunal inferior	Tribunal superior	
Ambientais	48	1.671	1.306	1.201	4.676	8.854
Cíveis						
Indenizatórias	30		2.875	207	25	3.107
Revisão de contratos	11			23		23
Retificação de área e registro imobiliário	3		9			9
Alvarás para obtenção de licença de pesquisa	6					
Regulatório	1	64				64
	<u>99</u>	<u>1.735</u>	<u>4.190</u>	<u>1.431</u>	<u>4.701</u>	<u>12.057</u>

29 INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

Conforme determinado pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, os instrumentos financeiros derivativos devem ser classificados como “mantidos para negociação” e registrados pelo seu valor justo no ativo circulante quando seu valor justo for positivo e no passivo circulante quando seu valor justo for negativo. As variações do valor justo devem ser registradas no resultado do exercício, a não ser quando o derivativo for designado para contabilidade de *hedge*. A utilização da contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*) é optativa e objetiva registrar os efeitos dos instrumentos financeiros derivativos no mesmo momento em que os objetos protegidos afetam o resultado da entidade, de forma a respeitar o princípio contábil de competência e reduzir a volatilidade no resultado criada pela marcação a mercado dos derivativos.

A partir de 1º de março de 2010, a Companhia e suas controladas optaram pela utilização da contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*) para a contabilização de parte de seus instrumentos financeiros derivativos. Os instrumentos eleitos para a designação são derivativos de açúcar, etanol e de moeda estrangeira - dólar americano - que efetuam coberturas de vendas da safra 2011/2012 e foram classificados como *hedge* de fluxo de caixa de transações esperadas altamente prováveis (vendas futuras).

Os derivativos designados para contabilidade de *hedge* são registrados no balanço patrimonial pelo seu valor justo. As variações eficazes de valor justo dos derivativos designados e que se qualificam para contabilidade de *hedge* são classificadas na rubrica “Ajustes de avaliação patrimonial” no patrimônio líquido, líquidas de tributos diferidos, e registradas no resultado na rubrica “Receita líquida de vendas” quando do reconhecimento da receita da respectiva venda coberta, o que ocorre no mês de embarque da mercadoria vendida. A parcela ineficaz das variações é registrada como receita ou despesa financeira no mesmo período em que ocorre.

Para a utilização do *hedge accounting*, foram realizados testes prospectivos de eficácia que demonstraram que os instrumentos designados para *hedge* proporcionam uma compensação altamente eficaz aos efeitos de variações de preços sobre o valor das vendas futuras.

Para os *hedges* de câmbio, os derivativos foram designados como proteção de fluxos de caixa das vendas futuras em moeda estrangeira. Estes *hedges* são realizados mediante contratação de “Termos de Moeda” (NDFs) e estratégias de Opções junto a instituições financeiras de primeira linha.

Para os *hedges* de açúcar, os derivativos foram designados como proteção da variação dos fluxos de caixa das vendas futuras de açúcar. Estas operações são realizadas na bolsa de Nova Iorque - Intercontinental Exchange (ICE Futures US) e com instituições financeiras de primeira linha através de contratos de balcão.

São Martinho S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em 31 de março de 2011 e de 2010 e 1º de janeiro de 2009, os saldos de ativos e passivos relacionados às transações envolvendo instrumentos financeiros derivativos são como segue:

	Controladora			Consolidado		
	31 de março de 2011	31 de março de 2010	1º de abril de 2009	31 de março de 2011	31 de março de 2010	1º de abril de 2009
Depósitos de margem	1.709	1.335	199	1.709	4.170	3.848
Resultado potencial com futuros de açúcar	(2.634)	6.351	174	(2.634)	8.661	330
Resultado potencial com futuros de etanol	14			14		
Resultado potencial com opções de açúcar	129	1.195	569	129	1.195	492
Resultado potencial com opções de dólar	221			221		
Resultado potencial com contratos a termo - câmbio	3.894	947		3.894	2.682	(4.829)
Resultado potencial com contratos a termo - açúcar	(23.276)	22.391		(23.276)	41.696	
	<u>(19.943)</u>	<u>32.219</u>	<u>942</u>	<u>(19.943)</u>	<u>58.404</u>	<u>(159)</u>
No ativo, circulante	5.967	32.219	942	5.967	58.404	4.670
No passivo, circulante	<u>(25.910)</u>			<u>(25.910)</u>		<u>(4.829)</u>
	<u>(19.943)</u>	<u>32.219</u>	<u>942</u>	<u>(19.943)</u>	<u>58.404</u>	<u>(159)</u>

O saldo de depósitos de margem se refere a recursos mantidos em contas correntes junto às corretoras para a cobertura de margens iniciais estabelecidas pela bolsa na qual os contratos são firmados, com o objetivo de garantir contratos em aberto e remessas líquidas relativas aos ajustes diários de variação de preço dos contratos no mercado futuro e de opções.

Os saldos de resultado potencial com operações de futuro, opções e contratos a termo referem-se ao efeito acumulado positivo (negativo) do valor justo dos instrumentos financeiros derivativos, nas correspondentes modalidades.

A data de vencimento dos instrumentos financeiros derivativos firmados é determinada em função da estimativa de embarque do açúcar e etanol protegidos e previsão futura de fluxo de caixa decorrente destes embarques, conforme acordado com os clientes.

São Martinho S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

29.1 Demonstrativo do Valor Justo dos Instrumentos Financeiros Derivativos

Em 31 de março de 2011 e de 2010 e 1º de abril de 2009, a composição do valor justo de ativos e passivos relacionados às transações envolvendo instrumentos financeiros derivativos, são como segue:

a) Contratos futuros e opções:

Controladora	31 de março de 2011				
	Volume (Ton)	Preço médio (€/lb)	Valor de Referência (Nocional)- R\$	Valor Justo (Fair value) - R\$	Efeito a receber (pagar) - R\$
<u>Mercadorias - Sugar #11</u>					
Contratos Futuros					
<i>Compromisso de Venda</i>	141.580	24,76	125.873	(1.081)	(1.081)
<i>Compromisso de Compra</i>	83.922	25,69	77.417	(1.553)	(1.553)
					<u>(2.634)</u>
Contratos de Opções					
<i>Posição titular - Venda</i>	64.872	23,92	55.712	3.201	3.201
<i>Posição titular - Compra</i>	10.160	26,50	9.668	540	540
<i>Posição Lançadora - Venda</i>	14.224	21,22	10.836	(240)	(240)
<i>Posição Lançadora - Compra</i>	75.032	27,59	74.348	(3.372)	(3.372)
					<u>129</u>
<u>Mercadorias - ETH BMF</u>					
Contratos Futuros					
<i>Compromisso de Venda</i>	11.190	1.062,09	396	14	14
					<u>14</u>
<u>Moeda - USD</u>					
Contratos de Opções					
<i>Posição titular - Venda</i>	9.000	1,72	15.480	528	528
<i>Posição Lançadora - Compra</i>	9.000	1,87	16.830	(307)	(307)
					<u>221</u>

São Martinho S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Controladora	31 de março de 2010				
	Volume (Ton)	Preço médio (¢/lb)	Valor de Referência (Nocional)- R\$	Valor Justo (Fair value) - R\$	Efeito a receber (pagar) - R\$
Mercadorias - Sugar #11					
Contratos Futuros					
<i>Compromisso de Venda</i>	54.000	19,62	41.602	6.506	6.506
<i>Compromisso de Compra</i>	1.524	19,19	1.148	(155)	(155)
					6.351
Contratos de Opções					
<i>Posição titular - Venda</i>	14.224	18,27	10.204	1.375	1.375
<i>Posição titular - Compra</i>	25.400	25,50	25.433	11	11
<i>Posição Lançadora - Compra</i>	39.624	24,04	37.403	(191)	(191)
					1.195
1º de abril de 2009					
Controladora	Volume (Ton)	Preço médio (¢/lb)	Valor de Referência (Nocional)- R\$	Valor Justo (Fair value) - R\$	Efeito a receber (pagar) - R\$
Mercadorias - Sugar #11					
Contratos Futuros					
<i>Compromisso de Venda</i>	15.291	13,24	10.335	84	84
<i>Compromisso de Compra</i>	7.061	12,42	4.476	90	90
					174
Contratos de Opções					
<i>Posição titular - Venda</i>	62.535	12,55	40.062	(1.020)	(1.020)
<i>Posição Lançadora - Compra</i>	62.535	14,00	44.688	1.589	1.589
					569

São Martinho S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Consolidado	31 de março de 2011				
	Volume (Ton)	Preço médio (¢/lb)	Valor de Referência (Nocional)- R\$	Valor Justo (Fair value) - R\$	Efeito a receber (pagar) - R\$
<u>Mercadorias - Sugar #11</u>					
Contratos Futuros					
<i>Compromisso de Venda</i>	141.580	24,76	125.873	(1.081)	(1.081)
<i>Compromisso de Compra</i>	83.922	25,69	77.417	(1.553)	(1.553)
					<u>(2.634)</u>
Contratos de Opções					
<i>Posição titular - Venda</i>	64.872	23,92	55.712	3.201	3.201
<i>Posição titular - Compra</i>	10.160	26,50	9.668	540	540
<i>Posição Lançadora - Venda</i>	14.224	21,22	10.836	(240)	(240)
<i>Posição Lançadora - Compra</i>	75.032	27,59	74.348	(3.372)	(3.372)
					<u>129</u>
<u>Mercadorias - ETH BMF</u>					
Contratos Futuros					
<i>Compromisso de Venda</i>	11.190	1.062,09	396	14	14
					<u>14</u>
<u>Moeda - USD</u>					
Contratos de Opções					
<i>Posição titular - Venda</i>	9.000	1,72	15.480	528	528
<i>Posição Lançadora - Compra</i>	9.000	1,87	16.830	(307)	(307)
					<u>221</u>

São Martinho S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Consolidado	31 de março de 2010				
	Volume (Ton)	Preço médio (¢/lb)	Valor de Referência (Nocional)- R\$	Valor Justo (Fair value) - R\$	Efeito a receber (pagar) - R\$
Mercadorias - Sugar #11					
Contratos Futuros					
<i>Compromisso de Venda</i>	74.066	19,58	56.951	8.816	8.816
<i>Compromisso de Compra</i>	1.524	19,19	1.148	(155)	(155)
					8.661
Contratos de Opções					
<i>Posição titular - Venda</i>	14.224	18,27	10.204	1.375	1.375
<i>Posição titular - Compra</i>	25.400	25,50	25.433	11	11
<i>Posição Lançadora - Compra</i>	39.624	24,04	37.403	(191)	(191)
					1.195
1º de abril de 2009					
Consolidado	Volume (Ton)	Preço médio (¢/lb)	Valor de Referência (Nocional)- R\$	Valor Justo (Fair value) - R\$	Efeito a receber (pagar) - R\$
Mercadorias - Sugar #11					
Contratos Futuros					
<i>Compromisso de Venda</i>	19.863	13,42	13.603	240	240
<i>Compromisso de Compra</i>	7.061	12,42	4.476	90	90
					330
Contratos de Opções					
<i>Posição titular - Venda</i>	118.110	12,60	75.990	(2.034)	(2.034)
<i>Posição Lançadora - Compra</i>	118.110	14,00	84.403	2.526	2.526
					492

A forma de operação das posições com opções indicadas acima é efetuada com base nas seguintes terminologias:

- Posição titular - Venda: compra de opções de venda que confere à Companhia o direito, mas não a obrigação, de realizar uma venda ao preço previamente estabelecido.
- Posição titular - Compra: compra de opções de compra que confere à Companhia o direito, mas não a obrigação, de realizar uma compra ao preço previamente estabelecido.
- Posição lançadora - Compra: venda de opções de compra nas quais a Companhia tem a obrigação de cumprimento pelo preço acordado, caso seja decidido pelo comprador.
- Posição lançadora - Venda: venda de opções de venda nas quais a Companhia tem a obrigação de cumprimento pelo preço acordado, caso seja decidido pelo comprador.

São Martinho S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

b) Contratos a termo de moeda estrangeira (NDF balcão - Cetip):

Controladora e consolidado - 31/03/2011						
Vencimento	Posição	US\$ mil	Taxa média fixada - R\$/US\$ 1	Valor de referência (Nocional) - R\$	Valor justo (Fair value) - R\$	Efeito a receber - R\$
abr/11	Vendida	2.575	1,8992	4.890	696	696
mai/11	Vendida	1.000	1,6697	1.670	29	29
jun/11	Vendida	1.000	1,6828	1.683	29	29
jul/11	Vendida	6.000	1,8048	10.830	814	814
ago/11	Vendida	500	1,7160	858	18	18
set/11	Vendida	500	1,7305	865	19	19
out/11	Vendida	9.500	1,8375	17.458	1.203	1.203
nov/11	Vendida	2.500	1,7669	4.418	121	121
dez/11	Vendida	4.500	1,8577	8.361	545	545
jan/12	Vendida	4.080	1,7995	7.342	224	224
fev/12	Vendida	1.500	1,8162	2.724	85	85
mar/12	Vendida	1.000	1,8247	1.825	53	53
abr/12	Vendida	1.000	1,8393	1.840	58	58
		<u>35.655</u>				<u>3.894</u>

Controladora - 31/03/2010

Vencimento	Posição	US\$ mil	Taxa média fixada - R\$/US\$ 1	Valor de referência (Nocional) - R\$	Valor justo (Fair value) - R\$	Efeito a receber - R\$
jun/10	Vendida	6.847	1,8204	12.465	121	121
jul/10	Vendida	4.057	1,8308	7.427	64	64
ago/10	Vendida	10.537	1,8448	19.439	166	166
set/10	Vendida	5.977	1,8535	11.078	68	68
out/10	Vendida	9.925	1,8582	18.443	32	32
nov/10	Vendida	19.000	1,8729	35.586	78	78
jan/11	Vendida	5.000	1,9869	9.935	418	418
		<u>61.343</u>				<u>947</u>

São Martinho S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Consolidado - 31/03/2010

Vencimento	Posição	US\$ mil	Taxa média fixada - R\$/US\$ 1	Valor de referência (Nocional) - R\$	Valor justo (Fair value) - R\$	Efeito a receber - R\$
jun/10	Vendida	8.767	1,8212	15.967	162	162
jul/10	Vendida	9.863	1,8274	18.023	123	123
ago/10	Vendida	21834	1,8430	40.240	305	305
set/10	Vendida	13.777	1,8870	25.998	600	600
out/10	Vendida	26.282	1,8703	49.155	387	387
nov/10	Vendida	34.339	1,8848	64.724	528	528
dez/10	Vendida	2.240	1,9310	4.325	103	103
jan/11	Vendida	23.241	1,9185	44.589	474	474
		<u>140.343</u>				<u>2.682</u>

Consolidado - 1º/04/2009

Vencimento	Posição	US\$ mil	Taxa média fixada - R\$/US\$ 1	Valor de referência (Nocional) - R\$	Valor justo (Fair value) - R\$	Efeito acumulado R\$
mai/09	Vendida	6.000	2,3078	13.847	(157)	(157)
jun/09	Vendida	13.096	2,2780	29.832	(925)	(925)
jul/09	Vendida	1.000	2,4635	2.464	91	91
ago/09	Vendida	2.388	2,3672	5.653	(27)	(27)
set/09	Vendida	8.400	2,2693	19.062	(1.005)	(1.005)
out/09	Vendida	5.088	2,3869	12.145	(101)	(101)
nov/09	Vendida	4.900	2,2837	11.190	(632)	(632)
dez/09	Vendida	389	2,1340	830	(107)	(107)
jan/10	Vendida	6.300	2,3070	14.534	(808)	(808)
mar/10	Vendida	6.000	2,2600	13.560	(1.158)	(1.158)
		<u>53.561</u>				<u>(4.829)</u>

São Martinho S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As contrapartes dos contratos a termo de moeda estrangeira são as instituições financeiras: Citibank, Deutsche, Rabobank, Goldman Sachs, Bradesco, Santander, HSBC e Itaú BBA.

c) Contratos a termo de açúcar “sugar 11” (NDF balcão - Cetip):

Controladora e consolidado - 31/03/2011						
Vencimento	Posição	Lotes	Preço médio fixado (¢/lb)	Valor de referência (Nocional) - R\$	Valor justo (Fair value) - R\$	Efeito a pagar - R\$
mai/11	Vendida	872	22,80	32.383	(6.621)	(6.621)
jul/11	Vendida	1.508	20,63	50.678	(12.060)	(12.060)
out/11	Vendida	625	20,10	20.464	(4.566)	(4.566)
mar/12	Vendida	10	22,29	363	(29)	(29)
		<u>3.015</u>				<u>(23.276)</u>

Controladora - 31/03/2010						
Vencimento	Posição	Lotes	Preço médio fixado (¢/lb)	Valor de referência (Nocional) - R\$	Valor justo (Fair value) - R\$	Efeito a receber - R\$
mai/10	Vendida	540	21,81	20.975	5.289	5.289
jul/10	Vendida	1.313	20,45	47.828	10.293	10.293
out/10	Vendida	960	19,71	33.699	6.102	6.102
mar/11	Vendida	100	20,30	3.615	707	707
		<u>2.913</u>				<u>22.391</u>

Consolidado - 31/03/2010						
Vencimento	Posição	Lotes	Preço médio fixado (¢/lb)	Valor de referência (Nocional) - R\$	Valor justo (Fair value) - R\$	Efeito a receber - R\$
mai/10	Vendida	765	21,84	29.760	7.567	7.567
jul/10	Vendida	2.514	20,17	90.312	18.297	18.297
out/10	Vendida	2.306	19,78	81.225	14.967	14.967
mar/11	Vendida	120	20,37	4.354	865	865
		<u>5.705</u>				<u>41.696</u>

As contrapartes dos contratos a termo de açúcar “sugar 11” são as instituições financeiras: Citibank, Macquaire, Rabobank, BTG Pactual e Itaú BBA.

São Martinho S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O valor justo dos instrumentos financeiros derivativos demonstrados acima possui previsão de realização para as seguintes telas/ períodos:

Consolidado (Em R\$ mil)	Vencimento por Tela				
	mai/11	jul/11	out/11	mar/12	Total
MERCADORIAS					
Derivativos Designados para Hedge					
Valor Justo dos Futuros Comprados - Açúcar	(1.173)	(290)	(90)		(1.553)
Valor Justo dos Futuros Vendidos - Açúcar	(1.978)	116	577	204	(1.081)
Valor Justo das NDFs Vendidas - Açúcar	(6.621)	(12.060)	(4.566)	(29)	(23.276)
	(9.772)	(12.234)	(4.079)	175	(25.910)
Opções de Açúcar					
Valor Justo de Posição titular – Venda	439	1.664	1.098		3.201
Valor Justo de Posição titular – Compra	540				540
Valor Justo de Posição Lançadora – Venda	(9)	(87)	(144)		(240)
Valor Justo de Posição Lançadora – Compra	(746)	(1.286)	(1.340)		(3.372)
	224	291	(386)		129
	(9.548)	(11.943)	(4.465)	175	(25.781)

Consolidado (Em R\$ mil)	Vencimento por período					
	1T11	2T11	3T11	4T11	1T12	Total
MERCADORIAS						
Derivativos Designados para Hedge						
Valor Justo dos Futuros Vendidos - Etanol	14					14
MOEDA ESTRANGEIRA						
Derivativos Designados para Hedge						
Valor Justo das NDFs Vendidas - Câmbio	754	851	1.869	362	58	3.894
Opções de USD						
Valor Justo de Posição titular – Venda		113	174	181	60	528
Valor Justo de Posição Lançadora – Compra		(58)	(94)	(113)	(42)	(307)
		55	80	68	18	221
	768	906	1.949	430	76	4.129

São Martinho S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nos exercícios findos em 31 de março de 2011 e de 2010, os resultados das operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos que afetaram as contas de resultado, foram:

	31 de março de 2011		31 de março de 2010	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Contratos vinculados a produtos:				
Contratos futuros	(1.302)	10.602	(2.257)	(5.672)
Opções	(3.295)	(7.335)	(9.372)	(13.371)
Contratos a termo			(8.694)	(15.303)
Comissões e corretagens	(398)	(613)	(406)	(574)
Variação cambial	(516)	(516)	520	(244)
	(5.511)	2.138	(20.209)	(35.164)
Contratos vinculados a moeda:				
Contratos a termo	12.819	27.723	884	30.607
Opções	169	169		
	12.988	27.892	884	30.607
Contratos vinculados a dívida:				
Swap		(9.602)		
Efeito líquido	7.477	20.428	(19.325)	(4.557)
Efeito nas rubricas do resultado:				
Receita bruta	14.396	41.139	20	164
Receita financeira	14.539	15.361	40.088	96.425
Despesa financeira	(20.942)	(35.556)	(59.953)	(100.902)
Variação monetária e cambial positiva	102	195	555	1.465
Variação monetária e cambial negativa	(618)	(711)	(35)	(1.709)
	7.477	20.428	(19.325)	(4.557)

29.2 Margens dadas em garantia

Para atender as garantias exigidas pelas bolsas em determinadas operações com instrumentos financeiros derivativos, a Companhia e suas controladas mantinham os montantes abaixo demonstrados como garantia de operações com derivativos.

	Controladora			Consolidado		
	31 de março de 2011	31 de março de 2010	1º de abril de 2009	31 de março de 2011	31 de março de 2010	1º de abril de 2009
Corretoras						
Natixis		1.335	199		1.336	152
New Edge	507			507	2.836	3.696
Prudential	1.202			1.202	(2)	
	1.709	1.335	199	1.709	4.170	3.848

São Martinho S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

30 INFORMAÇÃO POR SEGMENTO (CONSOLIDADO)

A administração definiu os segmentos operacionais da Companhia e suas controladas, com base nos relatórios utilizados para a tomada de decisões estratégicas, revisados pelos principais tomadores de decisão, sendo eles: a diretoria, a presidência e o conselho de administração.

As análises são realizadas segmentando o negócio sob a ótica dos produtos comercializados pela Companhia e suas controladas, compondo três segmentos:

- (i) Açúcar;
- (ii) Etanol; e
- (iii) Outros produtos.

No segmento de “Outros produtos” (iii) estão incluídas as operações relacionadas à produção e comercialização de energia elétrica, provenientes da Companhia e da UBV, ácido ribonucléico (sal sódico), provenientes da controlada Omtex, e outros produtos ou subprodutos de menor relevância.

As análises de desempenho dos segmentos operacionais são realizadas com base na demonstração do resultado por produto, com foco na rentabilidade.

Os ativos operacionais relacionados a esses segmentos estão localizados apenas no Brasil (Estado de São Paulo e Goiás).

As informações por segmento de negócios, utilizadas pelos principais tomadores de decisão são as seguintes:

(a) Resultado consolidado por segmento

Exercício findo em 31 de março de 2011

	<u>Acúcar</u>	<u>Etanol</u>	<u>Outros produtos</u>	<u>Não segmentado</u>	<u>Total</u>
Receita líquida	702.175	520.958	71.913		1.295.046
Custo dos produtos vendidos	<u>(420.483)</u>	<u>(411.529)</u>	<u>(63.690)</u>		<u>(895.702)</u>
Lucro bruto	281.692	109.429	8.223		399.344
Margem bruta	40,1%	21,0%	11,4%		30,8%
Despesas com vendas	(47.274)	(10.777)	(154)		(58.205)
Demais despesas operacionais				<u>(105.374)</u>	<u>(105.374)</u>
Lucro operacional	234.418	98.652	8.069	(105.374)	235.765
Receitas (despesas) financeiras				(62.134)	(62.134)
Variações cambiais, líquidas				<u>23.465</u>	<u>23.465</u>
Lucro antes dos tributos	234.418	98.652	8.069	(144.043)	197.096
Imposto de renda e contribuição social				<u>(54.808)</u>	<u>(54.808)</u>
Lucro líquido do exercício	234.418	98.652	8.069	(198.851)	142.288

São Martinho S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Exercício findo em 31 de março de 2010

	<u>Acúcar</u>	<u>Etanol</u>	<u>Outros produtos</u>	<u>Não segmentado</u>	<u>Total</u>
Receita líquida	582.253	522.838	78.195		1.183.286
Custo dos produtos vendidos	(373.675)	(461.939)	(60.161)		(895.775)
Lucro bruto	208.578	60.899	18.034		287.511
Margem bruta	35,8%	11,6%	23,1%		24,3%
Despesas com vendas	(46.047)	(15.086)	(320)		(61.453)
Demais despesas operacionais				(96.911)	(96.911)
Lucro operacional	162.531	45.813	17.714	(96.911)	129.147
Receitas (despesas) financeiras				(66.580)	(66.580)
Variações cambiais, líquidas				83.297	83.297
Lucro antes dos tributos	162.531	45.813	17.714	(80.194)	145.864
Imposto de renda e contribuição social				(39.866)	(39.866)
Lucro líquido do exercício	162.531	45.813	17.714	(120.060)	105.998

(b) Ativos operacionais consolidados por segmento

Os principais ativos operacionais da Companhia e suas controladas foram segregados por segmento em função dos correspondentes centros de custo em que estão alocados e/ou de critério de rateio que leva em consideração a produção de cada produto em relação à produção total; assim, essa alocação pode variar de um ano para outro.

Em 31 de março de 2011

	<u>Acúcar</u>	<u>Etanol</u>	<u>Outros produtos</u>	<u>Total</u>
Contas a receber de clientes	22.379	34.024	3.270	59.673
Estoques	65.442	59.811	13.853	139.106
Ativos biológicos	206.760	228.772		435.532
Imobilizado	1.471.068	1.351.584	42.109	2.864.761
Intangível	21.700	15.026		36.726
Total	1.787.349	1.689.217	59.232	3.535.798

Em 31 de março de 2010

	<u>Acúcar</u>	<u>Etanol</u>	<u>Outros produtos</u>	<u>Total</u>
Contas a receber de clientes	11.695	26.462	3.471	41.628
Estoques	33.127	64.919	7.023	105.069
Ativos biológicos	188.619	273.333		461.952
Imobilizado	1.303.604	1.698.423	40.732	3.042.759
Intangível	19.156	18.011		37.167
Total	1.556.201	2.081.147	51.226	3.688.575

Em 1º de abril de 2009

	<u>Acúcar</u>	<u>Etanol</u>	<u>Outros produtos</u>	<u>Total</u>
Contas a receber de clientes	5.571	28.534	11.439	45.544
Estoques	84.511	65.509	29.294	179.314
Ativos biológicos	162.369	244.503		406.872
Imobilizado	1.334.356	1.641.248	39.469	3.015.073
Intangível	19.334	18.553		37.887
Total	1.606.141	1.998.347	80.202	3.684.690

São Martinho S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Considerando que os principais tomadores de decisão analisam seus passivos de forma consolidada, não estão sendo divulgadas informações por segmento relacionadas a passivos.

31 RECEITAS

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Receita bruta de vendas				
Mercado interno	286.197	180.191	670.493	657.291
Mercado externo	321.898	112.024	713.894	624.858
	608.095	292.215	1.384.387	1.282.149
Impostos, contribuições e deduções sobre vendas	(38.259)	(24.377)	(89.341)	(98.863)
	<u>569.836</u>	<u>267.838</u>	<u>1.295.046</u>	<u>1.183.286</u>

32 DESPESAS POR NATUREZA

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Adubos, Fertilizantes, Defensivos, Insumos	25.997	14.475	83.260	75.177
Cana-de-açúcar de terceiros	54.367	39.597	273.242	238.253
Combustíveis, Lubrificantes, Pneumáticos	17.867	13.594	66.396	65.282
Custos portuários	2.175	2.606	6.701	7.472
Depreciação e amortização (inclui ativos biológicos colhidos)	80.644	83.620	305.180	233.681
Impostos, Taxas e Contribuições	3.474	2.523	7.603	6.824
Mão de obra, Encargos, Benefícios	120.947	66.528	296.368	274.635
Outras despesas	17.057	15.630	45.002	52.860
Peças/Serviços de Manutenção	49.614	21.916	93.417	89.028
Serviços de terceiros	20.459	15.984	58.971	52.391
Gastos com transportes de terceiros	26.466	16.462	87.510	88.940
Materiais para revenda	7.216	18.849	25.564	33.300
	426.283	311.784	1.349.214	1.217.843
Ativo biológico, investimento em plantio e tratos	(69.816)	(20.067)	(140.052)	(122.834)
Imobilizado, investimentos ambientais e manutenção relevante	(60.816)	(17.749)	(81.100)	(76.493)
Variação nos estoque de produtos acabados	150.571	5.464	(73.025)	34.832
Total dos custos dos produtos vendidos, despesas com vendas e gerais e administrativas	<u>446.222</u>	<u>279.432</u>	<u>1.055.037</u>	<u>1.053.348</u>

São Martinho S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

33 OUTRAS RECEITAS (DESPESAS), LÍQUIDAS

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Resultado na venda de imobilizado	893	837	2.194	1.274
Parcelamento da Lei 11.941	(10.039)	(7.160)	(9.945)	1.856
Ganho (perda) de capital com investimentos	8.533		24.666	
Provisão para contingências	(13.144)		(13.184)	
Gastos com reestruturação societária	(3.799)		(11.717)	
Outros	2.531	1.881	3.742	(3.921)
	<u>(15.025)</u>	<u>(4.442)</u>	<u>(4.244)</u>	<u>(791)</u>

34 RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Receitas financeiras				
Juros recebidos e auferidos	7.770	1.233	20.439	5.098
Resultado positivo com derivativos	14.539	40.088	15.361	96.425
Outras receitas	192	390	3.673	3.106
	<u>22.501</u>	<u>41.711</u>	<u>39.473</u>	<u>104.629</u>
Despesas financeiras				
Juros pagos e incorridos	(19.659)	(14.342)	(59.887)	(61.917)
Resultado negativo com derivativos	(20.942)	(59.953)	(35.556)	(100.902)
Outras despesas	(2.073)	(1.944)	(6.164)	(8.390)
	<u>(42.674)</u>	<u>(76.239)</u>	<u>(101.607)</u>	<u>(171.209)</u>
Variação cambial e monetária				
Variação cambial e monetária positiva	27.141	25.342	80.851	166.222
Variação cambial e monetária negativa	(20.585)	(16.554)	(57.386)	(82.925)
	<u>6.556</u>	<u>8.788</u>	<u>23.465</u>	<u>83.297</u>
Resultado financeiro, líquido	<u>(13.617)</u>	<u>(25.740)</u>	<u>(38.669)</u>	<u>16.717</u>

São Martinho S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

35 LUCRO POR AÇÃO

(a) Básico

O lucro líquido básico por ação é calculado pela divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o exercício, excluindo as ações ordinárias compradas pela Companhia e mantidas como ações em tesouraria.

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Numerador		
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia	142.288	103.679
Denominador		
Média ponderada do número de ações ordinárias no exercício - lotes de mil	<u>112.861</u>	<u>112.861</u>
Resultado básico por ação		
Lucro básico e diluído por ação (em reais)	<u>1,26</u>	<u>0,92</u>

(b) Diluído

O lucro líquido básico por ação e o lucro líquido diluído por ação são iguais pelo fato de a Companhia não possuir nenhum instrumento com o efeito diluidor sobre o lucro por ação.

36 COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia e suas controladas mantêm programa padrão de segurança, treinamento e qualidade em suas unidades que visa, entre outras coisas, reduzir também os riscos de acidentes. Além disso, mantêm contratos de seguros com coberturas determinadas por orientação de especialistas, levando em conta a natureza e o grau de risco, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos e responsabilidades. As importâncias cobertas pelas apólices de seguros vigentes em 31 de março de 2011 são:

<u>Riscos cobertos</u>	<u>Cobertura máxima (*)</u>	
	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Responsabilidade civil	676.486	840.208
Incêndio, queda de raio e explosão de qualquer natureza	140.000	196.523
Roubo ou furto	2.846	7.449
Fenômenos naturais, impactos de veículos aéreos ou terrestres, etc.	5.500	10.387
Danos elétricos	15.936	22.075
Outras coberturas	10.200	18.322

(*) Corresponde ao valor máximo das coberturas para diversas bens e localidades seguradas.

As coberturas relativas aos veículos, principalmente sobre responsabilidade civil, também estão incluídas acima, exceto para os danos materiais, que têm como referência, em média, 100% da tabela FIPE.

37 EVENTO SUBSEQUENTE

Em 30 de maio de 2011, a Assembleia Geral de Acionistas aprovou a incorporação da subsidiária Omtek na Companhia, com data-base 30 de abril de 2011. A reestruturação tem o objetivo de aumentar a eficiência das operações em decorrência da centralização e consolidação das atividades da Omtek pela Companhia e o fortalecimento do desempenho financeiro da Companhia, objetivando maiores níveis de competitividade e produtividade.

São Martinho S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Após a reestruturação supracitada, a Companhia passará a concentrar as atividades de fabricação, comercialização, exportação e importação, por conta própria ou de terceiros, de produtos químicos e orgânicos, bem como a fabricação de aditivo, ingrediente e suplemento para consumo animal.

O capital social da Companhia não sofrerá alterações, em virtude da Omtek ser sua subsidiária integral.

38 ADOÇÃO DO IFRS E DOS CPCs PELA PRIMEIRA VEZ

38.1 Base da transição

38.1.1 Aplicação dos CPCs 37 e 43 e do IFRS 1

As demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo em 31 de março de 2011 são as primeiras demonstrações financeiras consolidadas anuais em conformidade com os CPCs e os IFRSs. A Companhia aplicou os CPCs 37 e 43 e o IFRS 1 na preparação destas demonstrações financeiras consolidadas.

As demonstrações financeiras individuais da Controladora para o exercício findo em 31 de março de 2011 são as primeiras demonstrações individuais anuais em conformidade com os CPCs. A Companhia aplicou os CPCs 37 a 43 na preparação destas demonstrações financeiras individuais.

A data de transição é 1º de abril de 2009. A administração preparou os balanços patrimoniais de abertura segundo os CPCs e o IFRS nessa data.

Na preparação dessas demonstrações financeiras, a Companhia aplicou as exceções obrigatórias relevantes e certas isenções opcionais em relação à aplicação completa retrospectiva.

38.1.2 Isenções da aplicação retrospectiva completa - escolhidas pela Companhia

(a) Isenção do valor justo como custo atribuído

A Companhia e determinadas controladas optaram por mensurar certos itens do imobilizado pelo valor justo em 1º de abril de 2009. A aplicação dessa isenção está detalhada na Nota 38.2(a).

(b) Isenção de combinação de negócios

A Companhia optou por não remensurar as combinações de negócio anteriores à data de transição pelo valor justo dos ativos e passivos adquiridos.

(c) Outras isenções não seguidas pela Companhia

- Isenção de ativos e passivos de controladas, coligadas e empreendimentos conjuntos.
- Isenção das diferenças acumuladas de conversão.
- Isenção do benefício a empregados.

38.1.3 Exceções da aplicação retrospectiva seguidas pela Companhia

(a) Exceção das estimativas

As estimativas utilizadas na preparação destas demonstrações financeiras em 1º de abril de 2009 e em 31 de março de 2010 são consistentes com as estimativas feitas nas mesmas datas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil anteriormente ("BR GAAP antigo").

São Martinho S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As outras exceções obrigatórias não se aplicaram, pois não houve diferenças significativas com relação ao BR GAAP antigo nessas áreas:

- Reversão de ativos e passivos financeiros.
- Participação de não controladores.

38.2 Conciliação entre BR GAAP antigo e CPCs e IFRS

(a) *Deemed cost*

A administração aplicou o valor justo como isenção de custo atribuído com relação aos principais grupos de bens do ativo imobilizado (Nota 15). Os laudos de avaliação dos bens, na data-base 1º de abril de 2009, determinaram o valor justo desses bens para a Companhia e para o Consolidado, e resultaram em mais-valias de R\$ 282.727 e R\$ 895.874, respectivamente, em relação ao valor contábil reavaliado de acordo com o BR-GAAP antigo. O aumento na Companhia e no Consolidado em 31 de março de 2010 representava R\$ 284.295 e R\$ 909.386, respectivamente.

(b) Ativo biológico

Os ativos biológicos da Companhia e sua controlada UBV (representados por lavouras cana-de-açúcar) eram registrados no BR GAAP antigo ao custo de formação. Os referidos custos eram classificados no grupo dos estoques, no caso dos gastos com tratamentos culturais do ano corrente, e como parte do ativo imobilizado, no caso dos gastos com o plantio (soqueira da cana-de-açúcar). Em linha com o CPC 29, a Companhia e sua controlada ajustaram, de forma retrospectiva à data de transição, seus ativos biológicos ao valor justo menos as despesas estimadas de venda e reclassificaram os correspondentes valores para um grupo de conta específico no balanço patrimonial (“Ativos biológicos”).

Em 1º de abril de 2009, além das reclassificações dos estoques e do imobilizado, os ativos biológicos tiveram ajustes negativos que reduziram o correspondente valor contábil para o valor justo, nos montantes de R\$ 9.395 e R\$ 72.624 na controladora e no consolidado, respectivamente, bruto dos efeitos tributários. Os referidos ajustes iniciais tiveram contrapartida a débito da conta de prejuízos acumulados. Em 31 de março de 2010, os valores antes reconhecidos foram parcialmente realizados e o registro das novas variações para o valor justo no final do ano foi contabilizado, ambos substancialmente contra o resultado do exercício na rubrica de “Custo dos produtos vendidos”.

(c) Gastos pré-operacionais (baixa do Ativo diferido)

Até 31 de dezembro de 2009, nos termos do BR GAAP antigo a Companhia e suas controladas adotavam como prática contábil a capitalização de gastos pré-operacionais no grupo de ativo diferido. Gastos pré-operacionais que não possam ser atribuídos ao custo de bens do ativo imobilizado ou à formação de ativos intangíveis, devem ser lançados como despesas imediatamente. Dessa forma, no Consolidado, os saldos de R\$ 42.819 e R\$ 40.177, em 1º de abril de 2009 e em 31 de março de 2010, respectivamente, bem como a amortização de R\$ 2.641 reconhecida durante o exercício de 2010, foram ajustados.

Os referidos ajustes foram registrados em contrapartida da conta de lucros (prejuízos) acumulados e referem-se, substancialmente, a controlada UBV.

(d) Imposto de renda e contribuição social diferidos

Os ajustes mencionados nos itens (a) “*Deemed cost*”, (b) “Ativos biológicos”, e (c) “Gastos pré-operacionais - baixa do Ativo diferido”, acima, tiveram seus correspondentes reflexos de tributos diferidos registrados à razão de 34% sobre os respectivos ajustes, em contrapartida do patrimônio líquido de 1º de abril de 2009 (prejuízos acumulados e ajustes de avaliação patrimonial). Em 31 de março de 2010, os correspondentes ajustes ativos e passivos foram registrados contra o resultado do exercício.

São Martinho S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Adicionalmente aos reflexos dos ajustes mencionados acima, a Companhia e suas controladas registraram, em 1º de abril de 2009, os tributos diferidos sobre mais-valia da reavaliação de terras, que reduziram o patrimônio líquido (“Ajustes de avaliação patrimonial”) da Companhia e do Consolidado dos montantes de R\$ 115.863 e R\$ 309.869, respectivamente. O BR GAAP antigo não previa o registro de tributos diferidos sobre a mais-valia de reavaliação de terras, motivo pelo qual esses ajustes tiveram que ser realizados para alinhamento à prática contábil internacional (IFRS), conforme previsto pelo ICPC 10.

38.2.1 Conciliação do patrimônio líquido da controladora em 1º de abril de 2009

Ativo	Controladora, em 1º de abril de 2009				De acordo com o IFRS
	De acordo com o BR GAAP antigo	Deemed cost (a)	Ativos biológicos (b)	Baixa do Ativo diferido (c)	
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	28.676				28.676
Contas a receber de clientes	9.980				9.980
Instrumentos financeiros derivativos	942				942
Estoques	63.264		(32.073)		31.191
Tributos a recuperar	8.266				8.266
Imposto de renda e contribuição social	5.596				5.596
Outros ativos	2.641				2.641
	<u>119.365</u>		<u>(32.073)</u>		<u>87.292</u>
Não circulante					
Realizável a longo prazo					
Partes relacionadas	16.420				16.420
Imposto de renda e contribuição social diferidos	36.066		3.194		39.260
Contas a receber - Copersucar	6.435				6.435
Tributos a recuperar	8.158				8.158
Depósitos judiciais	4.827				4.827
Outros ativos	3.434				3.434
	<u>75.340</u>		<u>3.194</u>		<u>78.534</u>
Investimentos	1.101.249	210.671	(40.094)	(26.988)	1.244.838
Ativos biológicos			109.811		109.811
Imobilizado	599.306	282.727	(87.133)		794.900
Intangível	262				262
	<u>1.776.157</u>	<u>493.398</u>	<u>(14.222)</u>	<u>(26.988)</u>	<u>2.228.345</u>
Total do ativo	<u>1.895.522</u>	<u>493.398</u>	<u>(46.295)</u>	<u>(26.988)</u>	<u>2.315.637</u>

São Martinho S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Controladora, em 1º de abril de 2009

Passivo e patrimônio líquido	De acordo com o BR GAAP antigo	Deemed cost (a)	Ativos biológicos (b)	Baixa do Ativo diferido (c)	De acordo com o IFRS
Circulante					
Empréstimos e financiamentos	87.054				87.054
Fornecedores	16.916				16.916
Obrigações - Copersucar	589				589
Salários e contribuições sociais	7.300				7.300
Tributos a recolher	4.286				4.286
Partes relacionadas	15.632				15.632
Adiantamentos de clientes	1.704				1.704
Outros passivos	5.781				5.781
	<u>139.262</u>				<u>139.262</u>
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	41.099				41.099
Obrigações - Copersucar	57.507				57.507
Tributos parcelados	8.963				8.963
Imposto de renda e contribuição social diferidos	56.163	211.990			268.153
Provisão para contingências	13.666				13.666
Outros passivos	2.160				2.160
	<u>179.558</u>	<u>211.990</u>			<u>391.548</u>
Patrimônio líquido					
Capital social	360.000				360.000
Reservas de reavaliação	1.117.599	(1.117.599)			
Ajustes de avaliação patrimonial		1.399.007			1.399.007
Reservas de lucros	101.002				101.002
Ações em tesouraria	(1.899)				(1.899)
Lucros (prejuízos) acumulados			(46.295)	(26.988)	(73.283)
	<u>1.576.702</u>	<u>281.408</u>	<u>(46.295)</u>	<u>(26.988)</u>	<u>1.784.827</u>
Total do passivo e patrimônio líquido	<u>1.895.522</u>	<u>493.398</u>	<u>(46.295)</u>	<u>(26.988)</u>	<u>2.315.637</u>

São Martinho S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

38.2.2 Conciliação do patrimônio líquido consolidado em 1º de abril de 2009

Ativo	Consolidado, em 1º de abril de 2009				
	De acordo com o BR GAAP antigo	Deemed cost (a)	Ativos biológicos (b)	Baixa do Ativo diferido (c)	De acordo com o IFRS
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	190.063				190.063
Contas a receber de clientes	45.544				45.544
Instrumentos financeiros derivativos	4.670				4.670
Estoques	296.404		(117.090)		179.314
Tributos a recuperar	41.545				41.545
Imposto de renda e contribuição social	11.427				11.427
Outros ativos	10.900				10.900
	<u>600.553</u>		<u>(117.090)</u>		<u>483.463</u>
Não circulante					
Realizável a longo prazo					
Partes relacionadas	3.424				3.424
Imposto de renda e contribuição social diferidos	130.973		24.692	14.559	170.224
Contas a receber - Copersucar	24.092				24.092
Tributos a recuperar	67.578				67.578
Depósitos judiciais	32.644				32.644
Outros ativos	4.321				4.321
	<u>263.032</u>		<u>24.692</u>	<u>14.559</u>	<u>302.283</u>
Ativos biológicos					
Imobilizado	2.481.605	895.874	406.872		406.872
Intangível	37.887		(362.406)		3.015.073
Diferido	42.819			(42.819)	37.887
	<u>2.825.343</u>	<u>895.874</u>	<u>69.158</u>	<u>(28.260)</u>	<u>3.762.115</u>
Total do ativo	<u>3.425.896</u>	<u>895.874</u>	<u>(47.932)</u>	<u>(28.260)</u>	<u>4.245.578</u>

São Martinho S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Consolidado, em 1º de abril de 2009					
Passivo e patrimônio líquido	De acordo com o BR GAAP antigo	<i>Deemed cost</i> (a)	Ativos biológicos (b)	Baixa do Ativo diferido (c)	De acordo com o IFRS
Circulante					
Empréstimos e financiamentos	401.115				401.115
Instrumentos financeiros derivativos	4.829				4.829
Fornecedores	76.150				76.150
Obrigações - Copersucar	2.203				2.203
Salários e contribuições sociais	34.932				34.932
Tributos a recolher	9.704				9.704
Partes relacionadas	3.277				3.277
Adiantamentos de clientes	10.875				10.875
Outros passivos	14.983				14.983
	<u>558.068</u>				<u>558.068</u>
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	730.486				730.486
Obrigações - Copersucar	216.369				216.369
Tributos parcelados	8.963				8.963
Imposto de renda e contribuição social diferidos	208.477	614.466			822.943
Provisão para contingências	106.771				106.771
Outros passivos	3.318				3.318
	<u>1.274.384</u>	<u>614.466</u>			<u>1.888.850</u>
Patrimônio líquido					
Capital social	360.000				360.000
Reservas de reavaliação	1.117.599	(1.117.599)			
Ajustes de avaliação patrimonial		1.399.007			1.399.007
Reservas de lucros	99.501			1.501	101.002
Ações em tesouraria	(1.899)				(1.899)
Lucros (prejuízos) acumulados			(46.295)	(26.988)	(73.283)
	<u>1.575.201</u>	<u>281.408</u>	<u>(46.295)</u>	<u>(25.487)</u>	<u>1.784.827</u>
Participação dos não controladores	<u>18.243</u>		<u>(1.637)</u>	<u>(2.773)</u>	<u>13.833</u>
Total do passivo e patrimônio líquido	<u>3.425.896</u>	<u>895.874</u>	<u>(47.932)</u>	<u>(28.260)</u>	<u>4.245.578</u>

São Martinho S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

38.2.3 Conciliação do patrimônio líquido da controladora em 31 de março de 2010

Ativo	Controladora, em 31 de março de 2010				
	De acordo com o BR GAAP antigo	Deemed cost (a)	Ativos biológicos (b)	Baixa do Ativo diferido (c)	De acordo com o IFRS
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	24.200				24.200
Contas a receber de clientes	10.956				10.956
Instrumentos financeiros derivativos	32.219				32.219
Estoques	49.088	(129)	(26.434)		22.525
Tributos a recuperar	10.774				10.774
Imposto de renda e contribuição social	5.002				5.002
Dividendos a receber	10.329				10.329
Outros ativos	1.449				1.449
	<u>144.017</u>	<u>(129)</u>	<u>(26.434)</u>		<u>117.454</u>
Não circulante					
Realizável a longo prazo					
Partes relacionadas	9.118				9.118
Imposto de renda e contribuição social diferidos	39.525		11.480		51.005
Contas a receber - Copersucar	1.073				1.073
Tributos a recuperar	6.195				6.195
Depósitos judiciais	5.624				5.624
Outros ativos	3.434				3.434
	<u>64.969</u>		<u>11.480</u>		<u>76.449</u>
Investimentos	1.202.539	217.958	(20.869)	(27.855)	1.371.773
Ativos biológicos			89.693		89.693
Imobilizado	605.151	284.295	(97.024)		792.422
Intangível	208				208
	<u>1.872.867</u>	<u>502.253</u>	<u>(16.720)</u>	<u>(27.855)</u>	<u>2.330.545</u>
Total do ativo	<u>2.016.884</u>	<u>502.124</u>	<u>(43.154)</u>	<u>(27.855)</u>	<u>2.447.999</u>

São Martinho S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Controladora, em 31 de março de 2010					
Passivo e patrimônio líquido	De acordo com o BR GAAP antigo	Deemed cost (a)	Ativos biológicos (b)	Baixa do Ativo diferido (c)	De acordo com o IFRS
Circulante					
Empréstimos e financiamentos	87.811				87.811
Fornecedores	16.985				16.985
Obrigações - Copersucar	589				589
Salários e contribuições sociais	9.036				9.036
Tributos a recolher	3.005				3.005
Partes relacionadas	3.944				3.944
Dividendos a pagar	6.469				6.469
Adiantamentos de clientes	421				421
Outros passivos	1.855				1.855
	<u>130.115</u>				<u>130.115</u>
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	46.910				46.910
Obrigações - Copersucar	51.229				51.229
Tributos parcelados	14.371				14.371
Imposto de renda e contribuição social diferidos	64.627	212.479			277.106
Provisão para contingências	17.423				17.423
Outros passivos	1.454				1.454
	<u>196.014</u>	<u>212.479</u>			<u>408.493</u>
Patrimônio líquido					
Capital social	360.000				360.000
Reservas de reavaliação	1.068.202	(1.068.202)			
Ajustes de avaliação patrimonial	45.821	1.357.847			1.403.668
Reservas de lucros	218.631				218.631
Ações em tesouraria	(1.899)				(1.899)
Lucros (prejuízos) acumulados			(43.154)	(27.855)	(71.009)
	<u>1.690.755</u>	<u>289.645</u>	<u>(43.154)</u>	<u>(27.855)</u>	<u>1.909.391</u>
Total do passivo e patrimônio líquido	<u>2.016.884</u>	<u>502.124</u>	<u>(43.154)</u>	<u>(27.855)</u>	<u>2.447.999</u>

São Martinho S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

38.2.4 Conciliação do patrimônio líquido consolidado em 31 de março de 2010

Ativo	Consolidado, em 31 de março de 2010				
	De acordo com o BR GAAP antigo	Deemed cost (a)	Ativos biológicos (b)	Baixa do Ativo diferido (c)	De acordo com o IFRS
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	130.634				130.634
Contas a receber de clientes	41.628				41.628
Instrumentos financeiros derivativos	58.404				58.404
Estoques	218.183	(826)	(112.288)		105.069
Tributos a recuperar	59.748				59.748
Imposto de renda e contribuição social	12.026				12.026
Outros ativos	6.086				6.086
	<u>526.709</u>	<u>(826)</u>	<u>(112.288)</u>		<u>413.595</u>
Não circulante					
Realizável a longo prazo					
Partes relacionadas	211				211
Imposto de renda e contribuição social diferidos	112.147		22.231	13.660	148.038
Contas a receber - Copersucar	4.020				4.020
Tributos a recuperar	47.390				47.390
Depósitos judiciais	28.580				28.580
Outros ativos	3.731				3.731
	<u>196.079</u>		<u>22.231</u>	<u>13.660</u>	<u>231.970</u>
Ativos biológicos					
Imobilizado	2.548.422	909.386	461.952		461.952
Intangível	37.167		(415.049)		3.042.759
Diferido	40.177			(40.177)	37.167
	<u>2.821.845</u>	<u>909.386</u>	<u>69.134</u>	<u>(26.517)</u>	<u>3.773.848</u>
Total do ativo	<u>3.348.554</u>	<u>908.560</u>	<u>(43.154)</u>	<u>(26.517)</u>	<u>4.187.443</u>

São Martinho S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Consolidado, em 31 de março de 2010					
Passivo e patrimônio líquido	De acordo com o BR GAAP antigo	Deemed cost (a)	Ativos biológicos (b)	Baixa do Ativo diferido (c)	De acordo com o IFRS
Circulante					
Empréstimos e financiamentos	326.746				326.746
Fornecedores	74.172				74.172
Obrigações - Copersucar	2.203				2.203
Salários e contribuições sociais	41.546				41.546
Tributos a recolher	16.602				16.602
Partes relacionadas	123				123
Dividendos a pagar	6.469				6.469
Adiantamentos de clientes	439				439
Outros passivos	12.914				12.914
	<u>481.214</u>				<u>481.214</u>
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	628.393				628.393
Obrigações - Copersucar	194.042				194.042
Tributos parcelados	47.213				47.213
Imposto de renda e contribuição social diferidos	224.847	618.915			843.762
Provisão para contingências	67.889				67.889
Outros passivos	15.539				15.539
	<u>1.177.923</u>	<u>618.915</u>			<u>1.796.838</u>
Patrimônio líquido					
Capital social	360.000				360.000
Reservas de reavaliação	1.068.202	(1.068.202)			
Ajustes de avaliação patrimonial	45.821	1.357.847			1.403.668
Reservas de lucros	217.293			1.338	218.631
Ações em tesouraria	(1.899)				(1.899)
Lucros (prejuízos) acumulados			(43.154)	(27.855)	(71.009)
	<u>1.689.417</u>	<u>289.645</u>	<u>(43.154)</u>	<u>(26.517)</u>	<u>1.909.391</u>
Total do passivo e patrimônio líquido	<u>3.348.554</u>	<u>908.560</u>	<u>(43.154)</u>	<u>(26.517)</u>	<u>4.187.443</u>

São Martinho S.A.
Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de março de 2011
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

38.2.5 Conciliação do resultado da controladora em 31 de março de 2010

	Controladora, em 31 de março de 2010				
	De acordo com o BR GAAP antigo	<i>Deemed cost</i> (a)	Ativos biológicos (b)	Baixa do Ativo diferido (c)	De acordo com o IFRS
Receitas	267.838				267.838
Custo dos produtos vendidos	(220.554)	1.959	(24.372)		(242.967)
Lu cro bruto	47.284	1.959	(24.372)		24.871
Receitas (despesas) operacionais					
Despesas com vendas	(9.649)				(9.649)
Despesas gerais e administrativas	(26.816)				(26.816)
Resultado de equivalência patrimonial	103.221	7.423	19.227	(866)	129.005
Outras despesas, líquidas	(3.921)	(521)			(4.442)
	62.835	6.902	19.227	(866)	88.098
Lu cro operacional antes do resultado financeiro	110.119	8.861	(5.145)	(866)	112.969
Resultado financeiro					
Receitas financeiras	41.711				41.711
Despesas financeiras	(76.239)				(76.239)
Variações monetárias e cambiais, líquidas	8.788				8.788
	(25.740)				(25.740)
Lu cro antes do imposto de renda e da contribuição social	84.379	8.861	(5.145)	(866)	87.229
Imposto de renda e contribuição social					
Do exercício					
Diferidos	8.653	(489)	8.286		16.450
Lu cro líquido do exercício	93.032	8.372	3.141	(866)	103.679

São Martinho S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

38.2.6 Conciliação do resultado consolidado em 31 de março de 2010

	Consolidado, em 31 de março de 2010				
	De acordo com o BR GAAP antigo	Deemed cost (a)	Ativos biológicos (b)	Baixa do Ativo diferido (c)	De acordo com o IFRS
Receitas	1.183.286				1.183.286
Custo dos produtos vendidos	(916.545)	13.530	7.240		(895.775)
Lu cro bruto	266.741	13.530	7.240		287.511
Receitas (despesas) operacionais					
Despesas com vendas	(61.453)				(61.453)
Despesas gerais e administrativas	(99.199)	438		2.641	(96.120)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	5.668	(1.282)	(2.514)	(2.663)	(791)
	(154.984)	(844)	(2.514)	(22)	(158.364)
Lu cro operacional antes do resultado financeiro	111.757	12.686	4.726	(22)	129.147
Resultado financeiro					
Receitas financeiras	104.629				104.629
Despesas financeiras	(171.209)				(171.209)
Variações monetárias e cambiais, líquidas	83.297				83.297
	16.717				16.717
Lu cro antes do imposto de renda e da contribuição social	128.474	12.686	4.726	(22)	145.864
Imposto de renda e contribuição social					
Do exercício	(21.014)				(21.014)
Diferidos	(11.178)	(4.313)	(2.462)	(899)	(18.852)
Lu cro líquido do exercício	96.282	8.373	2.264	(921)	105.998
Atribuível a					
Acionistas da Companhia	93.196	8.373	2.264	(154)	103.679
Participação dos não controladores	3.086		(877)	110	2.319
	96.282	8.373	1.387	(44)	105.998

São Martinho S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

38.2.7 Efeitos no patrimônio líquido e no resultado decorrentes da plena adoção das novas normas contábeis (CPCs/IFRS), para cada trimestre do exercício corrente e comparativo:

									Controladora
Nota	1º/04/09	30/06/09	30/09/09	31/12/09	31/03/10	30/06/10	30/09/10	31/12/10	
Patrimônio líquido em "BR GAAP antigo"		1.576.702	1.605.568	1.625.776	1.630.544	1.690.755	1.710.793	1.707.685	1.701.165
Ajustes do IFRS/CPCs									
Custo atribuído (<i>Deemed cost</i>)	(a)	70.737	70.893	71.337	71.407	71.687	71.653	71.514	177.201
Ativos biológicos	(b)	(6.201)	(9.768)	(15.231)	(19.463)	(22.285)	(23.738)	(28.577)	(28.577)
Equivalência sobre os ajustes		143.589	150.196	158.300	158.370	169.234	166.121	162.144	77.658
Patrimônio líquido em IFRS		1.784.827	1.816.889	1.840.182	1.840.858	1.909.391	1.925.578	1.917.605	1.927.447
									Consolidado
Nota	1º/04/09	30/06/09	30/09/09	31/12/09	31/03/10	30/06/10	30/09/10	31/12/10	
Patrimônio líquido em "BR GAAP antigo"		1.575.201	1.604.108	1.624.357	1.629.166	1.689.418	1.709.497	1.706.430	1.699.951
Ajustes do IFRS/CPCs									
Custo atribuído (<i>Deemed cost</i>)	(a)	281.408	282.478	285.171	286.777	289.645	290.245	290.599	291.563
Ativos biológicos	(b)	(46.295)	(44.597)	(44.635)	(48.131)	(43.154)	(48.414)	(54.442)	(49.285)
Baixa o Ativo diferido	(c)	(25.487)	(25.100)	(24.711)	(26.954)	(26.518)	(25.750)	(24.982)	(14.782)
Patrimônio líquido em IFRS, excluindo a participação de acionistas não controladores		1.784.827	1.816.889	1.840.182	1.840.858	1.909.391	1.925.578	1.917.605	1.927.447
Participação dos acionistas não controladores		(4.410)	(4.650)	(5.013)					
Patrimônio líquido em IFRS		1.780.417	1.812.239	1.835.169	1.840.858	1.909.391	1.925.578	1.917.605	1.927.447
									Controladora
Nota	30/06/09	30/09/09	31/12/09	31/03/10	30/06/10	30/09/10	31/12/10		
Lucro líquido em "BR GAAP antigo"		28.866	20.208	23.099	20.859	22.923	46.541	53.807	
Ajustes do IFRS/CPCs									
Custo atribuído (<i>Deemed cost</i>)	(a)	1.070	2.694	1.741	2.867	600	354	460	
Ativos biológicos	(b)	1.700	(37)	(3.499)	4.978	(5.261)	(6.026)	5.159	
Baixa o Ativo diferido	(c)	429	429	(2.202)	477	810	807	10.239	
Lucro líquido em IFRS		32.065	23.294	19.139	29.181	19.072	41.676	69.665	
									Consolidado
Nota	30/06/09	30/09/09	31/12/09	31/03/10	30/06/10	30/09/10	31/12/10		
Lucro líquido em "BR GAAP antigo"		28.907	20.249	23.140	20.900	22.964	46.582	53.848	
Ajustes do IFRS/CPCs									
Custo atribuído (<i>Deemed cost</i>)	(a)	1.070	2.694	1.741	2.867	600	354	460	
Ativos biológicos	(b)	1.412	(450)	(3.675)	4.978	(5.261)	(6.027)	5.158	
Baixa o Ativo diferido	(c)	436	437	(2.228)	436	769	767	10.199	
Participação dos acionistas não controladores		240	364	161					
Lucro líquido em IFRS		32.065	23.294	19.139	29.181	19.072	41.676	69.665	

* * *

Relatório da Administração

Pradópolis, 28 de junho de 2011.

Senhores Acionistas,

Apresentamos o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras e o Parecer dos Auditores Independentes relativos ao exercício social encerrado em 31 de março de 2011. As demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo em 31 de março de 2011 são as primeiras demonstrações financeiras consolidadas anuais em conformidade com os CPCs e o IFRS.

Na safra 2010/2011, apesar dos fatores climáticos terem impactado negativamente o setor, o Grupo São Martinho atingiu moagem recorde de 13,1 milhões de toneladas com produção de 873 mil toneladas de açúcar e 565 mil m3 de etanol.

Adicionalmente, a flexibilidade entre produção de açúcar e etanol nas usinas São Martinho e Iracema, também colaborou para que pudéssemos maximizar o nosso resultado nesta safra já que direcionamos o mix de produção nestas duas usinas para a fabricação do açúcar que apresentava melhor rentabilidade na comparação com o etanol.

Com isso, conseguimos atingir um excelente ano de resultados do grupo, com destaque para o crescimento de 9,4% na receita líquida, expressivo aumento de nosso EBITDA Ajustado de mais de 35,4% e Lucro Líquido de R\$ 142,3 milhões registrados durante o ano fiscal, indicando um aumento de 37,2% quando comparado com o mesmo período do ano passado.

No exercício social de 2011, destacaram-se ainda os seguintes eventos:

- 1) Anunciamos em 21/06/2010, a parceria estratégica entre o Grupo São Martinho e a Petrobras Biocombustível S.A, com a criação da sociedade Nova Fronteira Bioenergia S.A., controladora da Usina Boa Vista S.A. e a SMBJ Agroindustrial S.A. A Petrobras Biocombustível S.A. terá 49% da nova sociedade, através da subscrição de R\$420,8 milhões em ações;
- 2) Anunciamos em 16/08/2010, a primeira fase do projeto de cogeração na Usina São Martinho, com um investimento de R\$173 milhões, para a produção excedente de 244.000 MWh à partir da safra 2013/2014;
- 3) Anunciamos em 18/01/2011, a segunda fase do Acordo de Serviços Logísticos com a Rumo Logística, tendo início na safra 2011/2012 e vencimento em 2019/2020 (podendo ser prorrogado), no qual o Grupo São Martinho investirá R\$30 milhões para a construção de um armazém com capacidade de 60.000 toneladas de açúcar e modernização do ramal para transbordo de até 2.000.000 toneladas de açúcar por ano;
- 4) Anunciamos em 31/03/2011, a contratação de R\$239 milhões junto ao Banco Itaú BBA S.A. mediante repasse do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para projeto de cogeração e modernização da Usina São Martinho.

Abaixo, detalhamos o andamento de nossos negócios durante o exercício de 2011 bem como as perspectivas para a safra 11/12 (exercício social de 2012).

Diretor Presidente
Fábio Venturelli

1. Descrição dos Negócios

A São Martinho S.A. - uma das maiores produtoras de açúcar e álcool do Brasil - possui, atualmente, três usinas em operação: São Martinho, em Pradópolis (região de Ribeirão Preto, SP); Iracema, em Iracemápolis (região de Limeira, SP) e Boa Vista (Quirinópolis, a 300km de Goiânia, GO).

Na safra 10/11, apesar das condições climáticas desfavoráveis, o Grupo São Martinho atingiu sua meta e encerrou a safra com moagem de 13,1 milhões de toneladas de cana de açúcar processada.

Individualmente, a unidade “Usina São Martinho” novamente se destacou, atingindo 8,4 milhões de toneladas de moagem superando novamente o recorde mundial de moagem por usina.

Quanto à produção, direcionamos nosso mix para a fabricação de açúcar, encerrando a safra 10/11 com 873 mil toneladas, o que representou um crescimento de 24,4% em relação à safra passada.

Nossas vendas líquidas consolidadas na safra 10/11 atingiram R\$ 1.295,0 milhões, sendo 45% destinado para o mercado local e 55% para o mercado externo.

O principal produto que alavancou nossas vendas durante a safra 10/11 foi o açúcar no mercado externo que atingiu receita líquida de R\$ 648,5 milhões (50% do faturamento total). No mercado local o álcool hidratado, que somou R\$ 236,9 milhões, representou 18% da receita líquida registrada pelo Grupo.

2. Conjuntura Econômica Geral e Mercado

Preços Médios	2011 (*)	2010 (**)	Var. %
Dólar	1,73	1,87	-7,5%
NY11 Cents / Libra	23,76	20,80	14,2%
Álcool Anidro (Ml)	1.094,58	955,45	14,6%
Álcool Hidratado (Ml)	958,88	836,18	14,7%

(*) Refere-se ao exercício social de 2011 (abril de 2010 a março de 2011)

(**) Refere-se ao exercício social de 2010 (abril de 2009 a março de 2010)

A safra 2011 foi novamente impactada por fatores climáticos que afetaram negativamente a produção de açúcar e etanol no Brasil. Com isso, a expansão da oferta continua bastante limitada o que tem se refletido no aumento de preços tanto para o açúcar quanto para o etanol.

No acumulado dos 12M11, o preço do açúcar em Reais aumentou 5,7%, refletindo principalmente o aumento de 14,2% do preço da commodity em dólar, uma vez que a apreciação cambial de 7,5% acabou impactando negativamente na valorização da commodity ao produtor brasileiro.

No caso do etanol, a elevação nos preços no mesmo período foi de 14,6% para o álcool anidro e 14,7% para o álcool hidratado, impulsionado pela crescente demanda pelo combustível devido ao aumento da frota flex no Brasil.

3. Gestão de Pessoas

Propiciar oportunidades, capacitar e motivar as equipes, estudar novas tecnologias e parcerias para agregar maior valor ao seu produto, tornaram-se objetivos do dia a dia da companhia para enfrentar os desafios cada vez maiores do setor sucroenergético.

Algumas ferramentas e programas são desenvolvidos pela companhia.

Estagiário: O objetivo é prepará-los através da integração dos conhecimentos da escola e da organização. A meta é contribuir para o desenvolvimento pessoal e profissional do aluno por meio da complementação do binômio ensino-aprendizagem prática. Com essa interação, o Grupo acredita que o aluno e a empresa ganham através do estímulo ao aperfeiçoamento técnico do estagiário e de seus colaboradores.

Jovem aprendiz: através de convênios com instituições como SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial, a Companhia atende à legislação, prepara tecnicamente novos profissionais de acordo com sua demanda e cria oportunidade de acesso ao mercado de trabalho aos jovens, através do primeiro emprego.

Trainee: objetiva atrair, reter e desenvolver talentos potenciais para atuar como líderes da organização no curto e médio prazo a fim de garantir sustentabilidade ao negócio. Através do projeto “Líderes do Futuro”, o *trainee* conhece a realidade da São Martinho e aprende a relacionar-se com pessoas de diversas áreas e diferentes culturas e participa de uma abrangente agenda de cursos, visitas e trabalhos.

Remuneração: O Grupo São Martinho adota práticas de remuneração compatíveis com o mercado e estabelece políticas que valorizam e reconhecem o desempenho dos colaboradores.

PPR – Programa de Participação nos Resultados: Com metas anuais e foco no desempenho econômico, financeiro e operacional do Grupo, os colaboradores podem obter até dois salários a mais por ano dependendo do alcance das metas acordadas.

Remuneração Variável: A companhia adota também a remuneração variável mensal baseada na performance das equipes, dos processos e no desempenho individual. Abrange os colaboradores dos processos agrícola e industrial que podem assim, obter um incremento substancial em sua remuneração mensal.

Benefícios: O Grupo São Martinho oferece um completo pacote de benefícios aos colaboradores. Os principais são: plano de saúde, previdência privada, assistência odontológica e farmacêutica, refeição, cesta básica, transporte, seguro de vida, entre outros específicos de cada unidade.

Segurança: A companhia adota os mais rígidos padrões de segurança na prevenção de acidentes do trabalho e oferece um ambiente e uma atividade laboral que prezam pela integridade física do colaborador. Um intenso trabalho de conscientização e prevenção também é desenvolvido através de diálogos diários de segurança, atuação efetiva das CIPA's (Comissões Internas de Prevenção de Acidentes), investimento em EPI's – Equipamentos de Proteção Individuais de primeira linha, certificados e desenvolvidos para atender exigências ergonômicas, além da capacitação intensa da sua equipe de técnicos.

Saúde Ocupacional: Possui estrutura própria que atende à legislação vigente, equipes treinadas constantemente e equipamentos de apoio. O Grupo investe em

campanhas, programas e palestras de prevenção que garantem melhores condições de saúde e bem-estar aos colaboradores. A ginástica laboral, adotada em todas as áreas da companhia, proporciona a prevenção de lesões, corrige posturas e melhora o desempenho.

Treinamento / Capacitação: O desenvolvimento das competências comportamentais e habilidades técnicas é o principal objetivo do investimento em treinamento e capacitação. A companhia acredita que é a melhor forma de preparar a organização para enfrentar os desafios futuros, que exigirão cada vez mais profissionais motivados, atualizados, versáteis e comprometidos.

Gestão de Potenciais: Preocupada em alcançar as metas de crescimento, o Grupo desenvolve programa que visa valorizar seus colaboradores através da identificação e preparação de seus possíveis sucessores.

Bolsas de Estudo: Com o objetivo principal de desenvolver as competências necessárias para alavancar a performance dos colaboradores, este programa contempla cursos de níveis técnico, graduação e pós-graduação.

4. Investimentos

SÃO MARTINHO - CONSOLIDADO	12M11	12M10	Var.%
Capex (Manutenção)			
Plantio de Cana	74.006	78.006	-5,1%
Industriais / Agrícolas	96.526	115.286	-16,3%
Tratos Culturais (Novo critério IFRS)	92.015	93.784	-1,9%
Sub Total	262.546	287.076	-8,5%
Modernização / Mecanização / Expansão			
Industriais / Agrícolas	36.504	23.429	55,8%
Outros	387	306	26,3%
Sub Total	36.891	23.735	55,4%
Usina Boa Vista			
Plantio de Cana	52.926	55.355	-4,4%
Industriais / Agrícolas	75.660	40.587	86,4%
Sub Total	128.586	95.942	34,0%
Total Geral	428.023	406.753	5,2%

O volume de investimentos do grupo São Martinho (já considerando os tratos culturais como Capex) no acumulado de 12M11 somou R\$ 428 MM. O Capex de manutenção somou R\$ 262,5 milhões, representando 43% do EBITDA ajustado do grupo. Com isso, nosso Fluxo de Caixa operacional (EBITDA ajustado - Capex de Manutenção) totalizou R\$ 350 milhões.

Para a safra 11/12 esperamos que nosso Capex de manutenção totalize aproximadamente R\$ 280 milhões e o Capex de ampliação R\$ 180 milhões. Os gastos de ampliação são: 1) expansão do plantio da Usina Boa Vista, 2) investimentos em cogeração na São Martinho e; 3) expansão do nosso terminal de escoamento de açúcar.

5. Governança Corporativa e Política de Dividendos

5.1. Governança Corporativa

A Sociedade confirmou sua opção pelas melhores práticas de Governança Corporativa ao aderir às regras do Novo Mercado da Bovespa, assegurando aos seus acionistas total transparência e tratamento igualitário, através do cumprimento de uma das mais importantes e restritas regras de regulamentações de mercado, inclusive dentre os mercados internacionais.

Para o atendimento aos investidores, desde o início das negociações das ações na Bovespa, foi estruturada uma equipe de Relações com Investidores (RI) que divulga ao mercado – nos idiomas português e inglês – todos os comunicados, fatos relevantes e demonstrações financeiras.

5.2. Política de Dividendos

Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo de 25% sobre o lucro líquido do exercício, após deduzidos os prejuízos acumulados e a constituição da reserva legal.

Em Assembléia Geral Ordinária realizada em 30 de julho de 2010, foi aprovada uma distribuição adicional de dividendos no montante de R\$ 8.838 (R\$ 0,0783 por ação), totalizando uma distribuição de dividendos no montante de R\$ 30.933 (R\$ 0,2741 por ação), correspondente a 35% do lucro líquido do último exercício (de acordo com o BR GAAP antigo) após a constituição da reserva legal.

Conforme facultado pela Lei 9.249/95, em setembro de 2010 a controlada USM (atualmente Vale do Mogi) calculou e distribuiu Juros sobre o Capital Próprio - JCP para a Companhia com base na Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP vigente no período, no montante bruto de R\$ 15.680. Em dezembro de 2010, a Companhia calculou e distribuiu JCP com base na TJLP vigente no período, no montante bruto de R\$ 19.559.

Os JCP recebido da controlada USM foram registrados nos livros fiscais como receita financeira, e os JCP pagos aos acionistas pela Companhia foram registrados nos livros fiscais como despesa financeira, conforme requerido pela legislação fiscal. Posteriormente, os juros sobre o capital próprio recebidos foram creditados à conta de investimentos, e os juros sobre o capital próprio pagos foram debitados à conta de lucros acumulados, em atendimento a Deliberação CVM 247/96. Adicionalmente, os JCP foram computados no cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios.

Os dividendos mínimos obrigatórios foram apurados como segue:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Lucro líquido do exercício (2010 - valor conforme BR GAAP antigo - Nota 38)	142.288	93.032
Absorção de prejuízos acumulados	<u>(32.927)</u>	
	109.361	93.032
Constituição de reserva legal - 5%	<u>(5.468)</u>	<u>(4.652)</u>
Base de cálculo para distribuição de dividendos mínimos obrigatórios	103.893	88.380
Dividendos mínimos obrigatórios - 25% (2011 - R\$ 0,2301 por ação)	25.973	22.095
JCP pagos a título de dividendos, líquidos do IRRF (2011 - R\$ 0,1488 por ação)	<u>(16.793)</u>	<u>(15.626)</u>
Parcela dos dividendos mínimos obrigatórios, a pagar (2011 - R\$ 0,0813 por ação)	<u>9.180</u>	<u>6.469</u>

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 28 de junho de 2011, foi proposta uma distribuição adicional de dividendos no montante de R\$ 21.062 (R\$ 0,1866 por ação) a ser ratificada em Assembléia Geral Ordinária.

6. Perspectivas

Perspectivas para as Próximas Safras

Durante o 4T11 o preço do açúcar no mercado internacional renovou as máximas históricas atingindo USD 35 cents/pound na tela com vencimento em Março/11. No entanto, após atingir preços recordes no início do ano, os futuros do NY11 começaram a cair em março/11 e desde então, vêm se mantendo no patamar de negociação próximo a US\$ 20 cents.

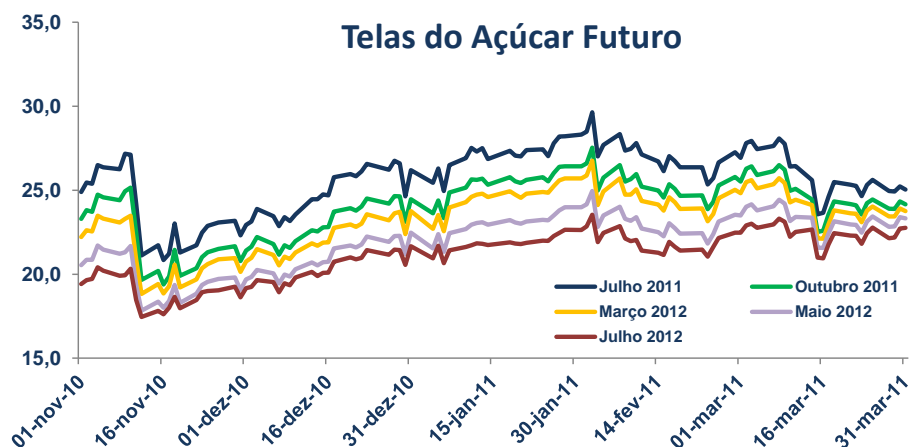
A queda observada no mês de março/11 foi puxada pela superação de expectativas em relação à safra tailandesa, que passou das esperadas 6,7 milhões de toneladas em novembro/10, para 9,5 milhões em abril deste ano.

O ano safra 2010/11 já aponta para um excedente de produção, porém, este volume extra de açúcar, ainda será insuficiente para elevar de maneira significativa os estoques globais da commodity. Este fato tende a pressionar o mercado de açúcar mundial, deixando os preços da commodity, bastante suscetíveis a qualquer alteração na expectativa de oferta para a próxima safra.

Acreditamos que a limitação na ampliação da oferta do açúcar para os próximos anos no Brasil e na Índia (principais produtores mundiais), deve manter os preços acima de USD 20 cents/pound para as próximas safras, principalmente para a safra 11/12.

No Brasil, devido à falta de investimentos no setor, a disponibilidade de cana para ser processada durante a safra 11/12, não crescerá significativamente. De acordo com estimativas da UNICA, para esta safra o crescimento da moagem na região Centro Sul, deverá ser de apenas 2%, enquanto a produção de açúcar deverá crescer 3% e no caso do etanol o volume de produção ficará estável em relação ao observado na safra anterior.

Com relação a safra indiana, os últimos dados referentes a safra 10/11, apontam para uma produção de 24,7 milhões de toneladas, ligeiramente abaixo das expectativas iniciais. Para a safra 11/12, a produção indiana deverá crescer para 25,7 milhões de toneladas, impulsionada pelo aumento na área dedicada à cana de açúcar naquele país.



Álcool

O preço do etanol manteve sua tendência de alta durante o 4T11, com acréscimo de 15,6% e 20,2% para o etanol anidro e hidratado, respectivamente, quando comparamos com o mesmo período do ano anterior. No acumulado da safra, o preço médio tanto do anidro quanto do hidratado, teve alta superior a 14,5% no comparativo com o ano anterior.

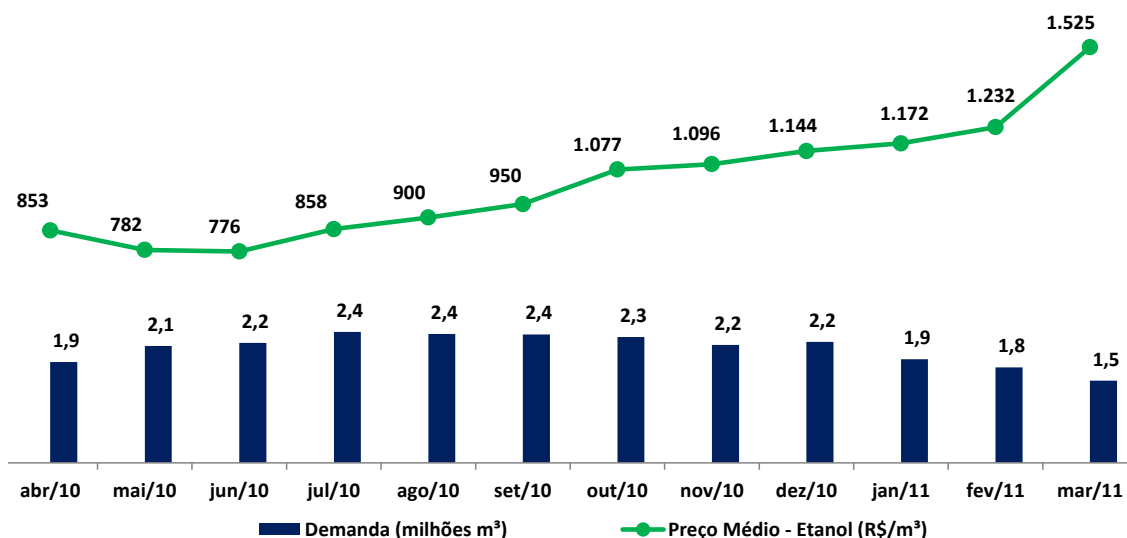
A subida dos preços está relacionada a um balanço entre oferta e demanda de etanol no Brasil bastante apertada durante a safra 10/11.

Do lado da oferta, o clima seco durante a safra, acabou antecipando o término do período de moagem resultando em um menor volume de etanol produzido em relação às expectativas do início da safra. Adicionalmente, devido a elevada rentabilidade do açúcar, as usinas continuaram durante a safra 10/11, a priorizar a produção da commodity, sendo que os impactos de quebra de safra acabaram sendo refletidos mais na produção de etanol.

Pelo lado da demanda, a venda de carros flex durante o ano de 2010, apresentou crescimento de 9% em relação a 2009. Mesmo com esse forte crescimento, a frota flex ainda representa 50% da frota total de veículos no Brasil, proporcionando muito espaço para o crescimento de demanda potencial. Adicionalmente a demanda surpreendeu na entressafra quando tivemos forte alta de preços e o consumo não caiu com a força que estava sendo esperada, conforme podemos observar no gráfico abaixo.

Como resultado deste mercado mais equilibrado em termos de oferta e demanda, a paridade média do etanol em relação a gasolina nos postos de São Paulo, que representa aproximadamente 60% do consumo total de etanol no Brasil, passou de 60% na safra 2009/10, para 63% na safra 2010/11, impactada pela alta nos preços pagos ao produtor.

Para a safra 11/12, as projeções da ÚNICA não apontam para nenhum incremento de oferta, resultando em um balanço entre oferta e demanda ainda mais apertado para esta nova safra. Com isso, acreditamos que a paridade de preços entre etanol e gasolina nos postos de combustível tende a ser ainda mais próxima dos 70%, o que deverá se traduzir em um preço pago ao produtor acima do registrado na safra anterior.



7. Desempenho no exercício – valores consolidados

DESTAQUES FINANCEIROS (milhares de R\$)	12M11	12M10	Var. (%)
São Martinho - Consolidado			
Receita Bruta	1.384.387	1.282.149	8,0%
Receita Líquida	1.295.046	1.183.286	9,4%
EBITDA (Ajustado)	612.581	452.373	35,4%
Margem EBITDA	47,3%	38,2%	9,1 p.p.
Indicadores de Balanço Consolidados			
Ativo Total	4.030.417	4.187.443	-3,7%
Patrimônio Líquido	1.953.486	1.909.391	2,3%
EBITDA (acumulado dos últimos 12 meses)	612.581	452.373	35,4%
Dívida Líquida	486.626	824.505	-41,0%
Dívida Líquida / (EBITDA dos últimos 12 meses)	0,79 x	1,82 x	
Dívida Líquida / Patrimônio Líquido	25%	43%	

DADOS OPERACIONAIS	12M11	12M10	Var.(%)
São Martinho - Consolidado			
Cana Processada (mil toneladas)	13.067	12.923	1,1%
Própria	8.511	7.584	12,2%
Terceiros	4.556	5.339	-14,7%
Colheita Mecanizada	85,3%	84,4%	0,8 p.p
Produção			
Açúcar (mil toneladas)	873	702	24,4%
Álcool Anidro (mil m ³)	258	226	14,1%
Álcool Hidratado (mil m ³)	307	367	-16,4%
RNA - Sal Sódico do Ácido Ribonucléico ('000 Kg)	264	279	-5,3%
Energia ('000 MWh)	163	159	2,7%

No comparativo 12M11 x 12M010 a receita líquida consolidada do Grupo apresentou aumento de 9,4%, impulsionada, principalmente, pelo aumento do preço de venda de açúcar em 18,1%, assim como pelo incremento do volume de vendas de etanol anidro e do seu preço de venda de, 9,4% e 13,8%, respectivamente.

Com isso, após a adoção das novas práticas contábeis nos 12M11 e 12M10 (retroativo), nosso EBITDA Ajustado no acumulado dos 12M11 totalizou R\$ 612,6 milhões (Margem EBITDA Ajustada de 47,3%), representando um aumento de 35,4% em relação aos 12M10.

Como resultado da nossa forte geração de caixa nos últimos 12 meses combinado com o 1º aporte da Petrobrás Biocombustível S.A. na Nova Fronteira Bioenergia S.A. (Nova Fronteira), o endividamento líquido do Grupo atingiu R\$ 486,6 milhões em março de 2011, o que representa uma redução de 41% em relação a março/10. Após a conclusão da segunda tranche do aporte da Petrobrás Biocombustível S.A. no valor de R\$ 163 milhões, previsto para ocorrer até o final de 2011, o endividamento líquido do Grupo São Martinho deverá diminuir em aproximadamente R\$ 120 milhões.

8. Fontes de Recursos
ENDIVIDAMENTO CONSOLIDADO

ENDIVIDAMENTO	Mar/11	Mar/10	Var%.
Em Milhares de R\$			
PESA	76.438	75.859	0,8%
Crédito Rural	25.721	48.020	-46,4%
BNDES / FINAME	358.540	461.611	-22,3%
Capital de Giro	-	43.467	-100,0%
ACC (Adiantamento de Contrato de Câmbio)	4.983	146.979	-96,6%
PPE (Pré-Pagamento de Exportação)	245.527	178.500	37,6%
Outros	484	703	-31,2%
Dívida Bruta Total	711.693	955.139	-25,5%
Disponibilidades	225.067	130.634	72,3%
Dívida Líquida	486.626	824.505	-41,0%
Dívida Líquida / EBITDA Acum.	0,8 x	2,3 x	

Como resultado da nossa forte geração de caixa nos últimos 12 meses combinado com o 1º aporte da Petrobrás Biocombustível S.A. na Nova Fronteira Bioenergia S.A. (Nova Fronteira), o endividamento líquido do Grupo atingiu R\$ 486,6 milhões em março de 2011, o que representa uma redução de 41% em relação a março/10. Após a conclusão a segunda tranche do aporte da Petrobrás Biocombustível S.A. no valor de R\$ 163 milhões, previsto para ocorrer até o final de 2011, o endividamento líquido do Grupo São Martinho deverá diminuir em aproximadamente R\$ 120 milhões.

9. Sustentabilidade

A sustentabilidade é um dos pilares estratégicos do Grupo São Martinho e está presente na missão da companhia de oferecer produtos de forma inovadora e que assegurem a preservação dos recursos naturais existentes.

Para o Grupo, ter como essência de seu negócio o etanol, açúcar, energia e outros derivados da cana-de-açúcar, que é um recurso renovável, vai além de estabelecer um compromisso com o meio ambiente, comunidade, clientes, parceiros e consumidores. Significa uma importante oportunidade de fomentar seu crescimento ao mesmo tempo em que colabora para o bem-estar das futuras gerações.

A sustentabilidade permeia toda a cadeia produtiva do Grupo, que abrange desde o uso responsável do solo, plantio e colheita mecanizada da cana-de-açúcar, reutilização de resíduos no processo produtivo, respeito e conservação do meio ambiente, ética e governança corporativa até o relacionamento com a comunidade e os demais públicos de interesse.

O conceito de sustentabilidade sempre esteve presente na cultura da companhia e permeou a sua forma de operar e gerir o negócio. O Grupo São Martinho tem investido historicamente em melhorias de processos, tecnologias e iniciativas que, além de refletir sua preocupação com a sustentabilidade, melhoram sua eficiência operacional.

9.1. Projetos Sociais/ Ações Sociais

Capacitação para o primeiro emprego: Em parceria com instituições de Iracemópolis, Quirinópolis (GO), e Pradópolis, a Companhia investe em programas sociais que propiciam acesso ao mercado de trabalho para, aproximadamente, 55 jovens de 16 a 18 anos. Todos são oriundos do Ensino Médio regular destas comunidades e prestam serviços na área administrativa, recebendo noções de primeiro emprego e de responsabilidades, além de salário, benefícios e a oportunidade de permanecer na companhia ao final do programa.

“Telessalas” - Iniciativa da Usina Iracema, em parceria com a Fundação Bradesco, responsável pela supervisão pedagógica, já formou cerca de dois mil alunos desde 2001, quando foi implementada. São seis telessalas nas cidades de Iracemópolis e Limeira, totalizando 240 vagas anuais disponibilizadas para os colaboradores da usina e também abertas à comunidade, além de mais duas telessalas, todas com equipamentos, material didático e monitores custeados pela usina.

Salas de Desenvolvimento Psicossocial - O projeto proporcionou a construção de salas de desenvolvimento psicossocial na Fundação Lions, bem como a reforma de outras áreas do Centro de Ensino Especial “Dr. Alfredo Mariz Costa”, em Quirinópolis (GO), possibilitando melhor qualidade no atendimento a aproximadamente 160 pessoas de 5 a 94 anos, portadoras de necessidades especiais atendidas pela instituição. Este projeto tem o apoio do BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social.

Programa de Formação de Motoristas e Operadores - Com o aumento da mecanização agrícola e com o fim das queimadas previsto em lei é necessária a capacitação da mão-de-obra remanescente. Embora já tendo um elevado índice de mecanização, a companhia investe constantemente em seus trabalhadores rurais, capacitando-os a operar tratores, máquinas e colhedoras de cana após treinamento teórico. Através do “Programa de Formação de Motoristas e Operadores” esta ação tem suprido a demanda da companhia por profissionais qualificados, e também disponibilizado ao mercado profissionais à uma vaga qualificada.

Programa de formação de mantenedores de máquinas agrícolas - Em parceria com o SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial, este programa amplia as habilidades e capacita o trabalhador rural a realizar manutenção de máquinas e equipamentos agrícolas, principalmente em funções de solda, tornearia, mecânica, caldeiraria, eletroeletrônica, e componentes, entre outros.

Programa Capacitação da Comunidade e Aprendiz SENAI - Realizado em parceria com o SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial, nas cidades de Rio Verde e Quirinópolis (GO), proporcionando aprendizado e crescimento profissional para as comunidades de Quirinópolis, onde está instalada a Usina Boa Vista. São disponibilizados cursos de metrologia, desenho técnico, mecânica diesel, mecânica industrial e eletroeletrônica. Este projeto tem o apoio do BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social.

Outra iniciativa importante é o convênio Aprendiz SENAI em parceria com as usinas, que funciona como porta de entrada dos jovens profissionais na empresa e no mercado de trabalho.

Design & Natureza – Exposição que recebeu apoio cultural da Usina São Martinho, através do PROAC – Programa de Ação Cultural (incentivo fiscal à Cultura via ICMS).

Alunos de escolas municipais de Dumont e Pradópolis participaram do projeto, recebendo, inicialmente, no CEA – Centro de Educação Ambiental da Usina São

Martinho noções básicas sobre Design e Sustentabilidade, e, posteriormente, visitaram a exposição de objetos no MARP - Museu de Arte de Ribeirão Preto.

9.2 Projetos Ambientais

Centro de Educação Ambiental – CEA - O Centro de Educação Ambiental (CEA), inaugurado em 2000, na Usina São Martinho, e em 2010 na Usina Boa Vista, é uma experiência de sucesso e uma instrutiva forma de ensinar sobre a preservação dos recursos naturais do planeta. O projeto, com infra-estrutura, equipamentos e recursos diferenciados, está há quase uma década em operação na Usina São Martinho, onde já recebeu mais de 46 mil visitantes, a maioria estudantes dos ensinos médio e fundamental e colaboradores.

Viveiro de Mudanças - O Grupo São Martinho mantém um viveiro de mudas localizado em Pradópolis (SP) e outro em Quirinópolis (GO), que produzem, aproximadamente, 300 mil mudas de árvores por ano para reflorestamento de matas ciliares, reserva legal, e doações à comunidade, poder público, etc. São mais de 200 espécies de árvores nativas. Desta maneira, protege-se o meio ambiente, preservando a fauna e a flora original, prevenindo e evitando a erosão do solo e o assoreamento dos cursos d'água.

Projeto “Viva a Natureza” - Iniciado em 2000 na Usina São Martinho, prevê o plantio de 1 milhão de mudas de árvores nativas até 2010 nas áreas de recomposição e matas ciliares em todos os municípios onde o grupo São Martinho atua. Com a participação dos alunos, comunidade e praticamente todos os colaboradores, o projeto tem a finalidade de sensibilizar, educar e preservar a natureza.

10. Aderência à Câmara de Arbitragem

A Sociedade, seus acionistas, administradores e membros dos Conselhos de Administração e Fiscal (este último quando e se instalado) estão obrigados a resolver, por meio de arbitragem, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, nos termos do artigo 44 de seu Estatuto Social.

11. Serviços Prestados pelos Auditores Externos

2. AUDITORES

2.1. Em relação aos auditores independentes:

	Exercício social findo em 31 de março de			
	2011	2010	2009	2008
a) Nome empresarial	PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes	PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes e Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes (1º trimestre)	Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes	Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes
b) Responsáveis, CPF e dados para contato	Sr. Mauricio Cardoso de Moraes CPF.: 795.008.389-15 E-mail: mauricio.moraes@br.pwc.com <u>Endereço:</u> Av. Antônio Diederichsen, 400 - 21º andar conj. 1 a 6, CEP.: 14020-250, Ribeirão Preto/SP <u>Telefone:</u> (16) 2133-6600 <u>Fax:</u> (16) 2133-6685	<i>Responsável 2º trim, 3º trim e 4º trim:</i> Sr. Mauricio Cardoso de Moraes CPF.: 795.008.389-15 E-mail: mauricio.moraes@br.pwc.com <u>Endereço:</u> Av. Antônio Diederichsen, 400 - 21º andar conj. 1 a 6, CEP.: 14020-250, Ribeirão Preto/SP <u>Telefone:</u> (16) 2133-6600 <u>Fax:</u> (16) 2133-6685 <i>Responsável 1º trim:</i> Sr. Nourival Claudino Pedroso CPF.: 813.409.748-00 E-mail: npedroso@deloitte.com <u>Endereço:</u> Rua Alexandre Dumas, 1.981, CEP.: 04717-906, São Paulo/SP <u>Telefone:</u> (11) 5186-1000 <u>Fax:</u> (11) 5186-1283	<i>Responsável 4º trim:</i> Sr. Nourival Claudino Pedroso CPF.: 813.409.748-00 E-mail: npedroso@deloitte.com <u>Endereço:</u> Rua Alexandre Dumas, 1.981, CEP.: 04717-906, São Paulo/SP <u>Telefone:</u> (11) 5186-1000 <u>Fax:</u> (11) 5186-1283 <i>Responsável 1º trim, 2º trim e 3º trim:</i> Sr. José Carlos Amadi CPF.: 060.494.668-66 E-mail: jamadi@deloitte.com <u>Endereço:</u> Av. Dr. José Bonifácio Coutinho Nogueira, 150, CEP.: 13091-611, Campinas/SP <u>Telefone:</u> (19) 3707-3000 <u>Fax:</u> (19) 3707-3001	Sr. José Carlos Amadi CPF.: 060.494.668-66 E-mail: jamadi@deloitte.com <u>Endereço:</u> Av. Dr. José Bonifácio Coutinho Nogueira, 150, CEP.: 13091-611, Campinas/SP <u>Telefone:</u> (19) 3707-3000 <u>Fax:</u> (19) 3707-3001
c) Data da contratação dos serviços	10 de agosto de 2010	10 de agosto de 2009	10 de julho de 2008	10 de julho de 2007
d) Descrição dos serviços contratados	Exame das demonstrações financeiras do exercício social a findar em 31 de março de 2011 individuais (controladora) e consolidadas, elaboradas pela administração, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil; Revisão das informações contábeis trimestrais individuais (controladora) e consolidadas, referentes aos trimestres findos em 30 de junho, 30 de setembro e 31 de dezembro de 2010, elaboradas pela administração, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas expedidas pela CVM; Tradução das demonstrações financeiras e informações trimestrais para o idioma inglês; Serviços de consultoria tributária contemplando: revisão dos procedimentos de apuração de cálculo de IRPJ e CSLL, revisão dos procedimentos do preenchimento da DIPJ, revisão dos procedimentos de apuração do PIS e COFINS e revisão dos procedimentos de apuração do ICMS e IPI.	Exame das demonstrações financeiras do exercício social a findar em 31 de março de 2010 individuais (controladora) e consolidadas, elaboradas pela administração, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil; Revisão das informações contábeis trimestrais individuais (controladora) e consolidadas, referentes aos trimestres findos em 30 de junho, 30 de setembro e 31 de dezembro de 2009, elaboradas pela administração, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas expedidas pela CVM; Tradução das demonstrações financeiras e informações trimestrais para o idioma inglês; Serviços de consultoria tributária contemplando: revisão dos procedimentos de apuração de cálculo de IRPJ e CSLL, revisão dos procedimentos do preenchimento da DIPJ, revisão dos procedimentos de apuração do PIS e COFINS e revisão dos procedimentos de apuração do ICMS e IPI.	Serviços de auditoria externa anual individual (controladora) e consolidado do exercício social e revisão limitada trimestral individual (controladora) e consolidado. Serviços de revisão tributária / fiscal permanente (Compliance); Revisão das informações contábeis trimestrais individuais (controladora) e consolidadas, elaboradas pela administração, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas expedidas pela CVM.	Serviços de auditoria externa anual individual (controladora) e consolidado do exercício social e revisão limitada trimestral individual (controladora) e consolidado; Serviços de revisão tributária / fiscal permanente (Compliance); Revisão das informações contábeis trimestrais individuais (controladora) e consolidadas, elaboradas pela administração, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas expedidas pela CVM; Serviço de diagnóstico quanto a adequação das demonstrações financeiras preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil ("BRGAAP") às Normas Internacionais das Demonstrações Financeiras - IFRS.
e) Substituição do auditor	Não houve substituição do auditor	Sim	Não houve substituição do auditor	Não houve substituição do auditor
i) Justificativa da substituição	Não aplicável	A substituição ocorreu porque a administração da Companhia entendeu que a substituição é um processo natural e salutar de rotatividade, conforme política de governança corporativa.	Não aplicável	Não aplicável
ii) Razões do auditor pela discordância da justificativa da substituição	Não aplicável	Não há	Não aplicável	Não aplicável